



M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO
(CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS)

1954

DISTRIBUIÇÃO

Vida educacional

Retrospecta do ano de 1954

(Brasil)

Bn 6

Jan 3

C. B. A. M.
(C. B. P. E.)

VIDA EDUCACIONALRetrospecto de 1954Administração escolar

Embora nenhuma transformação de estrutura fôsse assinada, em 1954, quanto à administração escolar, cabe lembrar que, no ensino secundário, a inspeção foi reorganizada.

O Decreto nº 35.107, de 13 de fevereiro, criou novas funções de técnicos e inspetores de ensino médio, com melhor salário, para preenchimento através de seleção entre os atuais inspetores.

A criação das inspetorias seccionais, pela portaria ministerial nº 134, de 25 de fevereiro, além de tornar o serviço de inspeção mais atuante e mais presente o Ministério da Educação e Cultura na assistência e orientação do ensino secundário, representou salutar medida descentralizadora. As inspetorias seccionais, muitas já instaladas, terão sede no D. Federal, capitais estaduais ou cidades consideradas pontos de mais fácil acesso aos municípios constituintes da respectiva área de inspeção. Os inspetores seccionais, auxiliados por inspetores itinerantes, uma vez por mês, pelo menos, estabelecem contato pessoal com os inspetores dos estabelecimentos, diretores, professores e alunos. Como se vê, ganhou o corpo de fiscais maior flexibilidade.

A inspeção nos moldes anteriores, planejada na base de 1 inspetor para cada estabelecimento, até 400 alunos, exigiria 3.000 fiscais, quando só há 1.055. Por outro lado o crescimento da rede escolar, incluindo ginásios de difícil acesso, levava o Ministério à contingência de solicitar a cooperação de servidores públicos não especializados, como coletores federais, agentes de estatística, etc.

Outro inconveniente residia na excessiva centralização do serviço.

Outra portaria ministerial, de 29 de novembro de 1954, visando maior controle do ensino secundário, determinou o registro na Diretoria do Ensino Secundário dos candidatos a diretor e secretário de estabelecimentos dêsse grau, devendo o candidato com provar capacidade profissional, cultural e condições pessoais para a função.

Houve, ainda em 1954, a extinção das Delegacias e subdelegacias Federais de Educação, por desnecessárias (portaria nº 834, de 16 de setembro) e, também em setembro, a instituição da Comissão de Cultura do M.E.C., para coordenar os órgãos culturais dessa secretaria.

Campanhas de educação

Foi criada, pelo Decreto nº 35.247, de 24 de março, a Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial (CAEC), cujo regimento recebeu aprovação pela portaria ministerial nº 398, de 11 de junho.

O Ministério da Educação, no ano findo, promoveu duas medidas do mais largo alcance, no sentido de fazer participar homens de prol da vida econômica e cultural na solução de problemas do ensino secundário: a instituição, em junho, da Fundação do Ensino Secundário, entidade de direito privado que objetiva a expansão e aperfeiçoamento desse ensino, organizando novos estabelecimentos, cooperando com entidades públicas e particulares, estimulando o intercâmbio com organizações similares do país e do estrangeiro e organizando um sistema de financiamento de estudos e de bolsas para o curso secundário, isto através da Campanha Nacional de Bolsas de Estudo, também instalada em 54.

Continuaram a funcionar as campanhas criadas anteriormente, para atender aos apelos da conjuntura educacional brasileira.

A Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) realizou importantes estudos, dentre os quais sobressaem os dos seguintes projetos:

Estudo do pessoal de nível superior nas atividades econômicas científicas e culturais e das necessidades para os próximos 5 anos - de caráter monográfico, por subsetores de atividade, contendo análise da distribuição em cada região dos profissionais superiores, por especialidade, das funções que exercem, da formação profissional, estudo das deficiências numéricas e qualitativas, recomendações para a organização de planos de formação e aperfeiçoamento, estabelecimento de um mapa do pessoal de nível superior (a ser preparado).

Projeto de estágios para profissionais de nível superior, em instituições brasileiras, compreendendo levantamento dessas entidades e daquelas que possuem pessoal carente de aperfeiçoamento, e organização de bolsas.

Programa Universitário, compreendendo projetos referen-

tes a cursos, estágios e estudos especiais de aperfeiçoamento no país e no exterior de professores de ensino superior, e contratos de professores e técnicos estrangeiros e nacionais.

Programa de Quadros Técnicos e Científicos - compreendem do estudos, pesquisas e levantamentos destinados a esclarecer o conhecimento relativo à disponibilidade de profissionais de nível superior no país, sua distribuição e deficiências qualitativas e quantitativas.

Bolsas de Estudo - O Serviço de Bolsas de Estudo continuou o planejamento, concessão e administração das bolsas da CAPES. Levantamentos foram feitos para conhecimento das oportunidades de formação e aperfeiçoamento oferecidas no Brasil através de bolsas de estudo.

Levantamento das despesas públicas com educação e cultura - No 3º trimestre foram concluídas as apurações das despesas estaduais referentes aos exercícios de 1953 e 54 e das municipais de 1953, mas não puderam ser levantadas as da União em 1953.

Uma das mais destacadas tarefas da CAPES, ainda não concluída pela evidente complexidade do trabalho, foi o Levantamento Geral da situação do ensino superior no país

A CAPES, em 1954, empreendeu 183 projetos, de acordo com o seguinte quadro demonstrativo:

S e t o r	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1954
Programa Universitário.	6	12	14	16	48
Programa de Quadros técnicos e científicos	4	10	3	1	18
Serviço de Bolsas de Estudo.....	36	37	32	4	109
Serviço de Estatística e Documentação.....	1	2	1	1	5
Centro de Estudos Educacionais.....	-	-	1	2	3
Total da CAPES.....	47	61	51	24	183

A Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME) celebrou acordos com professores altamente qualificados, para produção de diversos manuais, tradução e adaptação de obras estrangeiras consagradas e análise de programas e livros didáticos de diversas disciplinas.

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos antes do encerramento do ano já instalara cerca de uma centena desses estabelecimentos.

A Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), propondo-se a medir e avaliar a situação real dessas modalidades de ensino, fazendo da escola o ponto de convergência de seus estudos, desenvolveu considerável atividade em 1954, ano em que promoveu, entre outras, as seguintes realizações:

Publicação de monografias: Acreditação de Escolas Secundárias nos Estados Unidos da América, por Tales de Melo Carvalho, A educação em Santa Catarina, por J. Roberto Moreira, A educação no Paraná, por Erasmo Piloto, O ensino por unidades didáticas, por Irene Melo Carvalho, A educação secundária no Brasil (contribuição para o Seminário Interamericano de Educação Secundária, no Chile), por Jaime Abreu. Estavam em impressão, ao findar o ano, O sistema educacional fluminense, de Jaime Abreu, A escola elementar e a formação do professor primário no Rio Grande do Sul, de J. Roberto Moreira; em andamento, com publicação prevista para 1955, A educação em Minas Gerais, por Abgar Renault. A educação no Ceará, por J. Moreira de Souza, foi uma das últimas monografias concluídas ainda em 54.

Foram concluídos pela CILEME os trabalhos de investigação e relatórios parciais de pesquisa sobre a Escola Secundária no Estado do Rio de Janeiro e os estudos sobre Organização e Funcionamento do Colégio Macedo Soares em Volta Redonda, cujo relatório foi apresentado à Companhia Siderúrgica Nacional.

Iniciaram-se os trabalhos sobre Métodos de Ensino no curso secundário no D. Federal, série de estudos descritivos e críticos do ensino das diversas disciplinas, alguns já prontos.

Ficou terminada a coordenação básica dos estudos do Mapa Cultural do Brasil, por Charles Wagley e Marvin Harris, estando prevista a conclusão geral para 1955.

O projeto referente à Padronização do teste DNE para avaliação do nível mental de adolescentes, por Otávio Martins, teve concluídos os trabalhos de aplicação no Estado do Rio de Janeiro, ultimando-se em dezembro a elaboração estatística.

Outras realizações concluídas foram os estudos de Moisés Kessel, Panorama estatístico do ensino elementar e médio no Brasil, que aguarda publicação, A dinâmica da matrícula no ensino primário no Brasil e A Dinâmica da matrícula no ensino primário urbano e rural em S. Paulo e no Rio Grande do Sul.

Tiveram curso várias outras pesquisas, cujo encerramento foi previsto para 1955: Análise fatorial das aptidões verbais; Ajustamento de currículo, evasão e repetência na escola primária brasileira; Estado cultural dos operários cariocas em relação à educação de adultos; Estudo sobre a literatura juvenil, com referência especial às histórias em quadrinhos; Estudo comparativo entre testes e exames clássicos para admissão às escolas superiores. Quanto a este, foram encerrados os trabalhos de aplicação dos testes, mas a conclusão geral depende de se obterem as notas finais dos cursos no ano letivo de 1954.

A Campanha Nacional de Educação de Adultos e Adolescentes Analfabetos estabeleceu, em 1954, o funcionamento de 15.300 cursos supletivos e 100 centros de iniciação profissional. Nos três anos anteriores à Campanha (1944-46) existiam no Brasil 1908 desses cursos. Logo nos três primeiros anos após sua instalação, o respectivo número ascendia a 14.726.

DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA EDUCAÇÃO

Tendo sido de 3.714 milhões de cruzeiros o orçamento do Ministério da Educação para 1953 e de 3.064 milhões em 1954, houve redução aparente. Na realidade tal não se deu, pois o orçamento de 1953 reunia, ao ser elaborado, os serviços de educação e saúde, nesse mesmo ano separados, com a criação do Ministério da Saúde, distinto da Educação e Cultura.

Tal cifra, porém, está muito longe de atender ao montante geral das despesas com a educação brasileira, assistidas ainda pelas unidades federadas, municípios e particulares, cabendo ao ensino público a maior porcentagem nos gastos, o que orça por 95% nos graus superior e primário.

A 25 de novembro, pela lei nº 2.342, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio, foi instituído o Fundo Nacional do Ensino Médio, destinado à melhoria e ampliação do sistema escolar desse grau no país. O Fundo constituir-se-á de dotação orçamentária nunca inferior a 0,1 da quota destinada à educação e cultura, da renda dos tributos federais que para esse fim se instituíam e de juros de seus depósitos. Será a-

plicado através da concessão de bolsas a estudantes e contribuição mediante convênios, a estabelecimentos de ensino e entidades públicas ou particulares destinadas a promover o aperfeiçoamento do ensino médio.

Em 23 de dezembro foi baixada portaria ministerial designando os membros da comissão especial que elaborará o regulamento do Fundo.

NOVAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Continuou o governo federal o plano de construções escolares iniciado em 1946. Dentro desse plano, em 1953, haviam sido edificadas 886 prédios (757 escolas rurais, 121 grupos escolares, 8 escolas normais) além da ampliação ou reconstrução de mais 8 escolas normais, elevando então ao total de 5.867 as novas escolas de diversos tipos instaladas dentro do plano da União (5 546 ER, 301 GE, 20 EN), exclusive 12 ampliações ou reconstruções (1 GE e 11 EN), dados esses que retificam outros anteriormente fornecidos.

Em dezembro de 1954 as escolas construídas desde o início do plano, através de auxílios do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, apresentavam a seguinte distribuição:

Escolas rurais (ER): 6 957 programadas, das quais 6.028 concluídas, 668 em construção e 261 ainda não iniciadas.

Grupos escolares (GE): 651 programados, além de obras em 4 já existentes, dos quais concluídos 411 novos e ampliados 2, estando em construção 180 (e uma ampliação), e 60 (e uma ampliação) ainda não iniciados.

Escolas Normais (EN): foram programadas 68 novas e 30 ampliações ou reconstruções de prédios antigos, das quais concluídas 28 escolas e 14 obras em prédios já existentes, em construção, respectivamente, 35 e 11 e a construir 5 novas e 5 ampliações.

Instituições diversas: para estas, até setembro, foram concedidos 49 auxílios (a 13 novas e 36 ampliações), das quais estão concluídas 8 novas e 27 ampliações, em construção, 1 nova e 7 ampliações e as restantes não iniciadas.

Assim, em 1954, foram concluídas 482 escolas primárias rurais, 110 (e uma ampliação) grupos escolares e 8 (e 3 ampliações ou reconstruções) escolas normais, além de instituições diversas.

O quadro abaixo dá uma expressiva idéia do esforço realizado:

Modalidade da escola	Construções programadas desde 1946 até dezembro de 54	CONCLUÍDAS				Em construção	A construir
		até 1 950	De 1951 a 1952	Em 1 953	Em 1 954		
ER	6.957	3.789	1.000	757	482	668	261
GE	651 (4)	68	112(1)	121	110(1)	180 (1)	60 (1)
EN	68 (30)	2	10(3)	8 (8)	8(3)	35 (11)	5 (5)
TOTAL	7.676 (34)	3.859	1.122(4)	886(8)	600(4)	883 (12)	326 (6)

Entre () ampliações ou reconstruções
Excluídas as instituições diversas

Os dados precedentes referem-se, apenas, às escolas edificadas com auxílio federal.

Em outros setôres apreciáveis realizações foram continuadas, como o prosseguimento das obras das cidades universitárias do D.Federal e de São Paulo.

Nove ilhas da Guanabara já estão unidas, formando a Ilha Universitária, o saneamento findou e já funciona o Instituto de Puericultura. As próximas inaugurações serão a Faculdade Nacional de Arquitetura, a F. N. de Engenharia e o Hospital de Clínicas.

Para se ter idéia da atividade dos estados exemplifique-se com um de condições médias - o do Rio de Janeiro. Esse estado em 1 953 construiu 48 prédios escolares com 187 salas e em 1 954, só no 1º semestre, 9 prédios com 53 salas, devendo o balanço final do 2º semestre registrar 62 novos prédios com 586 salas.

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Nenhuma alteração importante ocorreu, depois do estabelecimento do regime de equivalência entre os cursos de grau médio, instituído em 1 953.

DESENVOLVIMENTO QUANTITATIVO - ABERTURA DE NOVAS ESCOLAS

As escolas superiores eram 303 em 1 953, inclusive seis grandes universidades federalizadas. Em 1 954, pela lei nº 2.373, de 16 de dezembro, foi criada a Universidade do Ceará, integrada no

Ministério da Educação.

Em 1954 todos os Estados e o D. Federal contavam com escolas superiores (Mato Grosso, em 1953, constituía exceção, não possuindo, nenhum estabelecimento universitário), totalizando 352 escolas em funcionamento, além de 17 estabelecimentos criados e não instalados. À frente situam-se São Paulo (76 em funcionamento e 2 não instalados), D. Federal (50), Minas Gerais (43 em funcionamento e 4 ainda não instalados), Rio Grande do Sul (32 e 1); contando entre 30 e 20, Pernambuco, Paraná, Bahia; entre 20 e 10, Rio de Janeiro, Ceará e Pará. As faculdades mais numerosas são as de Filosofia (41 e mais 3 não instaladas), Direito (40 e 1), Ciências Econômicas (37 e 1), Odontologia (28 e 3), Enfermagem (28), Medicina (23 e 1), Serviço Social (22), Farmácia (21 e 3), Engenharia (21 e 2), Música e Canto (15), Agronomia (12), Belas Artes (9), Veterinária (8), Jornalismo, Educação Física, Biblioteconomia e Arquitetura (7 cada uma). Nos últimos lugares quantitativamente, as de Química Industrial (5 e 1), Saúde Pública (4), Sociologia e Política (3 e 1), Administração (3), Diplomacia, Estatística, Museologia e Polícia (1 de cada natureza).

Existem no país 15 universidades urbanas (inclusive a do Ceará, de recente criação) e 3 rurais. Das universidades urbanas, 3 situam-se em S. Paulo e 3 no D. Federal; duas em Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul, respectivamente; uma em cada ^{qual} das seguintes unidades federadas: Bahia, Paraná e Ceará.

Em 1954 subiam a 688 os estabelecimentos de ensino comercial sob inspeção, contra 613 no ano precedente.

1.768 escolas secundárias equiparadas ou reconhecidas, contra 1.656 em 1953, funcionaram no país, das quais 616 no D. Federal e capitais estaduais e 1.152 no interior. Das escolas referidas, quase 80% são particulares e 62% localizam-se em apenas 4 unidades federadas: São Paulo (26%), Minas Gerais (17%), D. Federal (10%) e Rio Grande do Sul (9%). Além dessas, há os estabelecimentos federais, como o Colégio Pedro II Externato e Internato e os de ensino emendativo.

De 1942 para cá, tem havido um crescimento médio de 100 estabelecimentos secundários por ano.

O plano da Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes em 1954 abrangeu o custeio de 15.300 cursos de ensino supletivo e 100 centros de iniciação profissional, como ficou dito.

Segundo a "Sinopse Estatística do Ensino Médio - 1954", divulgação do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, em 2.232 municípios brasileiros existiam 3.307 estabelecimentos de ensino médio, sendo que 1.431 não possuíam em 1954 estabelecimentos desse grau; 501 municípios possuíam estabelecimentos de ensino ginásial; 195 municípios tinham estabelecimentos com os cursos ginásial e colegial; 42, com o curso comercial básico, 165 com os cursos básico e técnico de comércio, 130 somente com o técnico, 534 com o normal (básico e pedagógico). Dos 3.307 estabelecimentos existentes, 1.819 eram secundários, 623 de ensino comercial e 865 normais. Somente uma unidade federada não dispõe de escola de grau médio, o pequeno território de Fernando de Noronha. As unidades detentoras de maior número de estabelecimentos desse grau são os estados de S. Paulo (880), Minas Gerais (569), Rio Grande do Sul (290), o D. Federal (228), os estados do Rio de Janeiro (193), Paraná (150), Pernambuco (149), Bahia (138), Santa Catarina (126) e Ceará (106). Os demais contam com menos de 100, ficando nos extremos dessa categoria Goiás (96) e o Território do Rio Branco (2).

Note-se que tais informes não incluem o ensino industrial nem o agrícola.

A mesma "sinopse" assinalava, em 1954, 4.210 unidades escolares de ensino secundário, comercial e normal, sendo 1.480 nas capitais.

No início do ano letivo, havia 700.579 alunos matriculados naquelas modalidades de ensino médio, dos quais 345.709 nas capitais, distribuindo-se 459.764 no ginásial, 65.406 no científico, 10.880 no clássico, 53.755 no comercial básico, 49.954 no técnico de comércio e 60.820 no ensino normal.

No ano anterior (1953) concluíram os referidos cursos 105.003 estudantes (57.156 o ginásial, 13.338 o científico, 2.553 o clássico, 5.525 o comercial básico, 10.830 o técnico de comércio e 15.601 o normal).

Em 1954, segundo a mesma fonte, no início do período letivo, assinalavam-se 1.785 unidades escolares com o curso ginásial (19 federais, 354 estaduais, 68 municipais e 1.344 particulares); 537 com o curso científico (13 federais, 131 estaduais, 9 municipais, 384 particulares); 188 com o curso clássico (5 federais, 67 estaduais, 3 municipais e 113 particulares); 346 com o curso comercial básico (2 federais, 2 estaduais, 7 municipais e 335 particulares); 537 com o curso técnico de comércio (3 federais, 7 estaduais, 13 municipais e 514 particulares); 817 com o curso normal (5

federais, 278 estaduais, 44 municipais e 490 particulares).

Convém notar que unidade escolar e estabelecimento de ensino nem sempre são expressões sinônimas. Quando um estabelecimento de ensino ministra os cursos ginásial, científico e normal, poderá ser computado com 3 unidades.

Quanto ao ensino industrial, o Anuário Estatístico do Brasil - 1954 registrou, ainda em 1952, 272 unidades escolares com o curso básico (149 federais, 99 estaduais, 6 municipais e 18 particulares), 53 com o técnico (23 federais, 11 estaduais, 19 particulares), 54 com o de mestría (11 federais e 43 estaduais), com matrícula geral de 14.160 no básico, 2136 no técnico e 690^{no} de mestría e, respectivamente, 1.647, 410 e 210 conclusões de curso.

O mesmo Anuário, no tocante ao ensino primário, também com referência a 1952 - de quando datam suas informações mais recentes - registrava 84.254 unidades escolares (9.009 nas capitais), com 149.302 professores e matrícula geral de 5.651.564 e efetiva de 4.733.766.

PLANOS DE ESTUDOS PROGRAMAS E MÉTODOS

A mais importante modificação ocorrida no ensino secundário data ainda de 1953. Foi a portaria nº 81, de 13 de fevereiro, que permitiu maior flexibilidade nesse currículo. Os novos programas desse ramo do ensino médio vigoraram nas três primeiras séries do ginásio (sendo que os de História em tôdas as quatro séries) e em tôdas as do colégio.

Modificação substancial advirá se aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo anteprojeto ainda está sob a apreciação do Congresso, e que iniciará um movimento de emancipação educacional cujo espírito é o de libertar e estimular a iniciativa particular, municipal, estadual ou federal no campo da educação, fugindo aos quadros rígidos ora vigentes.

No setor do ensino industrial, intensificou-se o método conhecido por T.W.I. (Training Within Industry), de preparação dentro da indústria, agora aplicado em escala nacional, com o fito de integrar o ensino industrial nas atividades dos meios produtivos.

Quanto ao ensino superior, criou-se a cadeira de língua tupi nas faculdades de filosofia.

O Instituto Nacional de Cinema Educativo continuou a estimular o emprêgo de auxílios áudio-visuais. Seu programa em 1954 abrangeu a produção de várias séries de filmes científicos e educativos, ampliação do fornecimento de programas a instituições de ensino, prosseguimento da revenda de projetores cinematográficos de 16mm a estabelecimentos educacionais, execução de acordos com os estados para fomento do cinema educativo e criação de filmotecas regionais, etc. O Ministério entrou em entendimentos, pelo seu Departamento Nacional de Educação, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que se encarregará da feitura de modernos mapas murais didáticos, com letras em tipos maiores, exclusão do supérfluo e colorido atraente.

PESSOAL DOCENTE

Não houve modificações importantes no seu processo de formação, exceto quanto ao dos professores de cultura técnica do ensino industrial, para o que foi assinado o decreto nº 36.268, de 1º de outubro, regulamentando o funcionamento dos cursos pedagógicos e ensino industrial, de duas modalidades: o de didática e o de administração do mesmo ensino.

A portaria nº 478, de 8 de junho, dispõe sôbre o registro dos licenciados por faculdades de filosofia para o exercício do magistério secundário, expedindo novas instruções e determinando quais as disciplinas em que é lícito registrarem-se os graduados de cada um dos cursos dessas faculdades.

Algumas modificações foram introduzidas por administrações locais. Assim, no D. Federal, o decreto municipal nº 12.509, de 1º de junho, estabeleceu, nesse exercício, regime intensivo para as alunas então matriculadas na 2ª série do curso normal do Instituto de Educação e da E. Normal Carmela Dutra, compreendendo o curso intensivo dois períodos (o 1º de 15 de VII a 30 de IX, correspondente à terminação da 2ª série; o 2º de I-X a 15-I-1955, condensando os dois períodos letivos da 3ª série normal), com 30 horas semanais.

No Estado de Minas Gerais, a lei municipal de Belo Horizonte nº 388, de 12-6-54, criou novas funções magisteriais e dispôs que a nomeação para o cargo de professor primário será inicialmente em caráter de estágio e só recairá em candidato com diploma devidamente registrado, dependendo a nomeação efetiva da obtenção de nota de aproveitamento no mencionado estágio. A nomeação para orientador só incidirá em normalistas e far-se-á obrigatoriamente por meio de concurso de títulos e provas.

O aperfeiçoamento do pessoal docente foi amplamente promovido, sendo que a Coordenação dos Cursos do INEP organizou estágios de aperfeiçoamento em diversas unidades da Federação e a Missão Pedagógica de Salvador, além de promover a assistência aos bolsistas. O aperfeiçoamento por meio de missões enviadas aos estados beneficia o professor no próprio ambiente de sua atividade magisterial. Vários cursos foram mantidos pelas Diretorias do Ensino Industrial (pela equipe da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial) e do Ensino Secundário e outras organizações federais, estaduais, municipais e particulares. A Campanha Nacional de Educação Rural, em seu plano de 1954, incluiu 39 missões rurais, 61 cursos de treinamento de professores e líderes rurais e 47 centros sociais-rurais.

No setor do ensino emendativo convém lembrar a colação de grau, em fevereiro, da 1ª turma de um curso que é o terceiro do gênero na América do Sul: o curso normal de formação de professores primários para surdos (Instituto Nacional de Surdos Mudos), sendo que em 1954 cerca de 60 novos professores ultimaram o mesmo curso. Também foram ministrados cursos de especialização (pedagógica especial e ortofonia) para professores de surdos. O Instituto Benjamin Constant realizou cursos para professores e inspetores de cegos.

SERVIÇOS AUXILIARES, EXTRA-ESCOLARES, ETC

Merenda escolar: A Comissão Nacional de Alimentação (CNA) estabeleceu em 1954 um programa de assistência a cerca de um milhão de crianças, no D. Federal, Amazônia e Nordeste, cabendo sua execução ao Ministério da Educação e Cultura. Como medida preparatória, foi feito o levantamento da situação da merenda em todo o país, constatando-se que apenas 10% da população escolar recebem assistência, sendo lamentável o estado de subnutrição de grande parte das crianças brasileiras, conforme concluiu inquérito realizado pela CNA, F.A.O e W.H.O. (Organização Mundial da Saúde). A C.N.A. estenderá o programa nacional de merenda escolar a todo o país, graças à colaboração do M.E.C. e do F.I.S.I. (Fundo Internacional de Socorro à Infância), o qual remeterá leite desnatado em pó, pagando a C.N.A. o respectivo transporte. As merendas mais aconselháveis foram estudadas pelo Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil. Para executar o programa, a C.N.A. realizou convênio com organizações regionais, como o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, etc.

Radiodifusão educativa: Em início do ano mereceu o Serviço de Radiodifusão Educativa completa renovação, com a reorganização material de tôdas as dependências e da programação, assumindo o Brasil, desde 15 de março, posição pioneira no mundo, com 17 horas diárias de programas culturais, isentos de anúncios. O Colégio do Ar foi reiniciado, em nível secundário. Com o concurso da Associação Brasileira de Educação, promoveram-se mesas redondas de educação.

Movimentos associativos, congressos - O Departamento Nacional de Educação auxiliou a realização de numerosos movimentos associativos, como o Congresso da União Nacional de Estudantes, o Congresso Estudantil Cultural do Nordeste, a União dos Estudantes Secundários do Amazonas, o 1º Festival de Arte e Cultura da Mocidade.

Foram numerosos os congressos e mesas redondas de educação, estudantis, culturais, locais, regionais, nacionais e internacionais realizados no país, além dos que, no exterior, contaram com a participação do Brasil. Em outros, embora aparentemente estranhos ao setor educacional, êste assunto incluiu-se nos respectivos temários.

Podem ser citados os seguintes entre outros:

XI Congresso Nacional de Educação (Paraná), em janeiro, I Mesa Redonda de Ensino Industrial (em São Paulo, em janeiro; Belo Horizonte, em fevereiro e Salvador, em junho); III Congresso Nacional de Municípios (em Minas Gerais, onde foi debatida a posição dos municípios face aos problemas de educação), X Congresso de Estudantes Campistas, I Congresso Nacional dos Diretórios Centrais de Estudantes (Bahia), I Quinzena de Cultura do Diretório Central de Estudantes da U. do Brasil, XI Congresso Brasileiro de Geografia (no Rio Grande do Sul, com a I Mesa sôbre o Ensino de Geografia), todos em maio, Congresso Pan-Americano de Assistência ao Cego e Prevenção da Cegueira (em São Paulo, com debates sôbre ensino de excepcionais), III Congresso Estadual dos Universitários Paraibanos, Concentrações de Professôres do Ensino Secundário (em várias cidades do Estado de S. Paulo), I Congresso Brasileiro de Sociologia (em São Paulo, onde foi aprovada resolução sôbre o ensino de sociologia na escola secundária), êsses em junho; II Congresso Nacional de Estudantes de Arte (Bahia), VII Congresso Nacional de Estudantes Secundários (D. Federal, Bahia), II Congresso Nacional de Estudantes de Engenharia (S. Paulo), IV Semana do Professor Primário (Bahia), Seminário de Educação Secundária (pro

movido no D. Federal pelo Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos para discussão das últimas experiências norte-americanas), X Congresso Nacional de Universitários de Odontologia (Estado do Rio de Janeiro), III Congresso de Faculdades de Filosofia (S. Paulo), II Congresso de Professores Secundários Evangélicos (Rio Grande do Sul), XVII Congresso Nacional de Estudantes (principal certame estudantil, na Universidade Rural, à margem da rodovia Rio-São Paulo), Congresso Interamericano de Educação de Base (em São Paulo, onde se cogitou de conceituar educação de base e debater seus principais problemas), I Congresso Brasileiro das Juventudes Musicais (S. Paulo), XI Congresso Metropolitano de Estudantes (D. Federal) VI Congresso da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (D. Federal), I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia (Pernambuco), Seminário de Trabalhos sobre a Administração de Serviços de Proteção à Infância (D. Federal), I Congresso Latino-Americano de Saúde Mental (que, em S. Paulo, congregou médicos, psicólogos, professoras e assistentes sociais para o debate, inclusive, de numerosos problemas de ensino), Congresso de História Comemorativo da Restauração Pernambucana (em Recife, com exposições, debates, cursos e conferências), I Congresso Brasileiro de Geógrafos (em Ribeirão Preto, S. Paulo, onde foi debatido o ensino da Geografia no Brasil), XI Congresso Brasileiro de Química (cujo temário incluiu o "Ensino da Química", em S. Paulo), todos em julho, mês de férias escolares; III Festival Universitário da Arte (promovido pela União Estudantil de Minas Gerais), IV Congresso Sul-Americano de Pediatria e VIII Jornada Brasileira de Puericultura e Pediatria (S. Paulo, tendo sido apresentada noção sobre o ensino nas faculdades médicas de duas cadeiras de pediatria e outra de puericultura), VII Congresso Nacional de Enfermagem (S. Paulo), com importantes debates sobre problemas de legislação do ensino de enfermagem), I Congresso Internacional de Filosofia (S. Paulo), todos em agosto; Semanas de Estudos das Autoridades Escolares, promovidas pelo Departamento de Educação do Estado de São Paulo, em agosto e setembro; X Congresso Fluminense de Estudantes (Estado do Rio de Janeiro), Congresso de Cultura dos Estudantes Secundários (Pernambuco, Limoeiro), XIII Congresso Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (Viçosa) II Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (organizado pela Reitoria da Universidade de São Paulo) I Congresso Brasileiro de Estudantes de Agronomia (Piracicaba - S. Paulo), êsses em setembro; IV Semana de Estudos Jurídicos (de âmbito nacional, em Curitiba, Paraná, compreendendo ainda o III Concurso Brasileiro de Oratória, ganho pela Faculdade de Direito de Niterói), II Congresso de Editores e Livreiros do Brasil (em S. Paulo, promovido pela

Câmara Brasileira do Livro, para difusão e barateamento do livro, sobressaindo as teses sôbre bibliotecas nas escolas primárias e literatura infantil), IX Conferência Nacional das Entidades Não Governamentais (reunida no D. Federal para sistematizar a difusão dos objetivos da ONU e apreciar seus problemas básicos nos meios de ensino do país), IV Reunião Brasileira de Zootecnia (Recife, com apreciação de aspectos do ensino de veterinária) VIII Congresso Metropolitano de Estudantes Secundários (D. Federal), I Congresso de Professores da Região Sul-Fluminense (Mangaratiba, Estado do Rio), Semana de Estudos das Autoridades Escolares do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo, II Congresso dos Estudantes Secundários da Bahia, em outubro, VIII Congresso Brasileiro de Geologia (em Recife, com recomendações sôbre intensificação dos cursos de engenharia de minas e geologia nas universidades), III Conferência Interamericana de Contabilidade (em S. Paulo, de que resultou recomendação à futura IV Conferência no sentido de criar comissão especial de educação para estudar a unificação de planos e métodos de ensino de contabilidade nos graus médio e superior), I Congresso Mundial de Entidades de Imprensa (S. Paulo), em novembro.

Participou o Brasil, ainda, de reuniões no estrangeiro, ou cooperou para sua realização, como, por exemplo, a X Conferência Econômica dos Países Americanos (em Caracas, onde foram apreciadas teses de cooperação cultural), Seminário sôbre o ensino da História na América (S. João de Pôrto Rico, abril), II Congresso da União Latina (Madrid, maio), XVII Conferência Internacional de Instrução Pública (Genebra, julho), VIII Congresso Internacional de Ensino Comercial (Amsterdan, agosto), Congresso Internacional de Estudos sôbre Educação de Adultos (Dinamarca, em agosto), VIII Conferência Geral da UNESCO (Montevideu, novembro), Seminário para educadores (Montevideu, novembro, onde se reuniram especialistas do Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai), etc. Para o IX Youth Forum (fins de dezembro) e o Congresso Internacional de Estudantes Secundários (janeiro de 1955), patrocinados pelo "New York Herald Tribune", preparou-se a representação brasileira, tendo a Diretoria do Ensino Secundário promovido concurso entre estudantes do 2º ciclo para escolha do nosso delegado estudantil. Para o Seminário Interamericano de Educação de Santiago do Chile (dezembro de 1954-janeiro de 1955) elaborou o Prof. Jaime Abreu, da CILEME - Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar, um estudo sôbre "A educação Secundária no Brasil".

OUTROS REGISTROS DE 1 954

Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - Foi instituído, no Conselho Nacional de Pesquisas, pelo Decreto número 35.124, de 27 de fevereiro. O Regimento do I.B.B.D. foi aprovado pelo Dec. nº 35.430, de 29 de abril.

Ensino de Serviço Social - Foi baixado a 2 de abril o Decreto nº 35.311, que regulamentou a Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1 953.

Plano Nacional de Apuração da Estatística do Ensino Primário Geral - A resolução nº 457, de 29 de outubro, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística do IBGE aprovou o mencionado plano, elaborado pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, do MEC.

Prêmio Semana da Marinha - Foi instituído em dezembro pelas autoridades navais, para despertar o interesse da juventude pela história naval. Este ano o tema das dissertações foi "A Marinha na Independência do Brasil".

Apêlo presidencial - Apreciando o problema da educação nacional, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Café Filho, dirigiu à nação um apêlo no sentido de mobilizar-se para a guerra contra o analfabetismo e a deseducação: "... A educação constitui um problema sem cuja solução não será possível enfrentar com bom êxito a crise geral em que se debate o país." Verberou o Primeiro Magistrado o "hábito do pistolão" e "o espírito de fraude que começa nas escolas e se estende depois na vida." Apontou, dentre os males da realidade educacional brasileira, a redução de período e programa da escola primária, a quebra de padrões do ensino médio, a rigidez da lei, o alto custo do ensino.

Educação de adultos - O censo de 1.940 revelou que, dos menores entre 5 e 19 anos, sabiam ler 45,3%. O recenseamento de 1 950 mostrou ter crescido a porcentagem de alfabetização para 52,7%.

Em 20 de outubro de 1 954 foi baixada no Ministério da Educação e Cultura, a portaria nº 896, visando dar maior rendimento aos trabalhos de educação de adultos, pela racionalização dos respectivos serviços administrativos, atribuindo ao Setor de Orientação Administrativa instituído pela portaria ministerial nº 619, de 9/IX/53, encargos até então cometidos a outros setores.

Período letivo de 1 954 em São Paulo - A Lei nº 2.357, de 2 de dezembro, (D. O. de 7/12/1954) dispôs sobre o período letivo correspondente ao ano de 1 954, no Estado de São Paulo, onde prolongada greve estudantil transtornara a vida universitária. A referida lei mandou não computar no cálculo da frequência as faltas durante a interrupção das aulas, autorizando o Ministério da Educação e Cultura a providenciar sua compensação e a realização de provas parciais e finais de 1ª época.

Tendo em vista a normalização das atividades didáticas no ensino superior paulista, fôra baixada a portaria ministerial nº 945, de 12 de outubro (D.O. de 18.11.54), logo após a cessação da greve.

Ficou estabelecido o início em dezembro das 2ªs provas parciais, cabendo ao Conselho Técnico Administrativo de cada Instituto fixar o período de exames finais, ressalvado o período legal de férias escolares.

Sistema Federal de Ensino Superior - A Lei nº 2.337, de 20 de novembro (D.O. da mesma data), modificou a lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1 950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior. A modificação consistiu na criação de cargos e na determinação de desmembrar o curso de arquitetura da Escola de Belas Artes da Universidade do Recife, para formar a Faculdade de Arquitetura.

Gustei do ensino médio - Foi divulgado pela imprensa (Jornal do Brasil de 30 de outubro e outros) que para a manutenção do ensino médio, os estados concorreram com 47% das despesas, os particulares com 37%, os municípios com 10% e a União com 6%.

Experiência pedagógica de escola integral no interior brasileiro - Em Leme, Estado de São Paulo, com aplicação da arquitetura funcional, o INEP projetou e irá construir um Centro Educacional, ao qual já reservou dotação de dois milhões, para o início das obras. Trata-se de um belo exemplo de esforço conjugado do povo e do governo.

Barateamento do ensino - Em entrevista à imprensa ("A Noite", 12-XI-1954), o Sr. Carlos Pasquale, Diretor do Departamento Nacional de Educação, encareceu o problema do barateamento do ensino, especialmente o de grau médio, que equivale, com seus 600 000 alunos, a 12% da matrícula e 20% da frequência da escola elementar. Adiantou não ser possível resolver o problema do ensino médio contando apenas com as disponibilidades dos poderes públicos. Aliás, os estabelecimentos secundários já colocaram à disposição das autoridades 30.000 vagas para 1 955. A amplificação do Colégio Pedro II trará novos benefícios.

Declarou o entrevistado que ^{foi} apresentado ao Ministro Gândi do Mota Filho um plano de barateamento.

Ensino de enfermagem - Publicou o D. Oficial de 14 de dezembro de 1954 a lei nº 2.367, de 7 de dezembro, que dispõe sobre o ensino de enfermagem em cursos volantes. As escolas de enfermagem e os departamentos estaduais de saúde poderão, durante 10 anos, organizar cursos de preparação de auxiliares de enfermagem, com a duração de 18 meses.

Campanha Nacional de Educação Rural - A portaria ministerial nº 875, de 11 de outubro (D.O. de 14/X/54) determinou competir ao Diretor do Departamento Nacional de Educação, que será seu coordenador, a superintendência da CNER.

Bolsas de estudos para expedicionários e seus filhos - Pela portaria ministerial da Educação e Cultura nº 515, de 28 de junho, foram baixadas normas reguladoras para concessão de bolsas de estudo a ex-combatentes e seus filhos.

Instituto Cearense de Pedagogia e Psicologia (ICEPP) - Um grupo de educadores, tendo à frente o irmão Guy Maurice, diretor - técnico da Faculdade Católica de Filosofia, fundou, em 8 de maio, no Ceará, o referido Instituto, com o objetivo fundamental de promover e estimular o estudo e a pesquisa da pedagogia e psicologia no estado nordestino.

Reorganização da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro - Foi promovida pela lei estadual nº 2.146, de 12 de maio, passando a ser constituída a referida Secretaria pelos seguintes órgãos: Gabinete do Secretário, Serviço de Administração, Departamentos de Educação Primária, de Ensino Médio, de Educação Física, de Difusão Cultural, Casa do Estudante Fluminense, Fundação Anchieta e Serviços Social Escolar. Como órgão consultivo, foi instituído o Conselho Estadual de Educação.

Plano de Educação Física e Recreação nos estabelecimentos de ensino de nível primário e pré-primário da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal: Foi estabelecido pela resolução nº 9, de 24 de maio, publicada no D. Oficial - II - de 25 de maio.

Plano de Ensino Rural do Estado do Rio Grande do Sul: Foi aprovado pelo Dec. 4.850, de 29 de janeiro (D. Oficial de 5-II-54). O ensino rural será ministrado nos níveis primário e médio, em escolas rurais isoladas, escolas rurais reunidas, grupos escolares rurais e internatos rurais.

Centenário do Instituto Benjamin Constant - Comemorou-se no ano findo o 1º centenário da grande instituição para o ensino de cegos, criada em 12 de setembro de 1954 e cujo primeiro diretor foi o médico particular de D. Pedro II, Francisco Xavier Sigaud. Foi professor e depois diretor do estabelecimento por longos anos o republicano Benjamin Constant, que reaparelhou o então denominado Instituto Nacional dos Meninos Cegos, que depois de sua morte recebeu seu nome.

Instituto Pernambucano de Estudos Pedagógicos (IPEP) - O Diário Oficial de Pernambuco de 4 de julho publicou os estatutos do IPEP, sociedade civil sem fins lucrativos, destinada à pesquisa, investigação, divulgação e aperfeiçoamento do ensino no campo pedagógico.

Ministros da Educação - Em 1954 ocuparam a pasta, sucessivamente, os professores Dr. Antônio Balbino, Dr. Edgar Santos e Dr. Cândido Motta Filho. O atual Ministro, que sempre se distinguiu na vida cultural do país como advogado, professor universitário, jornalista e jurista, tomou posse a 1º de setembro.

Universidade do Trabalho - Pela portaria nº 480, de 25 de junho (D.O. de 16-VII-54), o Ministro da Educação e Cultura instituiu comissão destinada a estudar as bases para a criação da Universidade do Trabalho.

Bolsas de estudo nos Estados Unidos à disposição de brasileiros - Em entrevista à imprensa, o sr. Everett J. Burlando, chefe do setor de treinamento do Ponto IV no Brasil, declarou que mais de 300 brasileiros em 1954 receberam bolsas do governo dos Estados Unidos para aperfeiçoamento nesse país. As inscrições estão permanentemente abertas, devendo os interessados procurar a Embaixada Americana.

44 entidades nacionais e estrangeiras oferecem bolsas de estudo nos vários campos da atividade humana - Segundo levantamento feito pela CAPES em 1954 ("Boletim de informações sobre Bolsas de Estudo") quase meia centena de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, ofereciam, naquela ocasião, oportunidades de aperfeiçoamento e formação de pessoal de nível superior.

Exposição de Publicações Estudantis - Realizou-se no Distrito Federal, na Associação Brasileira de Imprensa, de 1º a 15 de outubro, a mais ampla exposição do gênero no país. Prêmios foram concedidos a revistas e jornais, oficiais e particulares, impressos, mimeografados, datilografados ou manuscritos que se distribuíam em setores próprios.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Restabelecido na P.D.F. o ensino industrial e criado o ensino agrícola - O Dec. municipal nº 12.619, de 18 de outubro, tomou tais providências, enumerando os estabelecimentos onde serão ministrados esses ensinos.

- * - - * -



M. E. C. — I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO
(CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS)

1954

DISTRIBUIÇÃO

Vida educacional

1º semestre de 1954

C. B. A. M.
(C. B. P. E.)

Bm. 6
Jan. 5

VIDA EDUCACIONAL

Janeiro a Março de 1954.

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Problemas e rumos

A configuração da conjuntura educacional brasileira denota uma fase contraditória da evolução escolar do país. Até bem pouco tempo, pretendiam os administradores esclarecidos o reconhecimento, pela opinião pública, da necessidade de educação escolar. Agora, é a própria população que exige novas escolas. Em consequência, o sistema escolar se vem expandindo com prejuízo para seus padrões. Aumentam turmas e turnos e se reduz o esforço educativo. Congestionam-se os prédios, revelam-se insuficientes as instalações e o professorado.

Tudo isso impõe um esforço disciplinador lastreado na harmonização dos poderes e recursos das três órbitas de governo-federal, estadual e municipal, em um plano unificado de ação.

Essa orientação descentralizadora trará novas forças de co-operação dos estados e municípios, de sorte que ao município competisse administrar o ensino primário e, em certos casos, o médio; ao estado, formar professôres e manter o ensino de segundo grau e superior, e à União, a função supletiva, de preferência mediante assistência técnico-financeira.

O espírito atual do Ministério da Educação e Cultura não é de autoritarismo centralizador, mas o de fazer-se um centro de idéias e debates, do que a ATEC oferece eloqüente testemunho.

Dentre os fatores que concorrem para agravar o problema educacional, avultam a situação de crise das economias estaduais, encarregadas da manutenção do ensino elementar; a carência do professorado, mais intensa nas zonas rurais; o crescimento acelerado da demanda do ensino médio, pela descoberta de que a instrução secundária é hoje requisito e instrumento para obter progresso financeiro.

ENSINO PRIMÁRIO

Competindo à órbita estadual, cabe à União, neste setor, a penas ação supletiva, que se vem realizando em três planos: a) campanha de construção de escolas primárias e normais; b) campanha de educação de adolescentes e adultos analfabetos; c) aperfeiçoamento de professôres.

As atividades relativas ao ensino elementar e normal são desenvolvidas pelo M.E.C. através do INEP, observado o seguinte esquema: I) - assistência técnica e financeira aos estados para ampliação de suas rêdes escolares e aperfeiçoamento do respectivo magistério; II) - estudos e levantamentos da situação do ensino; III) - constituição de um centro de documentação pedagógica; IV) - instalação de um centro nacional - Centro de Altos Estudos Educacionais - e de centros regionais de estudo e aperfeiçoamento do magistério.

O INEP, na distribuição de recursos, procura, embora modestamente, suprir as diferenças de recursos entre os estados e estimular os respectivos esforços. A aplicação do plano observa o programa de obras em curso em cada estado. Assim, em São Paulo, aplica-se a maior parte de sua quota no prosseguimento da construção do Instituto do Professor Primário, futuro centro regional do INEP; na Bahia, no Centro Educacional Carneiro Ribeiro e grupos escolares do interior; em Alagoas, no Centro Educacional de Maceió.

Comparecendo em janeiro à Conferência Nacional de Educação, reunida em Curitiba, apresentou o Instituto um plano de base para financiamento da educação brasileira, unanimemente aprovado.

No primeiro trimestre de 1954, graças à contribuição do INEP, foram concluídas 136 escolas primárias, 32 grupos escolares e duas escolas normais. Foram ainda iniciadas 174 escolas rurais, 67 grupos escolares, duas escolas normais e outras obras, tendo sido concedidos auxílios, por meio de novos acordos, para a construção de 61 escolas rurais e 35 grupos escolares, além de outras obras e de auxílio complementar para conclusão de um prédio de escola normal.

Os auxílios concedidos no trimestre, pelo INEP, beneficiaram as seguintes unidades federadas:

Para construção de escolas rurais:

Bahia	2 E R	Cr\$ 160 000,00
Minas Gerais	11 E R	1 020 000,00
Goiás	2 E R	150 000,00
Maranhão	26 E R	2 060 000,00
Pernambuco	1 E R	80 000,00
Paraíba	14 E R	1 760 000,00

Para construção de grupos escolares:

Bahia	1 G E	Cr\$ 350 000,00
Goiás	9 G E	2 250 000,00
Alagoas	3 G E	1 050 000,00
Paraíba	5 G E e	
ampliação e conclusão de 15 G E		3 314 000,00

Distrito Federal (prosseguimento do Centro Educacional da V. Militar) 500 000,00

Maranhão 5 G E e
conclusão de outro 1 950 000,00

Mato Grosso 3 G E 900 000,00

Minas Gerais 1 G E (ampliação) 100 000,00

4 G E 1 400 000,00

Para construção de escolas normais:

Alagoas - conclusão do Centro Educacional de Maceió e respectiva escola primária Cr\$ 3 500 000,00

Auxílio a instituições diversas:

Acre obras no Instituto Imaculada Conceição Cr\$ 100 000,00

Quanto à campanha de educação de **adolescentes** e adultos analfabetos, que objetiva incorporar à vida produtiva parcelas amplas da população, a verba aplicada em 1953 orçou em Cr\$63 199 875,20, utilizada em 17 600 unidades escolares (eram 10 000 em 1947) da campanha e em outras unidades. A verba prevista para o corrente ano é de Cr\$46 119 026,60; a redução é aparente, apenas, pois foram separados os recursos destinados à Campanha de Educação Rural (35 milhões de cruzeiros).

Coordenação dos cursos do INEP - Os trabalhos para 1 954 foram organizados com base na experiência anterior, de modo a obter condições mais favoráveis à realização de suas finalidades, no setor de aperfeiçoamento de professores de ensino primário e normal, afastando óbices, como as condições que cercavam a vinda de professores estaduais ao Rio de Janeiro. O preparo dos mesmos deve realizar-se normalmente, para o exercício das funções que lhes cabem específica

mente ou funções particulares que lhes são atribuídas menos frequentemente, mas ainda assim essenciais: ensino primário dos débeis mentais, cegos, surdos-mudos, orientação do ensino de canto orfeônico, artes industriais, etc.

Outro plano consiste na preparação e aperfeiçoamento de técnicos quem nos estados, conduzem a formação e aperfeiçoamento do professorado primário.

Face a tais considerações, o INEP decidiu planejar o aperfeiçoamento do magistério em 1954 por meio de missões pedagógicas a enviar aos estados em que se pudesse contar com uma escola primária de aplicação (Bahia, Paraná e, possivelmente, Pernambuco). As missões, em aulas, seminários, observações e práticas de ensino, tratarão dos problemas reais da classe primária, dirigindo-se aos professores no seu próprio ambiente.

Foi organizada a missão que irá a Salvador aperfeiçoar 40 professores.

No setor de Cursos de Especialização, foram planejados os seguintes para o professor primário, a se realizarem em instituições especializadas:

- a) Preparação para o ensino em zonas rurais.
- b) Idem para o ensino dos cegos.
- c) Idem para o de surdos-mudos.
- d) Idem para reeducação de desajustados.
- e) Idem para o ensino de débeis mentais.
- f) Preparação para a orientação do ensino de canto orfeônico.
- g) Preparação para setores vários da educação primária (teatro escolar, arte infantil, orientação, direção de escolas).
- h) Preparação para educação pré-primária.

Para professores do curso normal:

- a) Metodologia da Linguagem
- b) Metodologia do Cálculo
- c) Idem de Estudos Sociais.
- d) Idem de Ciências Naturais
- e) Psicologia Educacional.

Para o pessoal encarregado do Serviço de educação:

- a) Administração geral
- b) Administração do Pessoal
- c) Administração orçamentária
- d) Administração de material
- e) Organização e métodos
- f) Relações públicas.

Inquéritos e levantamentos - A CILEME (Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar), órgão do INEP instituído pela portaria ministerial nº 160, de março de 1953, com o objetivo essencial de medir e avaliar a situação real do ensino médio e elementar em todo o país, prosseguiu, no trimestre, os seus estudos dentre os quais os projetos seguintes, que também atendem a aspectos do ensino primário:

- Aspectos gerais da educação média e elementar; os sistemas estaduais de educação.

- Estudo da escola elementar no Brasil (iniciado no trimestre, para estudo desse tipo de escola e seu funcionamento, bem como dos problemas gerais da evasão e repetência).

Iniciou ainda a CILEME a elaboração de monografias regionais sobre a educação média e elementar no país, fornecendo panoramas e interpretações da escola brasileira, tal como se apresenta nas diferentes unidades federadas. Foi concluída uma, denominada "A EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA", de autoria do Prof. J. Roberto Moreira.

Iniciou a Campanha o planejamento de estudo sobre as publicações para crianças e adolescentes, sob o ponto de vista educacional.

ENSINO SECUNDÁRIO

De 1933 a 1950, enquanto o ensino primário aumentava de 90% e o superior de 80%, o crescimento do ensino secundário atingia a 490%. Isso reflete, sem dúvida, a expansão da classe média e o desenvolvimento industrial e econômico dos últimos dez anos. Face a tal crescimento, mostrou-se insuficiente a rede escolar, revelando-se a legislação, por outro lado, burocratizadora, sem flexibilidade, centralizadora e, até há pouco, impeditiva de comunicação entre os diversos planos do ensino médio, como se fôsem compartimentos estanques. No ensino secundário é que mais vivamente foram sentidas as deficiências do aparelhamento escolar e a crise de crescimento, o que levou o Ministério da Educação a elaborar plano de ação sistemática a longo prazo, apoiado na consideração de que as dificuldades, nesse plano do ensino médio, decorrem, principalmente, destes fatores:

a) legislação rígida e centralizadora, sobrecarga de disciplinas e desajustamento do ensino secundário às aspirações do aluno e necessidades do meio;

b) insuficiência da participação do poder público na expansão da rede escolar;

- c) falta de equivalência entre os cursos de grau médio, entravando o desenvolvimento natural das vocações (hoje sanada pela lei 1 821, de março de 1953 e respectivamente regulamentação);
- d) insuficiência de professores;
- e) ineficiência dos serviços de inspeção, orientação e as-sistência e
- f) crescente custo do ensino, dificultando o acesso das classes menos favorecidas.

No que concerne à reforma da legislação, o Ministério realizou estudos como subsídio à elaboração, pelo Congresso, da futura Lei de Diretrizes e Bases, e cogitou da reforma das leis e regulamentos ao alcance da administração.

O projeto de lei conhecido pelo nome do Deputado Nestor Jost reduz as disciplinas obrigatórias, assegura direito de opção das outras que completarão o currículo, aumenta o ano letivo, estabelece em 5 anos a duração do ginásial noturno, cria o curso de madureza para o 2º ciclo em 2 anos, para maiores de 19 anos, e garante a vigência de cada regulamento por 3 anos no mínimo.

O sistema de inspeção foi reorganizado, criando-se novas funções técnicas e inspetores de ensino médio (Decreto nº 35107, de 13 de fevereiro de 1 954), com melhor salário, cujos ocupantes serão selecionados entre os atuais inspetores.

O atual sistema, planejado na base de 1 inspetor para cada estabelecimento, até 400 alunos, exigiria 3000 inspetores, quando só há 1055. Por outro lado o crescimento da rede, incluindo ginásios de difícil acesso, levou o Ministério à contingência de solicitar a co-operação de servidores públicos não especializados, como coletores federais, agentes de estatística, de estrada de ferro, dos Correios, etc. Outro mal residia na excessiva centralização do serviço.

A criação das inspetorias seccionais, pela portaria ministerial nº 134, de 25 de fevereiro de 1954, além de tornar o serviço de inspeção mais atuante e mais presente o Ministério da Educação e Cultura na assistência e orientação do ensino secundário, representa sa lutar medida descentralizadora.

As inspetorias terão sede no Distrito Federal, capitais estaduais ou cidades consideradas pontos de mais fácil acesso aos municípios constituintes da respectiva área de inspeção. Já foram expe-didas as instruções para seu funcionamento, o que se dará, em breve, quanto a 40 inspetorias. Os inspetores seccionais, auxiliados por inspetores itinerantes, uma vez por mês, pelo menos, manterão contato

pessoal com os inspetores de estabelecimentos, diretores, professores e alunos. O novo sistema dá ao corpo de fiscais maior flexibilidade e capacidade de atuação.

Foi realizado um curso com estágio na Diretoria do Ensino Secundário, de 4 semanas e tempo integral, seguido por inspetores dos Estados, exceto Maranhão e Mato Grosso, e do D. Federal.

Quanto à expansão e melhoria da rede escolar, o Ministério fomentou a criação de escolas públicas e particulares sem fim de lucro e acentuou o rigor do critério de autorização de colégios e lançou, para complementar a ação da Diretoria do Ensino Secundário, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), criada pelo Dec. 34 638, de 17 de novembro de 1 953.

O número de alunos do curso secundário cresceu de 66420 em 1 953 a 389 762 em 1 950. Os estabelecimentos secundários, em número de 662 em 1 942, subiram a 1 588 em 1 952.

172 novos estabelecimentos secundários iniciaram atividades no trimestre.

Não chegam a 10 os municípios que mantêm estabelecimentos secundários e a União só o Colégio Pedro II, agora bastante ampliado. A maior demanda, que traduz verdadeira fome de ensino secundário, influiu negativamente na qualidade do ensino, com afluência de pessoal inadequado ao magistério, alto custo do ensino, multiplicação dos turnos com supressão de atividades extraclasse essenciais à obra educativa, improvisação do professorado, etc.

O Ministério da Educação e Cultura procurou tomar as providências ao seu alcance.

A matrícula nas 4 seções do Colégio Pedro II atingiu a 4 500.

Foi solicitada ao DASP a inclusão de uma verba de assistência a estabelecimentos, de 100 milhões, no orçamento de 1955, para colaborar com escolas boas, mas pobres, das pequenas cidades. Como os alunos das escolas particulares são cerca de 300 000 a União poderá conceder, em média, Cr\$300,00 por aluno-ano.

Dentre os projetos em estudo no Congresso, há um sobre suplementação de salários de professores, de aceitação voluntária e condicionada a determinadas condições (número de aulas, mensuração do aproveitamento dos alunos, cursos de aperfeiçoamento, assiduidade, etc.).

Fundo do Ensino Secundário: O M.E.C. colaborou com os estudos feitos em torno de um projeto relativo a bolsas em discussão no Senado, visando a ampliação de seus fins, com a criação do Fundo, para abranger também prédios, estágios de professores, etc.

Fundação do Ensino Secundário: Processaram-se estudos para sua constituição, como entidade de direito privado, que poderá associar-se a estabelecimentos para melhorá-los.

Enriquecimento do ensino: O que se deseja é um ensino mais objetivo, prático e mais coordenado com a vida. Bibliotecas e laboratórios ausentes ou apenas decorativos preocupam o Ministério que, pela CADES, organizou plano de concessão de gabinetes mínimos, aproveitando a colaboração do Instituto Nacional de Tecnologia que, de acordo com o Conselho Nacional de Pesquisas, preparou um laboratório de baixo custo e satisfatório.

Custo do ensino e assistência ao estudantes: Não podendo o M.E.C. impedir a elevação abusiva das anuidades cobradas pelos estabelecimentos particulares, elaborou um plano de assistência, já executado no 1º trimestre de 1954, através da concessão de bôlsas a alunos secundários e comerciais. Foi lançada a Campanha Nacional de Bôlsas de Estudo, com a convocação de tôdas as pessoas de boa vontade, prevendo-se a distribuição, já êste ano, de 5 000 bôlsas.

Corpo docente: Seu número é insuficiente e sua localização, em geral, nos grandes centros, com prejuízo do interior, que não atrai os licenciados pelas Faculdades de Filosofia, tão baixos os salários que oferece. O recrutamento do magistério no interior quase se procede como no início do século. Para as regiões carentes a atual legislação prevê a autorização mediante inscrição nos exames de suficiência. Mas, convocados para tais exames, muitos não comparecem.

Foram realizados cursos de janeiro a fevereiro que beneficiaram 170 professôres em regime de internato e 400 externos, com resultados compensadores nos exames de suficiência. O plano permitia 500 internos, mas as inscrições não chegaram a 200.

A D.E.Sec. tem procurado prestigiar as Faculdades de Filosofia, que se devem tornar centros de idéias e pesquisas. Sua cooperação também se fêz sentir nos exames de suficiência realizados em janeiro e fevereiro, em 12 capitais.

Bôlsas para expedicionários e seus filhos: A portaria nº 22, de 7 de janeiro de 1954, com base no Decreto-lei 8 019, dispõe sobre a concessão de bôlsas aos integrantes da FEB. Servirá de intermediário entre o M.E.C. e os interessados a Legião dos Veteranos de Guerra do Brasil, cujo Conselho examinará as condições dos candidatos, sendo as bôlsas concedidas a febianos que frequentem cursos médios e superiores ou cursos livres regionais de 1 ano pelo menos.

Está em fase final o estudo de portaria regulando a concessão de bôlsas para curso primário e médio aos filhos dos ex-combatentes.

Colégio Pedro II: O Externato, hoje com três seções, duplicou sua capacidade, atendendo a mais de 4.000 estudantes. 700 novos alunos ingressaram em 1954. Dos 4.615 candidatos inscritos, foram habilitados só 591 (12,5%), explicando-se êsses baixos resultados porque no Colégio Pedro II só os que têm decidida vocação para o ensino secundário mais apurado são aprovados.

Entrou em execução o novo Regimento Interno, baixado pelo Dec. 34.742, de 2.XII.1953. Os novos órgãos pelo mesmo criados iniciaram seus trabalhos, grupando-se as disciplinas afins em Departamentos Pedagógicos, cujos chefes constituem o Conselho Departamental, órgão consultivo da diretoria.

Por decreto de 15 de março de 1954 foram incorporados ao Colégio, como assistentes de ensino, os antigos professores contratados, cuja seleção se fizera mediante prova de títulos. Foram criadas 113 funções de assistente referência 27.

No Internato as matrículas foram 470. Foram abertos concursos para as cátedras de Português e Alemão.

Assistência financeira do INEP: Desde 1953 a assistência financeira do INEP abrange estabelecimentos de ensino médio, aos quais se destinou no orçamento do referido ano Cr\$ 27.950.000,00 sendo gastos Cr\$ 12.990.000,00 até 31 de dezembro. Do saldo, foram empregados no 1º trimestre de 1954 Cr\$ 2.590.000,00. Para 1954, o orçamento destina Cr\$ 32.448.500,00 para o ensino médio (início ou prosseguimento de obras, equipamentos, etc.).

Realizaram-se no trimestre 14 obras financiadas pelo INEP em estabelecimentos de ensino médio.

Os auxílios concedidos pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos beneficiaram as unidades seguintes:

Bahia (2 ginásios).....	Cr\$ 350 000,00
Goiás (1 ginásio).....	150 000,00
Maranhão (1 ginásio).....	300 000,00
Minas Gerais (2 colégios e 1 curso noturno).	480 000,00
Pará (1 colégio).....	150 000,00
Paraíba (1 ginásio).....	60 000,00
Pernambuco (1 ginásio).....	250 000,00
Piauí (1 ginásio).....	60 000,00
Sta. Catarina (3 ginásios).....	240 000,00
São Paulo (3 ginásios e 1 colégio).....	400 000,00

Pesquisas da CILEME: No trimestre prosseguiram os trabalhos dos projetos sobre "Aspectos gerais da educação média e elementar; os sistemas estaduais de educação"; "O aluno, o professor e a escola de grau médio"; "O ensino das disciplinas de grau médio; Testes para estudo de alguns aspectos dos concursos de habilitação para escolas superiores".

A Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar fez publicar um relatório do Prof. Tales Melo Carvalho, intitulado ACREDITAÇÃO DE ESCOLAS SECUNDÁRIAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.

Graças ao apreciável esforço da CILEME, o país terá em breve um amplo estudo sobre o ensino médio e uma visão esclarecedora da escola secundária brasileira.

ENSINO COMERCIAL

Nesse ramo do ensino médio, cumpre assinalar, dentre as atividades do primeiro trimestre de 1954, o registro de 273 professores e de 1954 diplomas, a equiparação ou reconhecimento de 29 estabelecimentos e a cassação de inspeção preliminar em outros dois.

ENSINO INDUSTRIAL

Nos três primeiros meses de 1954 foram desenvolvidos, pela Diretoria do Ensino Industrial, as atividades planejadas no segundo semestre de 53.

Promoveu a D.E.I. a I Mesa Redonda Brasileira de Educação Industrial, em São Paulo, no mês de janeiro, para auscultar a opinião pública da região sul, e em Belo Horizonte, em fevereiro, com o mesmo objetivo no tocante ao centro. A primeira finalidade dessa ampla consulta é descobrir as tendências e rumos educacionais do país, na atual conjuntura sócio-econômica. A segunda é promover a aproximação dos homens de produção com os meios educacionais. A terceira, verificar o grau e qualidade de variação das condições sócio-econômicas das diversas regiões do país, capazes de determinar diferentes necessidades em termos de tipos e modalidades de educação industrial. Finalmente, a quarta consiste em obter dados para o projeto de reforma e atualização das leis e regulamentos que regem o ensino industrial.

Outra operação da D.E.I. no período em tela foi a campanha de aperfeiçoamento técnico do pessoal ativo das empresas, deflagrada com o lançamento do programa de divulgação do método de preparação dentro da indústria, conhecido como T.W.I. (Training within indus -

try), agora em escala nacional (Pôrto Alegre, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, D. Federal, Fortaleza, etc.), com o fito de integrar o ensino industrial nas atividades dos meios produtivos.

O aperfeiçoamento de professôres e diretores efetuou-se através de cursos de férias intensivos. A CBAI (Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial) realizou em janeiro e fevereiro, em São Paulo, vários cursos para diretores de escolas da rêde federal, rêdes oficiais de S. Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco, autarquias e estabelecimentos particulares. Também houve cursos para professôras de ofícios femininos, em Pôrto Alegre e São Paulo.

O Serviço de Orientação Educacional e Profissional visou obter melhor articulação da família com a escola e promover o fornecimento de informação ocupacional ao aluno e sua colocação após o término do curso. Elaborou ainda o Serviço um manual-roteiro das atividades de orientação.

quanto ao material didático elaborado no período, houve diversas edições e reedições de obras destinadas ao ensino industrial.

Realizou-se exame de suficiência para candidatos ao registro de professor de ensino industrial, em todo o país, com 37 inscrições.

ENSINO SUPERIOR

No campo do ensino superior, os aspectos que mais se impõem dizem respeito à necessidade de melhor indentificação com a realidade de nossa evolução e progresso econômico, além de formar elites.

Com a recente federalização de instituições universitárias, a União assumiu encargos financeiros sem paralelo no país. As despesas com a manutenção de seis universidades federais devem subir, no corrente ano, a mais de 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros, além de 66 milhões destinados aos 16 estabelecimentos isolados de ensino superior do govêrno federal. Serão subvencionados 79 estabelecimentos (mais de 64 milhões), sem incluir o que se concede à Fundação Getúlio Vargas e escolas de enfermagem.

Assim, em 1954, a contribuição do Govêrno federal para o ensino superior orça em cêrca de 1 400 milhões.

No trimestre foram registrados 1 794 diplomas universitários, após rigorosa verificação.

A CILEME prosseguiu, nesse período, seus estudos sobre Teses para estudo de alguns aspectos dos concursos de habilitação para escolas superiores, de inegável interêsse para os administradores do ensino universitário. Esse projeto tem dois objetivos principais: a comparação entre os atuais concursos e a seleção por meio de testes, e, paralelamente, o estudo do rendimento geral do ensino secundário.

A CAPES (Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior) programou 26 novos projetos relativos a contratos de técnicos e professores nacionais e estrangeiros, para atividades de ensino e pesquisa de alto padrão, dos quais 7 foram iniciados, prosseguindo 8 encetados em 1953. Realizou, ainda, entendimentos com universidades e centros técnicos do país e exterior.

Concluiu a CAPES o Estudo Preliminar para a Organização de um Catálogo de Ocupações de Nível Superior para o Brasil.

Foi aprovado seu programa de bôlsas de estudo, com a classificação das bôlsas e prioridades a considerar, bem como o Plano de Bôlsas de Aperfeiçoamento. Em janeiro, foi firmado acôrdo com a UNESCO no sentido de estabelecer política de colaboração no setor de bôlsas de estudo. Além da UNESCO, manteve a CAPES relações com outras entidades nacionais e estrangeiras que operam serviços de bôlsas. Participou do Congresso de Sociologia e colaborou, por intermédio de seu Secretário Geral, Prof. Anísio Teixeira, com o Congresso Nacional de Educação, reunido em janeiro, em Curitiba, onde foi apresentado o trabalho "Sôbre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro", de Anísio Teixeira. Esse e outros trabalhos apresentados pelo INEP constituíram, a bem dizer, as bases e diretrizes das discussões do certame.

ENSINO EMENDATIVO

A política do Ministério quanto ao ensino de deficientes visa duplo objetivo - coordenação e expansão. A primeira se concretiza pelo intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras, assistência, preparo de pessoal e difusão de novos processos de educação de deficientes sensoriais.

Instituto Benjamin Constant - Foi providenciada, no trimestre, sua representação no Congresso Pan-Americano de Assistência aos Cegos e Prevenção da Cegueira, a realizar-se em São Paulo.

Em março foi inaugurada a Clínica de Doenças da Córnea, de nomeação que tomou o Banco dos Olhos do Instituto.

Instituto Nacional de Surdos-Mudos - Foi elaborado o anteprojeto do seu novo regimento, pois esta instituição, responsável há

96 anos pela pedagogia emendativa para deficientes da audição, ainda se regia por normas de 20 anos atrás.

Fato auspicioso foi a colação de grau, em fevereiro, da 1ª turma de um curso único entre nós e o terceiro na América do Sul; o curso normal de formação de professores primários para surdos. Os 52 professores concluídos estudaram três anos. Em 1954 cêrca de 60 jovens deverão concluir o mesmo curso, para o qual, hoje, são recrutados candidatos também nos estados, à cuja disposição, êste ano, o I.N.S.M. pôs 25 vagas com residência e alimentação.

Outro curso em andamento é o de especialização para professores de surdos, de 1 ano (pedagogia especial e ortofonia).

Foi programada, ainda, a regulamentação do ensino primário e profissional para crianças surdas, bem como a educação rural para surdos-mudos. Pretende o Ministério manter uma fazenda-escola para deficientes rurícolas, nas proximidades do Distrito Federal.

Também foi programada, no trimestre, a publicação do primeiro manual brasileiro sôbre a educação dos surdos-mudos.

Outra iniciativa consistirá na instalação do setor especializado para educação de surdos retardados.

EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR

O desenvolvimento dêsse ramo da educação exige esforços convergentes de todos os setores públicos e particulares relacionados com o ensino. Abrange crianças, adolescentes e adultos, sob múltiplos aspectos - cultural, técnico, moral, cívico, social, recreativo, físico, etc.

No trimestre, estudou a Divisão de Educação Extra-Escolar medidas referentes a teatro estudantil, imprensa, associações culturais, recreativas e desportivas nos estabelecimentos de ensino, tendo em mira aperfeiçoar o espírito de solidariedade entre alunos.

O Departamento Nacional de Educação, por sua vez, auxiliou a realização de numerosos movimentos associativos, como o Congresso Nacional da UNE (a realizar-se), o Congresso Estudantil Cultural do Nordeste (março), em Recife, a União dos Estudantes Secundários do Amazonas (março), em Manaus, o 1º Festival de Arte e Cultura da Mocidade.

LIVRO DIDÁTICOAssistência a BibliotecasPublicações

A Comissão Nacional do Livro Didático efetuou 16 reuniões, em que foram examinados 15 livros didáticos. 13 obtiveram autorização para uso didático, um conseguiu-a condicionalmente e o restante foi recusado.

A CALDEME (Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino) prosseguiu na execução de seu programa, no sentido de influir no aparecimento de melhores livros didáticos, mediante a edição de manuais de ensino das diversas matérias do currículo do ensino médio, bem como dos livros correspondentes para o grau elementar. Atendendo a que é reduzido o número de professores que frequentam cursos apropriados de formação, a preparação de manuais bem organizados poderá contribuir para melhoria do ensino, fornecendo indicações valiosas, inclusive quanto ao conteúdo. Em alguns casos, mostrou-se mais conveniente a tradução, simples ou com adaptações, de livros estrangeiros já consagrados, para utilização pelos docentes.

A organização dos manuais em aprêço é sempre precedida do preparo de um plano por pessoas altamente indicadas, e de sua cuidadosa discussão com outros profissionais, escolhidos de modo a não se desprezar nenhuma corrente ponderável existente no respectivo campo.

Não há intromissão direta no problema complexo, de natureza econômica, do livro didático, mas isso não exclui outras providências. Cogita-se, assim, de efetuar a crítica dos livros didáticos em uso, em caráter sistemático.

No período janeiro-março foi celebrado acôrdo para elaboração de um manual de professores secundários, com o Prof. Werner Gustav Krauledat, cujo texto deverá estar pronto no fim de corrente ano.

Foi também elaborado o plano para um manual destinado a orientar a recreação na escola primária, a cargo da Prof. Ethel Bauer Medeiros. O manual está sendo escrito.

Contratou-se com a Companhia Editora Nacional a publicação do livro do Prof. Francis D. Murnagham sôbre álgebra elementar e trigonometria, para distribuição a professores secundários de matemática, de modo a difundir entre nós as idéias daquele professor americano, experimentadas com êxito no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, de São José dos Campos, São Paulo.

Continuaram em preparo os manuais de zoologia, botânica, biologia geral, português, francês, história geral e do Brasil, referentes ao curso secundário e destinados a professores.

Foi preparado acôrdo para elaboração de manual semelhante, de física.

A CILEME iniciou o planejamento de um estudo sôbre as publicações para crianças e adolescentes, sob o aspecto educacional.

Também o problema do barateamento do livro didático sob os aspectos editorial e pedagógico foi considerado, tendo a ATEC examinado a proposta da Editora A NOITE, de publicar manuais a preços módicos. Facilidades de importação foram concedidas ao papel destinado ao livro.

Continuou o Ministério, por outro lado, pelos seus órgãos técnicos, os estudos pertinentes ao combate sistemático às publicações licenciosas, estando em elaboração ante-projeto sôbre o assunto, a ser submetido à comissão constituída para exame da matéria.

A Comissão Permanente de Incentivo e Assistência à Biblioteca manteve estreita colaboração com o Instituto Nacional do Livro. No setor de bibliotecas escolares, a CPIAB, em cooperação com a Diretoria do Ensino Secundário, preparou um guia sôbre instalação de bibliotecas nos estabelecimentos de ensino médio.

No trimestre, o Departamento Nacional de Educação prosseguiu no inquérito iniciado em 1953, entre as instituições culturais do país, para elaboração de um catálogo de livros recomendáveis à juventude e fêz distribuir material didático aos cursos de ensino supletivo, no total de 52 760 exemplares, entre livros e folhetos.

O Instituto Nacional do Livro, cumprindo um de seus objetivos - incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas - vem intensificando o ritmo de suas doações e assistência. 23111 volumes, no primeiro trimestre de 1954, foram doados às bibliotecas do país e 248 a instituições estrangeiras. Nesse período, 11 bibliotecas municipais foram criadas por iniciativa do INL.

A Biblioteca Nacional reabriu em fevereiro o curso de biblioteconomia e concedeu 10 bôlsas de estudo.

CINEMA EDUCATIVO

Além de suas atividades ordinárias, cabe lembrar a assistência do Instituto Nacional do Cinema Educativo ao Festival Internacional de Cinema verificado em São Paulo no mês de fevereiro.

A contribuição do INCE avultou no Festival de Cinema Científico e Educativo, para o qual também concorreu com diversos filmes, e no Festival da Retrospectiva do Cinema Brasileiro, para o qual cedeu cópias de sua filmoteca.

Após o Festival de São Paulo e a convite do Ministério, veio o Prof. Jean Fainlevé, presidente da Associação Internacional de Cinema Científico de Paris, fazer demonstrações no Rio de Janeiro dos filmes exibidos naquele festival. Para esse fim foram realizados dois programas, um escolar, em colaboração com a Divisão de Educação Extra-Escolar, constituído de cinco filmes, exibidos em em vários colégios; outro para público de nível universitário, constando de espetáculos públicos, no auditório do M.E.C., iniciados em 22 de março, em que foram exibidos filmes produzidos em França, Alemanha, Polónia, Áustria, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Tchecoslováquia, Índia, Austrália, Estados Unidos, Uruguai, e Brasil.

Já em janeiro havia o INCE comparecido ao XI Congresso Nacional de Educação, em Curitiba, onde exibiu filmes produzidos em laboratórios nas sessões de Educação Audio-Visual.

O movimento de distribuição foi pequeno, porque a maior parte do trimestre coincidiu com as férias escolares.

O cinema científico e educativo, com a importância justamente atribuída pela moderna pedagogia aos auxílios áudio-visuais, deve constituir equipamento usual da escola moderna.

ENSINO E TEATRO

De janeiro a março funcionou o Curso de Férias do Conservatório Nacional de Teatro, tendo-se exibido seus alunos publicamente em cenas extraídas do repertório shakespeariano.

Foi também organizado o Teatro Experimental do Conservatório Nacional de Teatro, espécie de laboratório cujo objetivo é estudar e encenar textos significativos da literatura dramática universal. Ainda experimentalmente, foi organizado o Curso Extraordinário de Direção.

MUSEOLOGIA

O curso de Museus, do Museu Histórico, exigiu este ano, para melhor aproveitamento de seus alunos, exame de admissão logrando aprovação 11 dos 15 candidatos inscritos.

O exame versou sobre História Geral e do Brasil, Geografia e duas línguas, a escolher entre francês, inglês, italiano e alemão.

MUSEU NACIONAL

Auxílio a colégios - No trimestre, forneceu o Museu material didático de História Natural a dois colégios (D. Federal e Espírito Santo) e fez a classificação de minérios de um deles.

RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

No trimestre em aprêço, mereceu êste serviço do M.E.C. completa renovação, com a reorganização material de tôdas as dependências e a da programação, assumindo o Brasil, desde 15 de março, posição pioneira no mundo, com 17 horas diárias de programas culturais, isentos de anúncios.

O Colégio do Ar foi reiniciado em nível secundário a 15 de março, com 2 004 alunos-ouvintes matriculados. Prevê a Rádio Ministério da Educação, para breve, 5 000 alunos.

Completando o trabalho educativo da família e da escola, são irradiados programas adequados à infância.

Das 6 edições diárias de notícias, uma é exclusivamente de fatos culturais. Foram iniciadas, ainda, mesas redondas de educação, no que vem colaborando a Associação Brasileira de Educação.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL

Foi aprovado o plano de trabalhos para 1954, que prevê o funcionamento, nesse ano, de 39 missões rurais, 61 cursos de treinamento de professores e líderes rurais e 47 centros sociais rurais. Em fevereiro e março foram instaladas duas missões rurais (em Sobral, no Ceará e Alegrete, no Rio Grande do Sul) e um curso de treinamento para técnicos em educação de base, na Escola Média de Agricultura de Florestal, em Minas Gerais. Foram mantidas contatos com a Comissão de Valorização Econômica da Amazônia, Fundação Brasil Central e Instituto de Assuntões Interamericanos.

CULTURA

No setor cultural, suscitou o Ministério da Educação e Cultura, pela ATEC, a apresentação de projetos que, concretizados em lei, propiciarão os meios de realização de seus encargos, com a criação do Conselho Nacional de Cultura, que terá a responsabilidade

de do planejamento da política do Ministério em assuntos culturais, do Departamento de Cultura, da Editora Nacional e do Colégio do Brasil, órgãos executivos dessa política e, finalmente, do Fundo de Cultura, que assegurará ao Ministério a obtenção dos recursos necessários à execução dos serviços pertinentes àqueles órgãos executivos, estimulando e promovendo iniciativas culturais.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

Foi criado pelo Dec. 35 124, de 27 de fevereiro de 1954, no Conselho Nacional de Pesquisas.

ORÇAMENTO E PROGRAMA DE EMERGÊNCIA DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Foi aprovado pelo Dec. 35 020, de 8 de fevereiro de 1954, que, entre os assuntos atendidos pelo programa de emergência, destina Cr\$20 000,00 ao desenvolvimento cultural, abrangendo ensino primário, médio especializado, superior, institutos educacionais de base, formação de especialistas e divulgação.

PELOS JORNAIS

"A NOITE", de 17 de março de 1954, noticiou o transcurso, nessa data, do centenário da morte de José Álvares de Azevedo (1834-1854), idealizador de um instituto para cegos e pioneiro, no Brasil, dêsse ramos do ensino emendativo e do método Braille. Traduziu famosa obra sobre a história e os métodos de ensino do Instituto dos Meninos Cegos, de Paris.

"Diário da Noite", de 24 de março de 1954, comunicou que, segundo informações do Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, não se repetiria êste ano o problema dos excedentes na referida Universidade, pois fôra, de acôrdo com a Congregação, determinado o aproveitamento de todos os excedentes, em número de 128.

A imprensa diária desenvolveu louvável campanha no sentido de ser assegurada matrícula a tôdas as crianças que necessitassem inscrever-se nas escolas primárias municipais. É que, ao serem abertas as inscrições, numerosas crianças não foram atendidas, o que provocou protestos generalizados.

O Secretário de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, desejando resolver a situação, determinou ao Departamento de Educação Primária a reabertura das matrículas, em fins de março, até 5 de abril.

As inscrições, segundo o respectivo edital de abertura, foram feitas para fins estatísticos, no sentido de serem, oportunamente, tomadas providências. As matrículas haviam já atingido 154.718 crianças, restando 10 500 excedentes, dos quais 6 790 foram aproveitados, com o desdobramento de algumas escolas em três turnos, devendo os demais ser encaminhados a escolas particulares, sem ônus para suas famílias. Recomendou-se na ocasião que as crianças já matriculadas ou inscritas como excedentes não deveriam pedir nova inscrição, pois seu direito já estava assegurado. Maior desafôro seria propiciado, em abril, pela abertura de novas escolas.

Como se vê, mais uma vez se evidencia que está ultrapassada a fase de educação - concessão, como um favor do Estado, de cuja vantagem era preciso convencer a opinião pública. Hoje é o povo que exige escolas.

Vida Educacional

Abril a junho de 1954

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS

PEDAGÓGICOS

Vem o INEP procurando acentuar sua missão primordial, que será a de se constituir um centro de informação objetiva das atividades educacionais do país, capaz de ajudar a formação de uma opinião pública esclarecida a respeito da escola e de guiar os responsáveis oficiais pelo desenvolvimento da educação brasileira.

Prosegue o Instituto, no trimestre, a ação imediata - assistência técnico-financeira aos Estados, Municípios e particulares para ampliação de suas redes escolares e aperfeiçoamento de professores, - e a de realização de estudos, pesquisas, levantamentos e documentação, cujos resultados concretos começam a aparecer em livros e monografias.

CAMPANHA DE INQUÉRITOS E LEVANTAMENTOS DO ENSINO MÉDIO E ELE

MENTAR - (CILEME)

como órgão do INEP,

Instituída em março de 1953, os principais trabalhos já realizados pela Campanha ao findar o segundo trimestre de 1954 podem ser assim enumerados:

Projeto 4/1.2 (Aspectos gerais da educação média e elementar; os sistemas estaduais de educação): foi concluído o trabalho relativo ao sistema educacional fluminense, constante de monografia com cerca de 300 páginas datilografadas e 18 mapas, para próxima publicação.

Outra monografia regional sobre a educação média e elementar encontrava-se bastante adiantada, com referência ao Rio Grande do Sul, aguardando-se para julho sua conclusão. Foi também concluída a monografia correspondente ao Paraná, cuja impressão deverá ser iniciada em julho ou agosto.

Projeto 4/3.4.5 (O aluno, o professor e a escola de grau médio): foi ultimado, já havendo relatório dos resultados obtidos na pesquisa empreendida. Verificada, posteriormente, a conveniência de apresentar relatórios dos trabalhos realizados em cada uma das escolas que compõem a amostra sobre a qual se baseou o estudo da educação secundária no Estado do

Rio de Janeiro, foi encetada essa nova tarefa que importou, por vêzes, em novas tabulações de dados e levantamentos, mas que, não obstante, atingiu a fase final.

Projeto 4/6 (O ensino das disciplinas nas escolas de grau médio): já foi feita a amostragem para escolha das escolas a incluir na investigação, estando ultimados, no que diz respeito a português, os trabalhos referentes a uma escola e iniciada a pesquisa em outra. No que concerne à física, completou-se a observação em três escolas e iniciaram-se os contatos com duas outras. Quanto à química, concluiu-se o documento básico sobre os objetivos de seu ensino e atividades correlatas, estando em preparo o instrumental para a pesquisa de campo. No tocante à Geografia, os trabalhos da fase preliminar - elaboração de documentos sobre os objetivos específicos do ensino e atividades didáticas que levam à consecução dos mesmos, questionários, roteiros de entrevistas e observações de aulas, itens do teste que será organizado, - já estão realizados. No que respeita à história, ainda estão sendo definidos os objetivos específicos do seu ensino na escola secundária e atividades ~~correlatas~~ conexas.

Projeto 4/7 (Análise fatorial das habilidades verbais) - ~~Acha~~ ^{am-} ~~vam-~~ ^{no,} ao findar o 2º trimestre, quase concluídos os trabalhos de análise dos resultados da aplicação no Estado do Rio de Janeiro do teste DNE, destinado a medir o nível intelectual dos alunos do ensino médio, apresentado sob quatro formas, sendo duas (A e B) adequadas aos alunos do 1º ciclo e as outras aos do 2º ciclo. Fim imediato desse trabalho foi a obtenção de normas regimentais que permitam comparação dos resultados individuais com os obtidos em geral nas várias séries do curso secundário.

Projeto 4/8 (Testes para estudo de alguns aspectos dos cursos de habilitação para escolas superiores): A aplicação desses testes (nível mental e conhecimentos) foi feita a alunos recém-aprovados nos vestibulares, no Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, em diversas faculdades e sob a coordenação da CILEME. Já está concluída a correção dos testes aplicados no D. Federal e Estado do Rio. Em São Paulo o trabalho foi realizado sob a direção de elementos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São

Paulo e do Departamento Estadual de Administração.

Para atender a solicitação da Escola Naval, foram-lhe fornecidos êsses testes.

Projeto 4/13 (A escola elementar no Brasil: funcionamento, evasão e repetência): já se encontra pronto o levantamento dos dados relativos ao Rio Grande do Sul e respectiva apuração, e realizada a aplicação de questionários no Espírito Santo. Iniciou-se a aplicação em Alagoas e Sergipe.

Projeto 4/14 (Levantamento das publicações destinadas à infância e à juventude e inquéritos sôbre o seu valor): sua elaboração foi imposta pela importância atual da literatura infanto-juvenil, como objetivo de estudar minuciosamente o assunto, vantagens e desvantagens dêsse tipo de publicações na formação da personalidade dos jovens, investigando a matéria junto a pais, educadores, adultos e crianças, causas ou condições de atração dessas revistas. Será também elaborado um plano de sugestões e normas tendentes à melhoria dessas revistas, em sua forma e conteúdo. Estudar-se-ão os meios de a escola valer-se do grande poder motivador dessas publicações para utilizá-las como instrumentos auxiliares do ensino.

Êsse projeto vem sendo executado por um grupo de técnicos, cujos trabalhos serão periodicamente apreciados por um conselho que se comporá de altas expressões da cultura brasileira, de diversas tendências.

Vem ainda a CILEME desenvolvendo outras atividades, dentre as quais a aplicação do teste não verbal de Pierre Weil, em cooperação com a cadeira de Psicologia da Faculdade Nacional de Filosofia e com o SENAC; o estudo estatístico da conjuntura educacional, para o qual se iniciou a análise dos dados estatísticos de que dispõem o Serviço de Estatística da Educação e Cultura e outras repartições do MEC; estudo e sugestões para a organização e regulamentação do Centro Educacional de Maceió; início de inquérito sôbre o estado cultural dos trabalhadores da Capital; estudos e pareceres sôbre projetos de lei referentes a educação; apresentação de relatórios, por solicitação da UNESCO, sôbre movimento educacional, cultural e científico do país. Graças a um des-

ses relatórios, na última publicação do Anuário Internacional de Educação, dada a lume no trimestre, foi possível reaparecer o capítulo sobre a educação brasileira, que não vinha ^{cons-} ~~su-~~ ~~ta~~ ~~ndo~~ das últimas ^{edições} ~~publicações~~ desse anuário internacional.

CAMPANHA DO LIVRO DIDÁTICO

E MANUAIS DE ENSINO

Proseguiu a CALDEME na celebração de acordos com professores altamente categorizados para a produção de manuais relativos a Zoologia, Botânica, Biologia, Português, Francês, História Geral e do Brasil e Química, bem como para análise de programas e livros didáticos de diversas disciplinas.

A intensa atividade da CALDEME incluiu, ainda, traduções de obras estrangeiras.

AMPLIAÇÃO DA REDE ESCOLAR

Desde 1946 vem o Ministério da Educação cumprindo seu plano de ampliação e melhoria da rede escolar do país, mediante auxílios financeiros aos Estados, Municípios e entidades públicas e particulares, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

De 1946 até junho de 1953 concedeu-se auxílio para a construção de 6790 escolas primárias, 509 grupos escolares, 57 escolas normais (além da ampliação de 21 outras) e 103 estabelecimentos de ensino médio.

De julho de 1953 até junho de 1954, ^{con} ~~su-~~ ~~ce-~~ ~~deram-~~ se verbas para mais 115 escolas primárias, 111 grupos escolares, 37 instituições diversas, 15 escolas normais (construção de 9 e ampliação de 6). Além disso, os recursos concedidos no orçamento e distribuídos pelo Congresso a estabelecimentos diversos do ensino médio e colocados sob controle do INEP beneficiaram 179 desses estabelecimentos.

Ainda neste período os compromissos pelas concessões feitas alcançaram o montante de \$ 88.913.500,00. Foram remetidos \$ 92.923.821,00, nos quais estão incluídas ^{con} ~~as~~ ~~tr~~ ~~uções~~ dos anos anteriores.

^{neste}

Num ano de atividades foram incluídas as obras

de 546 escolas primárias, 104 grupos escolares, 7 novas escolas normais e ampliação de outras.

Dos convênios firmados no ^{período} sentido de julho de 1953 a junho de 1954, sobressaem:

- a) suplementação de verba para prosseguimento de obras do Instituto de Educação de Alagoas e construção de 3 grandes grupos escolares no Estado (R\$ 9.150.000,00);
- b) construção de 10 escolas primárias e conclusão ^{do} Ginásio Municipal de Remanso, na Bahia (R\$ 1.380.000,00);
- c) construção de 4 conjuntos escolares no Ceará (.... R\$ 6.520.000,00);
- d) conclusão do Centro Educacional da 1ª Região Militar e construção do prédio escolar da Associação dos Servidores Civis do Brasil (R\$ 1.150.000,00);
- e) construção do Instituto Samuel Graham, em Goiás ... (R\$ 1.000.000,00);
- f) construção de um conjunto de 5 grupos escolares e 26 escolas primárias em Minas Gerais (R\$ 3.830.000,00);
- g) construção de um conjunto de escolas primárias em Belém (R\$ 800.000,00);
- h) construção de 5 grupos e 14 escolas rurais, ampliação de 5 escolas normais e conclusão de 15 grupos escolares na Paraíba (R\$ 6.074.000,00);
- i) construção do internato da Escola Normal Rural do Campo Maior, Piauí (R\$ 1.000.000,00);
- j) conclusão do Instituto de Educação de Natal (R\$ 2.000.000,00);
- k) construção do Centro Educacional do Município de Concórdia, Santa Catarina (500.000,00) e
- l) construção de um conjunto de 4 grupos escolares em Uruguaiana, R. G. do Sul (R\$ 1.200.000,00).

No trimestre prosseguiram, em ritmo acelerado, as construções do Instituto do Professor Primário (São Paulo), da Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris e do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre.

Com referência ao esforço revelado pelos Estados e Territórios no sentido da execução dos convênios assinados com o Ministério, tomando por base o número de unidades escolares concedidas e o número de prédios concluídos,

sobressairam:

Sergipe	,	com	96%	de	prédios	concluídos
Pernambuco	,	"	93%	"	"	"
Goiás	,	"	92%	"	"	"
S. Catarina,	"	"	90%	"	"	"
R. G do Sul,	"	"	89%	"	"	"
Paraná	,	"	89%	"	"	"
R. G do Norte,	"	"	87%	"	"	"
S. Paulo	,	"	86%	"	"	"
Alagoas	,	"	86%	"	"	"
Ceará	,	"	86%	"	"	"
Piauí	,	"	84%	"	"	"
Paraíba	,	"	83%	"	"	"
R. Branco	,	"	79%	"	"	"
E. Santo	,	"	78%	"	"	"
Bahia	,	"	76%	"	"	"
M. Grosso	,	"	76%	"	"	"
Acre	,	"	73%	"	"	"
M. Gerais	,	"	72%	"	"	"

Seguem-se, com menos de 70%, Amapá (66%), Guaporé (63%), Maranhão (61%), Amazonas (60%) e Pará (55%).

A assistência técnica foi prestada mediante estágios de aperfeiçoamento de professores, por intermédio da Coordenação dos Cursos do INEP, em diversas unidades de Federação. Organizou-se a Missão Pedagógica que, em Salvador, realiza um curso de aperfeiçoamento de 40 professores primários da Bahia e Estados próximos, iniciado em abril e que deverá prolongar-se até novembro. Outra iniciativa da Coordenação para o ano em curso consiste na criação de serviço de assistência aos bolsistas, abrangendo os setores médico, odontológico, cultural, recreativo e de auxílio para alojamento condigno.

ENSINO MÉDIO

Programa de auxílio supletivo do Governo Federal destinado a início ou prosseguimento de obras de estabelecimentos de ensino médio em execução por intermédio do MEC-INEP.

Recursos de 1954

Unidades Federadas	Nº de estabelecimentos beneficiados	Auxílio consignado no orçamento
Brasil	179	G\$ 27.448.500,00
Alagoas	5	665.000,00
Amazonas	2	865.000,00
Bahia	14	2.413.000,00
Ceará	13	1.650.000,00
D. Federal	3	1.900.000,00
E. Santo	9	1.465.000,00
Goiás	9	1.631.500,00
Maranhão	5	
M. Grosso	2	665.000,00
M. Gerais	26	2.128.000,00
Pará	4	731.500,00
Paraíba	5	864.500,00
Paraná	-	931.000,00
Pernambuco	10	1.263.500,00
Piauí	11	665.000,00
Rio de Janeiro	2	1.000.000,00
R. G. do Norte	7	665.000,00
R. G. do Sul	17	1.462.000,00
Sta Catarina	10	2.460.000,00
S. Paulo	20	2.428.000,00
Sergipe	5	795.500,00

Ensino Comercial

No segundo trimestre de 1954 várias providências de grande interesse para o ensino comercial foram tomadas, entre elas:

- elaboração do Regimento da Companhia de Aperfeiçoamento e

Expansão do Ensino Comercial - CAEC - (criada pelo Dec. 35257, de 24 de março de 1954), que recebeu aprovação pela portaria Ministerial nº 398, de 11 de junho;

- inclusão na proposta orçamentária para o exercício de 1955 dos recursos que possibilitarão à CAEC realizar o programa respectivo;

- aprovação, pela portaria nº 397, de 11 de junho, das normas reguladoras dos dispositivos da Lei Orgânica do Ensino Comercial relativos à concessão de reconhecimento ou equiparação a escolas comerciais^{ou} técnicas de comércio;

- estudos relativos à função de Inspetor e técnico de ensino médio.

Durante o trimestre funcionavam no país 688 estabelecimentos de ensino comercial.

A Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial já em abril começou a funcionar, considerando que a prática de métodos racionalizados e de técnicas aperfeiçoadas no comércio trará sempre vantagens de ordem econômico-financeira para o país.

São os seguintes os principais aspectos da campanha: promoção de intercâmbio entre instituições de ensino comercial e os educadores nacionais e estrangeiros; realização de um programa de estabelecimento da opinião pública sobre as vantagens e objetivos da educação profissional e, de modo particular, do ensino comercial; realização de estudos e inquéritos sobre as necessidades e problemas de ensino comercial; incentivo à criação de escolas comerciais nas sedes municipais de maior coeficiente demográfico e até agora carentes de instituições de ensino especializado para o comércio; colaboração no sentido de complementar o equipamento das escolas e de sua utilização para a maior objetividade do ensino ministrado - especialmente por meio dos recursos áudio-visuais.

Ensino Industrial

Dentre as atividades executadas no primeiro semestre de 1954, pela Diretoria do Ensino Industrial, sobres-

saem:

I - Ensino Industrial mais próximo dos meios produtores, o que compreendeu larga consulta à opinião pública, pela I Mesa Redonda de Ensino Industrial, reunida em São Paulo (janeiro), Belo Horizonte (fevereiro) e Salvador (junho), esta para a área nordeste-norte. Continuou, assim, a tarefa de aproximação dos homens da produção com os meios educacionais.

Desenvolveu-se também a campanha de aperfeiçoamento técnico do pessoal ativo das empresas, pelo método de treinamento dentro da indústria conhecido por T. W. I. (Training within industry).

II - Aperfeiçoamento de diretores e professores, em larga escala, na esfera federal, estadual e particular, por meio de cursos de férias intensivos, pela equipe da Comissão Brasileira-Americana de Educação Industrial (no primeiro trimestre).

III - Instalação do Serviço de Orientação Educacional e Profissional nas escolas do M.E.C.

IV - Intensificação e modernização do programa de elaboração de material didático e de instrução industrial.

V - Realização de amplo e minucioso estudo para modernização dos currículos de cultura técnica e geral, de 1º e 2º ciclos.

O "Boletim da CBAI", publicado mensalmente pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, anunciou, em seu número de março, o pleno desenvolvimento dos estudos necessários à estruturação científica dos cursos pedagógicos, em bases de real eficiência para colimar o fim de preparação de professores e administradores do ensino industrial, de sorte a possibilitar seu funcionamento já em agosto. Em maio

foi assinado decreto dispondo sobre o funcionamento dos cursos pedagógicos industriais, de duas modalidades: a de Pedagogia e a de Administração. A primeira, de caráter experimental, a partir do corrente ano.

Mesa Redonda de Salvador

A Mesa Redonda de Salvador contou com a participação do ministro Antonio Balbino, titular da pasta da Educação e Cultura, professor Anísio Teixeira, diretor do Insti-

tuto Nacional de Estudos Pedagógicos, professor Flávio Pentado Sampaio diretor do Ensino Industrial, professor Mário de Brito, diretor da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino, Armando Hildebrand, diretor do Ensino Secundário, Aagar Renault, Eldridge Plowden, Stanley Kruszyna, Francisco Montojos, Otávio Martins, Renato Mendonça, Paul Silberer, Jesus Belo Galvão, Fany Malin Thaicovsky, Manuel de Almeida e Abelardo Cardoso.

Na Mesa Redonda de Salvador encerram-se os trabalhos prévios de consulta dos interesses dos meios produtores em relação ao ensino industrial no país.

Com o grande levantamento da opinião pública, já realizado nas anteriores seções de São Paulo e Belo Horizonte, através de seus representantes autorizados, industriais, economistas, educadores, técnicos e outros especialistas no assunto, está a Diretoria do Ensino Industrial de posse de copioso material que, após a reunião de Salvador, será estudado, no Rio, por uma comissão designada pelo Ministro da Educação, a fim de tomarem as providências requeridas para a avaliação e revisão das leis vigentes, bem como da organização do Ensino Industrial.

OS OBJETIVOS

Foram lidos, em Salvador, os relatórios dos cursos e debates das duas reuniões anteriores.

Houve, em seguida, debate sobre a Estrutura e o conteúdo dos currículos de Ensino Industrial. Foram feitas sugestões para a revisão da Lei Orgânica do Ensino Industrial, a fim de atender às exigências sociais e econômicas do presente.

Os industriais e os representantes dos produtores nortistas apresentaram seus pontos de vista, que foram debatidos com os responsáveis oficiais pelo ensino industrial no país.

CONCLUSÕES

Os participantes da Mesa Redonda de Salvador chegaram, entre outras, às seguintes conclusões:

O ensino profissional, existente no país e concebido na legislação de Nilo Peçanha, vigorou no Brasil desde o início do século até 1930, através das escolas chamadas de "Aprendizes Artífices", na órbita federal e dos "Liceus de Artes e Ofícios", criados no Distrito Federal e em algumas capitais de Estados, bem ainda por algumas poucas redes estaduais de "escolas profissionais".

O surgimento de uma indústria no período entre as duas guerras mundiais fez com que os responsáveis pela educação no Brasil sentissem que era chegado o momento em que essa modalidade de ensino reclamava urgente sistematização.

RECOMENDAÇÕES

Resultaram da Mesa Redonda de Salvador as seguintes recomendações.

- 1- Necessidade de ser encontrada a fórmula que permita uma descentralização da rede de escolas.
- 2- Urgência em simplificar o currículo a fim de permitir maior rendimento da aprendizagem em função de melhor orientação profissional.
- 3- Solução para o funcionamento dos cursos de professores e diretores.
- 4- Legislação e providências para incentivar a iniciativa dos Estados e dos Municípios, além dos particulares, no desenvolvimento do ensino especializado, face ao crescimento do país.

Ensino Secundário

Proseguiu a Diretoria do Ensino Secundário, no período em referência, em seu plano de trabalho assim desdobrado:

Assistência financeira ao ensino particular - compreendendo o auxílio em espécie, para aquisição de móveis escolares, livros e outros materiais didáticos, montagem e manutenção de oficinas escolares, construção e adaptação de prédios escolares, etc.; facilidades para aquisição e importação de material didático; concessão de bolsas a alunos capazes e pobres; participação direta do governo federal na manutenção de esta

belecimentos de ensino secundário, através de uma Fundação habilitada a adquirir ações de colégios organizados sob a forma de sociedades anônimas e a fazer empréstimos.

Enriquecimento do conteúdo do ensino secundário - Face à revelação das estatísticas, de que de 100 crianças que ingressam no curso secundário apenas 14 o concluem, saindo as 86 restantes diretamente para a vida, tornou-se imperioso tornar esse ensino menos verbal e acadêmico, e mais objetivo, com emprêgo de laboratórios, auxílios áudio-visuais e outros recursos, visando a estabelecer uma escola funcional, orientada para a vida em seus aspectos fundamentais.

Orientação pedagógica e assistência técnica ao ensino secundário, cujos padrões caíram em consequência de seu vertiginoso crescimento quantitativo, por meio de cursos e estágios de aperfeiçoamento, para professores, inspetores, técnicos e administradores; de cooperação com os educandários nos projetos de construção de laboratórios e oficinas; de cooperação no funcionamento de instituições extra-classe (bibliotecas, clubes, imprensa escolar, exposições); de orientação e sugestões para o ensino das várias disciplinas; de elaboração, publicação e distribuição de material didático; de campanha para utilização de provas objetivas na avaliação do rendimento escolar; de divulgação de aspectos das ciências da educação que interessem ao ensino secundário; de intercâmbio entre escolas e educadores.

Estudos para o planejamento e coordenação do crescimento da rede escolar e elevação do nível do ensino - A Diretoria do Ensino Secundário, em cooperação com o INEP e outras entidades de pesquisa, vem realizando o estudo de uma série de questões fundamentais para orientação e melhor ajustamento do ensino às reais necessidades do meio e dos alunos, tais como: necessidades e possibilidades educacionais das diversas regiões do país, custo do ensino, formação e qualificação de professores, técnicos e administradores, movimento de matrícula, reprovações e evasão escolar, avaliação objetiva do aproveitamento escolar, formas de ação do poder público na educação secundária e cooperação dos poderes federal, estadual e municipal na obra educativa.

Preparo da D.E.S e do sistema escolar em geral para o advento da lei de Diretrizes e Bases, que deverá descentralizar a

educação.

Aumento da eficiência dos serviços de controle através da descentralização, que se está fazendo, na Diretoria, com delegação de maiores atribuições aos chefes de serviço e pela criação das Inspetorias Seccionais.

Meios e recursos para a ação da D. E. S., cuja dinamização se promove, imprimindo-lhe sentido e espírito de campanha. Busca-se a criação de um Fundo Nacional do Ensino Secundário.

Aqui também se incluem o desenvolvimento da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário e a criação da Fundação do Ensino Secundário. A referida Campanha (C A D E S), criada pelo D. 34638, de 17 de novembro de 1953, desenvolve ^{suas} ~~seus~~ atividades por meio de projetos; desses, até o presente, já foram concluídos ou estão em realização 11, abrangendo os seguintes:

Projeto 1 - Curso-estágio de aperfeiçoamento para inspetores, realizado em janeiro e fevereiro, com 67 inscrites.

2, 3 e 8 - Cursos de orientação para professores candidatos a exame de suficiência - Três já se realizaram e dois serão efetuados em julho.

4 e 7 - Cooperação com a D. E. S. para atualização dos trabalhos, como, por exemplo, o estudo do funcionamento de ginásios e colégios.

5 - Novo regime de inspeção por meio de Inspetorias Seccionais

6 - Levantamento da situação e elaboração do plano para um a Campanha Nacional de Bolsas de Estudos

9 - Curso de orientação para professoras de Ciências, em cujo ensino a falta de objetividade deve ser urgentemente sanada, pelo treinamento dos mestres para habilitá-los a dar aulas mais objetivas, mais práticas e mais consentâneas com a realidade. Para esse curso serão convidados 20 professores do interior, que se tenham distinguido pela capacidade e dedicação.

Convém notar que a Fundação do Ensino Secundário e a Campanha Nacional de Bolsas de Estudo constituem duas medidas de mais largo alcance, que tomou o Ministério da Edu

cação no sentido de fazer participar homens de projeção da vida econômica e cultural, na solução de problemas do ensino secundário.

A Comissão organizadora da Campanha Nacional de Bôlsas de Estudo, que encontrou grande receptividade, vem desenvolvendo seus trabalhos sob a presidência do Sr. Ricardo Xavier da Silveira.

A Fundação do Ensino Secundário é entidade de direito privado, objetivando a expansão e aperfeiçoamento desse ensino entre nós. Fazia-se mister criar no Brasil um clima de responsabilidades de todos na obra educativa.

A sessão de organização da entidade teve lugar na sala própria do Conselho Nacional de Educação, a 8 de junho, quando foram eleitos os órgãos diretivos da Fundação, assim constituídos:

Presidentes: Dr Ricardo Xavier da Silveira

Conselho Diretor: Dr. José Gonçalves de Sá (vice-pres.)

Senador Drault Ernany

Dr. A. J. Peixoto de Castro

Diretor Executivo: Prof. Armando Hildebrand

Conselho Curador: Ministro Antônio Balbino

Dr. Luiz Simões Lopes

Prof. Mário P. de Brito

Dr. Gilson Amado

Dr. Herbert Moses

Dr. R. O. de Castro Maya

Prof. C. Thompson Flôres

Dr. F. C. San Tiago Dantas

Dr. Fernando Tude de Sousa

Os estatutos, aprovados na mesma sessão, fixaram os objetivos da Fundação:

- a) promover a criação de sociedades cujo fim seja organizar estabelecimentos de ensino secundário;
- b) cooperar com entidades públicas e particulares no sentido do aprimoramento do ensino secundário e de sua melhor adaptação às necessidades do povo brasileiro em sua atual fase de desenvolvimento

- e) econômico e social;
- c) organizar e administrar um sistema de financiamento de estudo e de bolsas para o curso secundário;
- d) estimular e promover a criação, ~~de~~^{na} forma, fusão ou incorporação de estabelecimentos de ensino secundário e de organizações privadas com finalidade coincidente com a da Fundação;
- e) intensificar o intercâmbio com organizações similares do país ou do estrangeiro, patrocinando a realização de cursos de especialização para professores e técnicos do ensino, seminários pedagógicos, congressos e conferências.

A Campanha Nacional de Bolsas de Estudo será realizada pela Fundação.

Experiência de Leme, Estado de São Paulo

Trata-se de próspero município, com 17.000 habitantes, bons solos, facilidades de transporte, indústrias de cerâmica, tecidos e mecânicas. Possui um ginásio estadual. Elementos representativos de sua população pleiteiam a criação, tendo o Ginásio como núcleo, de um centro educacional onde se prepare a juventude não somente para o curso superior, mas, principalmente, para as atividades profissionais da região. Querem uma escola secundária integral, afinada com as atividades da comunidade e atenta aos problemas locais. Pleiteiam os moradores participação ativa nessa renovação escolar, moral, intelectual e materialmente. Oferecem 73.000m², de terras, tijolos, telhas e outros materiais. Ao governo estadual solicitam certa elasticidade administrativa e auxílio financeiro para a montagem do Centro e maior flexibilidade para o currículo e programas. Levada a efeito uma Campanha financeira, já foram ^{sub}inscritos mais de dois milhões. A Diretoria do Ensino Secundário determinou a ida de técnicos à cidade de Leme, a fim de participar dessa admirável iniciativa. No momento já se encontram prontos os planos de trabalho e as plantas para o início das obras do ginásio, esperado ainda para os fins do segundo trimestre ou começo do terceiro.

Rede escolar secundária

A rede escolar secundária brasileira sofreu um

aumento sensível nos últimos vinte anos.

No período 1933-53 o coeficiente percentual do aumento foi de 490% no setor de matrículas, passando de 66.420 estudantes em 1933 e 387.762 em 1953.

Esse aumento será ainda maior confrontado com o crescimento dos ensinos primários e superior. Enquanto o primário assinalou 90% de aumento, o superior atingiu a 80%. Havia 2.200^{ov} estudantes primários em 1933 e 4.200^{ov} em 1953. E 24 mil estudantes superiores em 1933 para 44 mil em 1953.

O Brasil, possui, atualmente, uma rede de escolas secundárias (ginásios e colégios) no total de 1.768 unidades, disseminadas em todos os pontos do país. Delas 616 localizam-se nas capitais enquanto 1.152 ficam no interior.

Para manter a Diretoria do Ensino Secundário sempre em dia com os acontecimentos em todas essas unidades, o Ministério da Educação possui uma equipe de 1.045 inspetores federais de ensino.

O Estado que mais escolas secundárias possui é São Paulo com 466 estabelecimentos, sendo 332 no interior e 134 na Capital. A ^{Paraná} menor é a da Paraíba com apenas 9 estabelecimentos sendo quatro na capital e 5 no interior. O Território de Guaporé tem 3 unidades; o de Amapá 2 e o do Acre, 1.

NO DISTRITO FEDERAL E NOS ESTADOS

O Distrito Federal é o líder das redes escolares municipais, com 177 estabelecimentos. Para atender à fiscalização há 1.045 inspetores, dos quais 290 servem em São Paulo, 177 no Distrito Federal, 159 em Minas e 76 no Rio Grande do Sul.

É a seguinte a relação completa dos estabelecimentos secundários em todo o país: Amazonas, 13; Pará, 21; Maranhão, 15; Piauí, 21; Ceará, 59; Rio Grande do Norte, 16; Paraíba, 9; Pernambuco, 81; Alagoas, 20; Sergipe, 15; Bahia, 72; Minas Gerais, 302; São Paulo, 466; Espírito Santo, 30; Distrito Federal, 177; Rio de Janeiro, 110; Paraná, 77; Santa Catarina, 35; Rio Grande do Sul, 158; Mato Grosso, 20; e Goiás, 45.

Sai

dos estabelecimentos secundários

Há, ^{na} nessa relação, a seguinte percentagem: São Paulo, 26%; Minas Gerais, 17%; Distrito Federal, 10% e Rio Grande do Sul, 9%. Conclui-se, portanto, que só nessas quatro unidades da Federação, localizam-se 82% das escolas secundárias de todo o país.

Doze Estados possuem menos de 50 unidades: Paraíba, Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pará, Piauí, Alagoas, Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás. Com unidades entre 50 a 100 há apenas quatro Estados: Ceará, Paraná, Pernambuco e Bahia; ~~1/4~~ estão entre 100 e 220: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Do total de 1.768 estabelecimentos, 65% estão no interior e 35% nas capitais. Só uma cidade concentra 10% da rede: Distrito Federal, com 177 unidades.

No sector de fiscalização, São Paulo é também o 1º Estado, com 58% dos inspetores, seguido de 10% no Distrito Federal, ~~em Minas Gerais e 4% no Rio Grande do Sul~~. Só estas quatro unidades ocupam 51% ou seja, mais da metade da equipe sobrando 49% para os 17 estados restantes e os ~~ter~~ territórios federais.

Registro de licenciados por faculdades de filosofia

« O Ministro da Educação e Cultura, usando das atribuições que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Ensino Secundário e tendo em vista o disposto no art. 51, alínea a, do Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, combinado com o art. 2º, alínea a do Decreto-lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946, resolve expedir as seguintes instruções para o registro de professores de ensino secundário licenciados por Faculdade de Filosofia:

Art. 1º Para fins de registro definitivo de professor de ensino secundário e licenciado por Faculdade de Filosofia deverá apresentar requerimento dirigido ao Diretor do Ensino Secundário, acompanhado da seguinte documentação:

- a) prova de idoneidade moral, constante de atestado expedido por dois professores ou pessoas re-

Portaria nº 478, de 8 de junho de 1954 - Dispõe sobre o registro dos licenciados por faculdades de Filosofia para o exercício do magistério no ensino secundário.

licenciadas com o ensino, com as qualificações especificadas;

- b) fôlha corrida ou documento equivalente;
- c) prova de idade mínima de 21 anos;
- d) prova de quitação com o serviço militar;
- e) atestado de sanidade física e mental expedido ~~de~~ por serviço médico oficial;
- f) prova de identidade.

Parágrafo único - O requerimento deverá conter os dados referentes ao registro do diploma de licenciados, especificando a Faculdade que o expediu, número de registro na Diretoria do Ensino Superior e o número de processo por que foi efetivado.

Art. 2º O registro será concedido nas seguintes disciplinas.

- a) aos licenciados em filosofia - registro em filosofia e história geral e do Brasil;
- b) aos licenciados em matemática - registro em matemática, física e desenho;
- c) aos licenciados em física - registro em matemática, física e ciências naturais;
- d) aos licenciados em química - registro em física, química e ciências naturais e ainda em matemática no primeiro ciclo;
- e) aos licenciados em história natural - registro em história natural e ciências naturais e ainda em matemática no 1º ciclo;
- f) aos licenciados em geografia e história - registro em história geral e do Brasil e geografia geral e do Brasil;
- g) aos licenciados em ciências sociais - registro em filosofia, história geral e do Brasil e ainda em matemática no 1º ciclo;
- h) aos licenciados em letras clássicas - registro em latim, grego e português;
- i) aos licenciados em letras neo-latinas - registro em português, francês, espanhol e latim;
- j) aos licenciados em letras anglo-germânicas - registro em português, inglês e latim;
- k) aos licenciados em pedagogia - registro em filo

sofia, história geral e do Brasil e ainda em matemática no primeiro ciclo.

Parágrafo único - Salvo nos casos especificados, o registro é concedido para o exercício do magistério no ciclo em que fôr ministrado o ensino da disciplina ou para os dois ciclos.

Art. 3º. Os processos de registro de diplomados licenciados por Faculdades de Filosofia, depois de concluídos, na Diretoria do Ensino Superior, serão encaminhados à Diretoria do Ensino Secundário, que anotará os elementos necessários à organização da ficha de registro do professor de maneira a que não haja demora na expedição do respectivo certificado de registro, uma vez cumpridas as exigências do artigo primeiro.

Parágrafo único - No caso de não ser encontrado assentamento relativo ao diploma do requerente será feita a exigência de apresentação do diploma devidamente registrado.

Art. 4º Os licenciados por Faculdades de Filosofia poderão exercer o magistério, nas disciplinas estabelecidas no art. 2º da presente portaria.

Parágrafo único - Sempre que fôr julgado conveniente ao ensino, a autorização constante deste artigo será também concedida ao estudante que apresente comprovante de estar cursando a última série, para obtenção do diploma de licenciado.

Art. 5º O registro de professor de licenciado por Faculdade de Filosofia será feito independentemente do pagamento de qualquer taxa.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Balbino.

Exames do art 91 da Lei Orgânica do ensino secundário:

O Ministro da Educação e Cultura baixou, a 30 de junho de 1954, a portaria nº 556, expedindo instruções para a execução desses exames. A última regulamentação datava de 9 de junho de 1953, quando foi expedida a portaria 367.

A Diretoria do Ensino Secundário estudou as falhas apontadas nos dispositivos anteriores e organizou novo texto, que mereceu aprovação ministerial. As modificações julgadas oportunas foram:

- a) supressão do atestado de residência exigido do candidato, desde que seja assegurado o mesmo nível de conhecimentos nos diversos estabelecimentos que realizam os exames;
- b) elevação do número de candidatos que se podem inscrever em um determinado estabelecimento para vinte por cento do total dos alunos matriculados nos cursos de nível médio, com possibilidade de ser ainda elevado o limite quando as necessidades da região o justificarem e o estabelecimento puder realizar os exames sem prejuízo dos trabalhos escolares;
- c) restabelecimento da nota três eliminatória na prova escrita da disciplina;
- d) possibilidade de realização de provas escritas uniformes, de uma ou mais disciplinas, para todo o país ou para determinado Estado, por iniciativa da Diretoria do Ensino Secundário ou mediante acôrdo com os Estados;
- e) estudo da conveniência e possibilidades de exame quando se tratar de estabelecimento estadual que ainda não goze de equiparação;
- f) realização dos exames parcelados, fixando-se as disciplinas * que devem ser obrigatoriamente realizadas da primeira vez e o número mínimo de três, por ano;

Quanto aos demais assuntos, a Portaria n.367 de junho de 1953, ¹atende às necessidades existentes.

Ensino superior

As dotações orçamentárias concedidas ao ensino superior permitiram melhora sensível na qualidade do mesmo e constante introdução de elementos novos nos quadros magisteriais, com a realização de concursos de provimento.

Este ano 12 já foram efetuados (7 de medicina, 2 de direito, 2 de odontologia, 1 de ciências econômicas) e 25 serão realizados.

No 1º semestre de 1954 surgiram 12 novas escolas superiores mantidas por entidades particulares, além de uma custeada pelo poder público. Em escolas já existentes criaram-se sete novos cursos (6 em faculdades de filosofia e 1 em escola de enfermagem) e foram reconhecidos 13 cursos anteriormente criados (9 em faculdades de filosofia, 2 de enfermagem e os restantes de direito e economia).

Observa-se ainda um crescimento constante de matrículas, inclusive de estudantes estrangeiros.

A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior programou, para início no corrente ano, 27 novos projetos relativos a contratos de professores e técnicos estrangeiros e nacionais para atividades de ensino e pesquisa de alto padrão, além do prosseguimento de 15 empreendimentos já em curso. 12 projetos foram iniciados.

Graças à Cooperação com a Escola Nacional de Engenharia, foram iniciados em maio um Curso de aperfeiçoamento para Engenheiros Rodoviários e outro para Engenheiros Ferroviários (até dezembro). Ainda em maio foi inaugurado o curso de Estruturas de Concreto Armado da Escola N. de Engenharia, em que a cooperação da C A P E S se fez sentir sob a forma de concessão de dez ^{total} bôlsas de estudo no valor de R\$ 300.000,00. Sua duração será de dois anos.

Outro projeto da C A P E S consistiu em acordo com o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política para realização de um programa de atividades culturais abrangendo manutenção de cursos regulares de extensão, cursos especiais com o caráter de seminários, com aproveitamento da presença no país de professores estrangeiros, e edição de uma revista com informações objetivas sobre acontecimentos nacionais e internacionais e estudos de economia, sociologia e política.

Os seminários referidos atendem aos temas seguintes.

I - Introdução ao estudo de nossa época.

II - Introdução ao estudo do Brasil.

III - Problema do desenvolvimento econômico-social.

O Serviço de Bôlsas de Estudo continuou intensificando suas atividades, quer concedendo bôlsas a estudantes de poucos recursos, quer encaminhando oferecimentos de bôlsas por entidades estrangeiras. Foram concedidas, no trimestre, 13 bôlsas de aperfeiçoamento no país. As bôlsas de a perfeiçoamento no estrangeiro concluídas este ano subiam a 40, em junho.

Convém notar que, por resolução da SUMOC, foi suspensa, para as bôlsas de estudo, a cobertura de câmbio pela taxa oficial, que vinha sendo autorizada pelo Banco do Brasil. Tal medida afetou o orçamento da CAPES, duplicando as despesas previstas para cada bôlsa, o que poderá importar em redução do programa para o corrente ano.

Uma das mais amplas tarefas da CAPES no trimestre, ainda não concluída pela própria complexidade do trabalho, é o Levantamento geral da situação do ensino superior no país.

Nova regulamentação do ensino de serviço social: O Decreto nº 35311, de 2 de abril de 1954, regulamentou a lei 1889, de 13 de junho de 1953.

O ensino do Serviço Social padronizado pela lei 1889, de 1953, que o colocou sob a fiscalização direta da Diretoria de Ensino Superior, teve sua nova regulamentação feita por aquele órgão e pela Assistência Técnica de Educação e Cultura, do gabinete do ministro da Educação, para o que foram ouvidos, também, os grupos nele interessados. Para o novo regulamento sugeriu o DASP algumas modificações.

Os alunos serão de duas
categorias

Os alunos desses cursos, cuja finalidade é preparar pessoal habilitado para todas as tarefas relacionadas com o Serviço Social, poderão ser de duas categorias: a dos regulares e a dos ouvintes. Além de diploma de assistente, terão eles direito a um certificado referente a qualquer outro

curso de Especialização ou Aperfeiçoamento, só permitido mediante a apresentação do diploma de assistente social, registrado na forma da lei.

Prazo de 120 dias

Às escolas foi dado um prazo de 120 dias, a contar da publicação do novo regulamento, para requererem o seu respectivo reconhecimento. Por sua vez, os portadores de diplomas das escolas reconhecidas deverão ser registrados na Diretoria do Ensino Superior, para o que tiveram um prazo de 150 dias, a partir do dia em que o solicitarem. Prazo idêntico foi concedido para validação dos diplomas expedidos pelas escolas que forem proibidas de funcionar, e que será contado a partir da data da proibição. Os diplomas expedidos por escolas extintas, oficiais ou oficializadas, também, poderão gozar desse direito de validação desde que o requeriram no prazo de 180 dias, contados da publicação do referido decreto 35.311. E para melhor atender ao desenvolvimento de tão nobres atividades no país inteiro, poderá o governo conceder bolsas de estudos aos Estados que não possuam escolas de Serviço Social, através de convênios com o Ministério da Educação.

Educação Rural

Órgão especializado de administração pública, a Campanha Nacional de Educação Rural tem por finalidade levar a educação de base ao meio rural brasileiro. Seus objetivos abrangem a investigação das condições econômicas, sociais e culturais do rurícola; preparação de técnicos em educação de base; *cooperação* de instituições e serviços educativos existentes no meio rural; elevação de nível da população rural, introduzindo técnicas avançadas; aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais; orientação técnica e auxílio financeiro.

O sistema de trabalho da CNER é o de acordos e projetos.

↳ Este é o panorama dos acordos em 1954:

<i>Unidades federadas</i>	<i>Cr</i>
<i>Alagoas (Gov. estadual)</i>	<i>1.853.125,00</i>
<i>Bahia (Arquid. de Salvador)</i> <i>(Gov. estadual)</i>	<i>675.000,00</i> <i>6.913.125,00</i>
<i>Ceará (Arquid. de Fortaleza)</i>	<i>3.153.125,00</i>
<i>Maranhão (Arquid. de S. Luís)</i>	<i>700.000,00</i>
<i>M. Gerais (Curso de Ed. de</i> <i>Base em Florestal)</i> <i>(Gov. estadual)</i>	<i>500.000,00</i> <i>4.653.125,00</i>
<i>Pernambuco (Diocese de Petro</i> <i>lina)</i>	<i>420.000,00</i>
<i>R. de Janeiro (Gov. estadual)</i>	<i>2.553.125,00</i>
<i>R. G. do Norte (Diocese de Mos</i> <i>soró)</i> <i>(Gov. estadual)</i>	<i>400.000,00</i> <i>2.153.125,00</i>
<i>R. G. do Sul (Gov. estadual)</i>	<i>6.333.125,00</i>
<i>S. Paulo (Gov. estadual)</i>	<i>4.693.125,00</i>
T O T A L	35.000.000,00

Estão em plena atividade missões rurais em Alagoas (Palmeira dos Índios), Bahia (Cruz das Almas, Feira de Santana, Berrinha), Ceará (Itapagé), Maranhão (Bacabal), Minas Gerais (Varginha), Rio de Janeiro (Paraíba do Sul e S. José do Rio Preto), R. G. do Norte (Nísia Floresta), R. G. do Sul (Osório), S. Paulo (Pinhal).

Em 1954 foram ou estão sendo instaladas missões no Ceará (Sobral), Baturité, está em instalação, R. G. do Sul (Alegrete), S. Paulo (Birigui, em instalação); M. Gerais (S. Jo

sé Del Rei, em instalação), Bahia (Seabra, Jequié-Ipiaú, Barreiros - Angelical, Bonfim - em instalação). Estão sendo planejadas outras em M. Gerais (Lavras-Varginha) e Rio de Janeiro.

Além dos centros sociais rurais orientados pelas missões rurais, estão em atividade 6 no Ceará, 4 no Distrito Federal, 1 em Pernambuco e 1 no R. G. do Norte.

Em 1954 foi realizado o 6º Curso de treinamento de Educadores de Base (Florestal), MG) e em julho será iniciado o 7º em Osório, R. G. do Sul.

Estão em funcionamento, este ano, 5 centros de orientação de líderes locais, de treinamento de professores rurais e de treinamento de cooperativismo, em S. Paulo, R. G. do Norte e M. Gerais e 9 outros encontram-se em instalação (6 em Minas Gerais, e os restantes no Rio de Janeiro, R. G. do Norte e R. G. do Sul).

Funcionam presentemente 6 centros artesanais e de indústrias rurais (1 em M. Gerais e 5 no Ceará) e duas colônias agro-pastoris (M. Gerais).

A CNER mantém, em 1954, 58 bolsas de estudos.

Participou a Campanha, de 19 a 26 de maio, do II Congresso Nacional de Municípios, em S. Lourenço, tendo merecido aprovação as 4 teses que apresentou. Participará em julho do I Congresso Interamericano de Educação de Base, em S. Paulo e promoverá a I Exposição Fotográfica e Cartográfica.

PROFESSORES DO ENSINO AGRÍCOLA EM VISITA AOS ESTADOS UNIDOS

Integrando o primeiro grupo de participantes de uma excursão organizada pelo Escritório Técnico de Agricultura (ETA), órgão brasileiro-americano executor do acordo agrícola entre o Brasil e os Estados Unidos decorrente do Ponto IV, seguiram em junho para os Estados Unidos, doze diretores de Escolas de Agronomia e Veterinária do Brasil. A viagem programada para os Diretores de todas as 20 escolas agrônomicas brasileiras, e cuja duração será de aproximadamente três meses, visa proporcionar a elementos representativos do ensino agrícola no Brasil a

observação e estudo dos sistemas de ensino da agricultura nos "land grant colleges" norte-americanos, sua administração, relações com o público e o papel que desempenham no desenvolvimento agrícola do país.

A finalidade principal de se promover ^{tal} excursão ~~de~~ ~~tal~~ ~~grupo~~ é facultar aos diretores das Escolas o exame de maneira como se entrosam os três setores principais da economia agrônômica, ensino, pesquisa e fomento agrícolas.

DEPARTAMENTO NACIONALDE EDUCAÇÃO

Imprimir novo caráter à Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes foi a mais importante preocupação do Departamento, em 1954, prevendo o plano, para este ano, a instalação de 15.300 cursos de alfabetização, além da manutenção dos centros de iniciação profissional já existentes.

As estatísticas apuradas revelam forte ascendência dos cursos mistos, isto é, para homens e mulheres, sobre os exclusivamente femininos ou masculinos.

Os estudos concluídos, com base no quinquênio .. 1947-51, revelam que a matrícula em vigor no fim do ano corresponde à média de 82% da matrícula geral, o que indica ter sido a evasão escolar de 18%. Aliás, esta vem revelando um ritmo regressivo* (16% em 1947; 20% em 48; 23% em 49; 18% em 50 e 15% em 51).

Quanto ao sexo, a taxa média de alunos foi 63% e de alunas 37% (1951). O grupo de idade mais numeroso é o de 14 a 20 anos (69%), seguindo-se os de 21 a 30 anos (22%), 31 a 40 (7%) e mais de 40 (2%).

O plano de 1954 prevê o custeio de 15.300 cursos, durante 6 meses, da seguinte forma:

I - Auxílio às unidades federadas e outras entidades:

a) gratificação a professores à razão de 350,00 mensais	32.630.000,00
b) funcionamento de 100 centros de iniciação profissional	5.000.000,00

II - Material geral de ensino e
material auxiliar 2.000.000,00

III - Pessoal técnico e administrativo 4.400.000,00

IV - Centros de preparação social de operários .. 2.000.000,00

V - Eventuais 89.028,60

T o t a l

46.119.028,60

Até junho foram realizados acordos com as seguintes unidades federadas para realização desse plano (entre 9 e 25 do referido mês):

Acôrdo com	Ensino supletivo-nº de cursos	Centros de l. Profissional-nº de cursos
Alagoas	600	2
Santa Catarina	220	3
Sergipe	430	8
Bahia	2.250	3
Rio de Janeiro	550	3
D. Federal	250	-
Mato Grosso	100	-
Amapá	40	4
Ação Social Arquidiocesana	105	-
Prefeitura de Fortaleza	50	-
Paraíba	770	4
Guaporé	25	1
M. Gerais	1.700	3
E. Santo	250	2
Maranhão	700	3
R. G. do Norte	550	4
Amazonas	100	3
F. Noronha	3	-
Soc. Amazonense de Professores	5	-

O analfabetismo em diversos países

Publicou a UNESCO, durante o trimestre, mais uma de suas monografias sobre educação de base, sob o título acima (*L'Analphabétisme dans divers pays*), constituindo um exame estatístico preliminar lastreado nos recenseamentos posteriores a 1.900.

Não existia, ainda, estudo comparativo internacional sobre o assunto. Antes de estabelecer confrontos, a mono

grafia fixa os diversos métodos empregados para definir o analfabetismo, analisar os dados censitários e calcular a porcentagem de analfabetos.

Constituem os dados censitários a melhor fonte in formativa para a determinação da porcentagem de iletrados, mas, infelizmente, em numerosos países os censos omitem qualquer que sito sobre o grau de instrução. Em alguns, porque entendem não haver mais, ou tê-los em quantidade inexpressiva, analfabetos: Alemanha, Dinamarca, Noruega, Holanda, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, Suécia e Suíça. Em outros, também com taxa de analfabetismo muito baixa, a questão não foi proposta no último recenseamento (Austrália, Áustria, Canadá, Nova Zelândia, Estados Unidos). Mas na África, onde a situação não se mostra a mesma, inexistem estatísticas de analfabetismo baseadas em recenseamentos, exceto no Egito e União Sul-Africana. O mesmo ocorre em certas áreas da Ásia (China, Mongólia, estados indochineses, países árabes do Oriente Médio). Também na América faltam dados recentes com respeito a Bolívia, Equador, Haiti, Paraguai e Uru-guai.

Por outro lado, os informes nem sempre são exa-tos, sobretudo no que concerne a populações indígenas. Os critérios de analfabetismo apresentam-se imprecisos e raramente aplicados de maneira uniforme, tornando os dados fornecidos por diversos censos, embora em um mesmo país, dificilmente compará-veis.

É considerado iletrado ora o que não sabe ler, ora o incapaz de assinar seu nome ou o que não pode escrever uma pequena carta e ler a resposta. Nem sempre, para estabelecer as taxas de analfabetismo, se ~~estabelece~~ ^{determina} idade mínima e esta, qundo consta, varia entre cinco e quinze anos ou mais. As pesoas cujo grau de instrução não vem especificado são compreendidas ou não no total e classificadas ou não como iletradas. As de idade ignorada incluem-se ou não no total.

A Comissão da População da Organização das Nações Unidas recomendou (terceira sessão, 1948) definir rendimentos de instrução, para fins censitários, como "aptidão de ler e escrever correntemente uma carta em uma língua qualquer".

O quadro abaixo, em que resumimos outro da referi

da monografia, dá idéia dos critérios de analfabetismo e idade ~~a partir da qual esses critérios de analfabetismo e idade~~ a partir da qual esses critérios são aplicáveis, considerado o último recenseamento em que a questão foi proposta:

País	Ano	Critério de analfabetismo	idade mínima considerada
Argentina	1947	Não saber ler ^e ou escrever	14
Bélgica	1930	idem	0 e 7
Brasil	1940	"	5
Bulgária	1934	"	0 e 10
Canadá	1931	Não saber ler	5
(Terra Nova)	1945	Não saber ler e escrever	10
Ceilão	1946	idem	5
Chile	1940	Não saber ler	7
Colômbia	1938	idem	0 e 7
Cuba	1943	"	0 e 10
Egito	1937	Não saber ler e escrever	5
Espanha	1940	Não saber ler	0 e 6
Estados Unidos	1930	Não saber ler e escrever	10
Finlândia	1930	Não saber ler ou escrever	0 e 15
França	1946	Não saber ler e escrever	5
Filipinas	1948	idem	10
Grécia	1928	"	0 e 8
Honduras	1945	Não saber ler ou escrever	0 e 7
Hungria	1941	Não saber ler e escrever	0 e 6
Índia	1931	idem	0 e 5
Itália	1931	Não saber ler	6
Iugoslávia	1948	idem	10
México	1940	"	6
Portugal	1940	Não saber ler	0 e 7
Turquia	1945	idem	0 e 7
União da Birmânia	1931	Não saber ler e escrever	0 e 5
União S. Africana	1946	idem	0 e 10

Para termos idéia da dificuldade de uma comparação segura, ^{no} não basta o quadro acima, consideremos a variação de critério em um mesmo país, de um para outro censo (por ex., Filipinas, 1918: não saber ler; 1948: não saber ler e escrever) e

*

Veja observação
à pg. 31

Como se apura, nos diversos países, se uma pessoa sabe ler e escrever? Na Argentina devem responder não aos quesitos Sabe ler? Sabe escrever? os que sabem somente escrever algarismos e assimar o nome.

Na Bélgica apenas se manda responder sim ou não à pergunta: "Sabe ler e escrever?" Os recenseamentos anteriores ao de 1947 acrescentavam - ao mesmo tempo.

No Brasil, no censo de 1940, ao quesito "Sabe ler e escrever?" mandava-se responder sim, se o recenseado soubesse ler e escrever e não, sendo iletrado, sem conceituar o que é saber ler e escrever. Da mesma forma na Bulgária.

No Canadá o recenseamento de 1931 não considerava como sabendo ler e escrever os que apenas escrevessem seu nome.

O quesito não era aplicável aos menores de 5 anos. Em Terra Nova para ser considerado letrado é necessário saber efetivamente ler e escrever e não apenas "desenhar" o nome.

No Ceilão e Índia é necessário poder escrever pequena carta e ler-lhe a resposta para ser tido como alfabetizado.

No Chile a questão proposta é - Sabe ler? à qual não devem responder os menores de 7 anos (ou de 8, até 1930). Idênticamente se procede na Colômbia.

O recenseamento cubano de 1943, também não conceitua o que é - saber ler e escrever, sendo que, para os menores de 7 anos, basta dizer se frequentam ou não a escola.

No Egito o censo de 1917 determinava: "Indicar se a pessoa recenseada pode ler correntemente um texto impresso em uma língua pelo menos. Indicar se a pessoa recenseada pode redigir, ou fazer por meio de ditado, uma pequena carta em uma língua pelo menos". A questão não é aplicável aos menores de 5 anos.

Outros países que deixam de conceituar, no inquérito censitário, o que é saber ler e escrever: Espanha, França, Grécia, Honduras, Itália, México, Portugal.

Nos Estados Unidos, em 1930, foram dadas estas ins

*

316

truções: "Responder sim para toda pessoa com mais de 10 anos sabendo ler e escrever em uma língua qualquer, e não para toda pessoa de mais de 10 anos não sabendo ao mesmo tempo ler e escrever em uma língua qualquer". Não é considerado como sabendo ler e escrever quem possa simplesmente assinar seu nome.

Na Finlândia manda-se consignar "Estudos além do ensino primário", ou, se não existem, se o recenseado sabe ler e escrever.

Na União Sul Africana e Jugoslávia os quesitos discriminam se o recenseado sabe ler e escrever ou somente ler, sem maiores esclarecimentos.

Na Hungria os quesitos são vários: "É diplomado por uma universidade, instituto de ciências aplicadas ou outro estabelecimento de ensino superior? Terminou 8,6,4 classes secundárias? 4,6 classes primárias? Sabe ler e escrever? Sabe somente ler? Não sabe ler nem escrever?"

Na Turquia perguntava-se em 1927 se o recenseado podia ler um texto impresso e, depois de 1935, se podia ler o novo alfabeto.

Nas Filipinas esclarece-se que não se considera como sabendo ler e escrever quem apenas leia e escreva seu nome. A questão não se dirige aos menores de 10 anos. À pergunta "sabe ler e escrever?" devem dar resposta negativa quantos exclusivamente saibam ler.

Na Birmânia há um item do teor seguinte: "iletrado ou com rudimentos de instrução" Neste último caso incluem-se os que são capazes de ler e escrever uma carta em uma língua qualquer.

da idade mínima (México, 1900 e 1910: 0 e 12 anos; 1921 e 1930: 10 anos; 1940: 6 anos).

Aqui entram as pgs. 31 a e 31 b.

Em sua quarta sessão (1949) a Comissão da População das Nações Unidas recomendou que os iletrados fôsem classificados nas estatísticas por sexo e grupo de idade, da seguinte forma: menos de 15 anos (se o grupo é recenseado sob o ponto de vista da instrução); de 15 a 19; de 20 a 24; grupos de cenais entre 25 e 64 anos; 65 anos e mais. Recomendou-se ainda figurar separadamente o grupo de 10 a 14 anos.

Há vários métodos de medir os progressos da instrução em um país qualquer. O mais simples consiste em anotar o crescimento do número de pessoas que saibam ler (ou ler e escrever) de um recenseamento a outro. Este método, claro e cômodo, permite apresentar resultados animadores, principalmente nos países em que o número dos que sabem ler (ou ler e escrever) é relativamente fraco, mas aumenta rapidamente. Entretanto, como no Egito, muitas vezes o número de letrados e o de iletrados aumentam paralelamente e o segundo mais que o primeiro.

Medir o progresso da instrução elementar pela diminuição do número de iletrados seria cair no erro oposto. Com efeito, este número pode diminuir sem que o de pessoas alfabetizadas aumente na mesma proporção.

Parece preferível medir o progresso da instrução pelo aumento da porcentagem de pessoas que saibam ler (ou ler e escrever), ou segundo a diminuição da porcentagem de iletrados, critério ainda mais aconselhável. Considera-se também uma taxa relativa de diminuição, assim calculada:

$$\begin{aligned} \text{Taxa relativa de diminuição} &= \frac{\text{diminuição da porcentagem de iletrados} \times 100}{\text{porcentagem inicial de iletrados}} \end{aligned}$$

No capítulo sobre a luta contra o analfabetismo ganha interesse, pelos quadros que contém, a parte referente ao Brasil.

Número e porcentagem de iletrados
de mais de 15 anos (1900-1940)

Ano	População de Total	mais de 15 anos iletrados	Taxa de analfabetismo
1900	9.752.111	6.371.660	65,3
1920	17.557.282	11.401.715	64,9
1940	23.649.371	13.269.381	56,1

1 - Menos 60.398 hab. de grau de instrução não especificado.

Do quadro acima estão excluídas as crianças em idade escolar, note-se.

Diminuição da taxa de analfabetismo
(mais de 15 anos) por sexo (1920-40)

Sexo	Taxa de analfabetismo		Diminuição da taxa de analfabetismo	Taxa decenal média de diminuição
	1920	1940		
Homens e mulheres	64,9	56,1	8,8	7
Homens	57,1	49,7	7,4	7
Mulheres	72,8	62,4	10,4	7

Taxa de analfabetismo por idade,
nacionalidade, sexo (1920) e por cor e sexo (1940).

Data e idade	Nac. e cor	Taxa de analfabetos		
		H. e M.	H.	M.
1920: + de 15 a	Brasileiros	66,7	59,5	73,7
	Estrangeiros	46	35,9	60,8
1940: + de 10 a	Brancos	47,3	42,1	52,6
	Negros	79,1	75,1	83
	Mestiços	70,8	66,3	75,2
	Amarelos	34,4	26	44,4

Diminuição da Taxa de analfabetismo entre crianças em idade escolar (7 a 14 a) de 1920 a 1940.

Sexo	Taxa de analfabetismo		Diminuição da taxa de analfabetismo	Taxa decenal média de diminuição
	1920	1940		
Meninos e meninas	80,3	67,5	12,8	8
Meninos	79,8	67,9	11,9	8
Meninas	80,7	67	13,7	9

"É inquietante constatar que no Brasil a proporção dos iletrados entre crianças em idade escolar (7 a 14 a) é mais forte que entre os habitantes de mais de 15 anos, se bem que a taxa de diminuição de analfabetismo seja um pouco mais elevada no 1º grupo do que no 2º".

Taxa de analfabetismo
(população de mais de 10 a) por sexo, idade e cor.

Sexo e idade	Taxa de analfabetismo				
	Total	Brancos	Negros	Mestiços	Amarelos
Homens					
Mais de 10 a	51,5	42,1	75,1	66,3	26
10 a 19	57,3	48	78,7	72,2	24
20 a 29	48,2	38,8	71,5	62,3	19,6
30 a 39	45,8	36,4	70,7	60,7	23,1
40 a 49	49	39,4	73,6	63,5	31
50 a 59	50,7	41,4	76	64,8	38,7
60 e mais	56,7	46,6	83,5	70,9	55,2
Não especific.	38,2	35,6	62	57,8	36,2
Mulheres					
Mais de 10 a	61,7	52,6	83	75,2	44,4
10 a 19	57,4	48,5	78	71,5	28,5
20 a 29	58,7	49,3	80,7	72,5	41,2
30 a 39	63	53,6	85,1	76,9	55,6
40 a 49	68	59	88,5	80,9	59,3
50 a 59	69,7	61,3	89,8	82,3	65,9
60 e mais	74	65	93,7	86,8	76,7
Não especific.	50,2	46,1	76,8	67,6	30,6

Taxa de analfabetismo (5 a 29 anos)
segundo a frequência escolar

Sexo e idade	Taxa de analfabetismo		
	Frequentando escola	Não frequentando escola	T o t a l
<u>Homens:</u>			
5 a 9 a	7,1	79,5	86,5
10 a 14	5	55,8	60,7
15 a 19	0,9	32,9	53,8
20 a 24	0,3	48,9	49,3
25 a 29	0,1	47,4	47,5
<u>Mulheres</u>			
5 a 9	6,6	79,3	85,9
10 a 14	4,2	55,6	59,7
15 a 19	0,7	54,8	55,5
20 a 24	0,2	57,8	57,9
25 a 29	0,1	60	60,1

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR

Operam-se, no trimestre, as medidas preliminares para a execução de iniciativas de alta finalidade cultural e educativa: a 2ª Exposição Filatélica Nacional de Educação, programada para 7 de setembro, sobre a qual haverá emissão de selo especial comemorativo, cuja renda cobrirá o tesouro das despesas com a mostra, e o 1º Festival do Teatro Estudantil, cujo regulamento já está elaborado, objetivando estimular a formação de elencos teatrais do curso Médio, previsto para 12 de outubro. Três prêmios serão concedidos para favorecer a organização de cenários e guarda-roupa dos elencos estudantis: "Martins Pena" (R\$ 50.000,00) "Leopoldo Froes" (R\$ 30.000,00) e "Itália Pausta" (R\$ 20.000,00). Outras atividades foram programadas, como a "Semana do Estudante", a iniciar-se a 11 de agosto, "dia do estudante".

ENSINO EMENDATIVO

Serviço Nacional de Aproveitamento do Cego - Encontra-se na Assistência Técnica de Educação e Cultura o ante-projeto de sua criação, a fim de promover maior articulação com as entidades patrocinadoras de empregos acessíveis aos deficientes da visão.

Regulamentação do Ensino Profissional e Musical Encontra-se em estudos, já adiantados, devendo esse ensino, para cegos, ser prestado com a colaboração da Escola Técnica Nacional e da Escola Nacional de Música.

Instituições de disciplina - Foram baixadas pela portaria nº 38, de 9 de junho de 1954, pelo Diretor do Instituto Benjamin Constant.

Maratona intelectual entre estudantes cegos - Pela portaria nº 25, de 10 de abril de 1954, o Diretor do I.B.B. resolveu promover a realização de maratona intelectual entre alunos cegos, como parte das comemorações do primeiro centenário da fundação do estabelecimento oficial de ensino emendativo de cegos. Compareceram representações estudantis dos Institutos Padre Chico (São Paulo) e S. Rafael (B. Horizonte), acompanhadas de professores.

Esta maratona, a 1ª realizada entre secundaristas cegos, obteve completo êxito.

Curso de professor e inspetor de cegos - A portaria nº 26, de 26 de abril, do Diretor do I.B.C., baixou instruções

para o terceiro curso dessa natureza, em colaboração com o INEP.

Padronização do alfabeto Braille - Encontra-se em estudo na ATEC ante-projeto de ato oficial determinativo da padronização do alfabeto Braille em todo o território nacional. No Congresso Panamericano de Assistência ao Cego e Prevenção da Cegueira, realizado entre 11 e 17 de junho, em São Paulo, foi aprovado o ponto de vista do I.B.C. quanto a essa padronização.

Secção de Educação e Ensino do I.B.C. - As aulas iniciaram-se nos fins do 1º trimestre, a 15 de março. Os alunos, em junho, assim se distribuíam: Curso pré-primário (Jardim de Infância e Adaptação do Sistema Braille): 60 alunos, com 5 professoras videntes.

Curso primário elementar (5 séries): 149 alunos e 19 professores, dos quais 12 cegos e 7 videntes.

Curso ginasial (4 séries): 37 alunos e 18 professores, dos quais 7 cegos.

Curso profissional (13 disciplinas correspondentes a diversas atividades): 316 alunos e 24 professores, dos quais 15 cegos, 2 amblíopes e 7 videntes.

Curso musical: 138 alunos e 17 professores, sendo 12 cegos e 1 amblíope.

Em resumo: os cinco tipos de cursos de I. B. C. são ministrados a 700 alunos por 85 professores. O número destes justifica-se pela natureza específica do aluno cego, cujo ensino deve ser ministrado de preferência individualmente, não devendo exceder as turmas de 10 componentes.

Instituto Nacional de Surdos-Mudos: O Brasil possui considerável população de surdos-mudos, de que apenas 1,5% recebem educação sistemática. Por isso o INSM vem intensificando o contato com as famílias e promovendo campanha educativa nos lares onde existe o problema da surdez, através de publicações técnicas e outros meios.

O Instituto ampliou seus serviços, contando o setor pré-primário 4 classes e o setor feminino 130 matrículas ao findar o trimestre. Está em funcionamento a Escola de Artes Plásticas para maiores de 16 anos.

Instituto Nacional do Livro

Os resultados de sua atividade no sentido de estimular o funcionamento de bibliotecas têm sido satisfatórios. Em 31 de maio de 1954 as bibliotecas registradas no cadastro do I.N.L. eram 6757, contra 6361 em 30 de junho de 1953.

Biblioteca Nacional

Curso de Biblioteconomia: estão frequentando regularmente o curso fundamental 44 alunos e o superior 54, dos quais 10 bolsistas.

Em 13 de abril iniciou-se o Curso Avulso de Iconografia, frequentado por 10 alunos.

Movimento de consulta: na sala Rodolfo Garcia, destinada à leitura de obras em geral, 21755 leitores consultaram 31732 obras, em 33068 volumes. Houve, no segundo trimestre, acréscimo de 10.093 leitores, com acentuada preponderância de estudantes e universitários. As obras mais consultadas foram as de ciências aplicadas e naturais e de filologia.

Já na sala de leitura de periódicos e publicações oficiais houve menor procura no 2º trimestre: 1260 consulentes examinaram 2012 volumes (1.180 jornais) de publicações periódicas e 1.170 leitores consultaram 1.741 volumes e 10.665 avulsos de publicações oficiais.

Na sala de consultas de obras raras, 97 leitores consultaram 338 livros e periódicos e às salas de leitura de iconografia e de documentos compareceram respectivamente 220 e 26 consulentes.

O movimento de leitores na sala de música ultrapassou, em dobro, o anterior: 172 consulentes e 264 obras examinadas.

Exposições: realizaram-se no trimestre, várias exposições na Biblioteca Nacional, entre as quais a comemorativa do Centenário do romance "As Memórias de um Sargento de Milícias", em maio; a comemorativa do centenário da fundação do Banco do Brasil, em abril; a do centenário da artista Apolônia Pinto, em junho (por

iniciativa do Serviço Nacional de Teatro). Contribuiu, ainda, a Biblioteca para a Exposição Comemorativa do Tricentenário da Restauração de Pernambuco, inaugurada em Recife a 8 de junho.

Instituto Nacional de Cinema

Educativo

Ao findar o trimestre a filmoteca do Instituto reunia 890 filmes entre 16 e 35 mm. Prosseguiu o INCE suas atividades de rotina - aquisição de material, reduções, revelações e cópias de filmes, programação e prosseguimento de filmagens, empréstimos gratuitos de películas a escolas, projeções externas, distribuição de filmes e diafilmes, intercâmbio com o exterior, exposições.

O plano de trabalhos do INCE para 1954 abrange: produção de várias séries de filmes, intensificação do serviço de documentação da pesquisa científica e técnica do país, ampliação do fornecimento de programas a instituições de ensino e cultura, prosseguimento da revenda de projetores cinematográficos de 16 mm a estabelecimentos de ensino e outros (52 projetores), execução de acordos com os Estados para fomento do cinema educativo, assistência a particulares em trabalhos de caráter técnico.

Museu de Belas Artes

Visitas guiadas

Em novembro de 1953 o Museu realizou concurso entre escolares sobre "Impressão geral de visita feita ao Museu Nacional de Belas Artes". Dos 119 candidatos inscritos 68 compareceram à visita e 57 à prova, sendo premiados 32. Em junho de 1954 realizou-se outro concurso nesses moldes, com visita das galerias de artistas brasileiros. Dentre 144 inscritos, 114 participaram da visita e 87 da prova.



M. E. C. — I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO
(CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS)

Brasil

1955

DISTRIBUIÇÃO

Vida educacional - Janeiro - Junho 1955

Br. 6

Jan. 8

C. B. A. M.
(C. B. P. E.)

VIDA EDUCACIONAL

Janeiro a março de 1955

Ano letivo - O Diário Oficial de 26 de fevereiro de 1955 publicou a Portaria Ministerial nº 80, de 19 de fevereiro, que estabelece o número mínimo de aulas para o ano letivo.

Dispõe o referido ato que, nos estabelecimentos de ensino secundário, respeitadas os números de horas semanais fixados no art. 39 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, não poderão ser submetidas às 2^{as}. provas parciais turmas que não tenham tido, durante o ano letivo, cento e sessenta e cinco dias normais de aulas, ou, nos cursos que funcionaram em regime de cinco dias letivos semanais, cento e quarenta dias normais.

Para as turmas que não atingirem os mínimos fixados, ficará prerrogado o ano letivo, até completarem-nos, podendo para tal ser adiado o início das segundas provas.

A portaria prevê, também, a prerrogação do ano letivo na cadeira em que não sejam ministradas, pelo menos, 75% do total das aulas prescritas para a disciplina.

O retardamento no início do ano letivo, que deve ser a 1^a de março, implicará em retardamento por igual tempo das primeiras provas.

Por outro lado, o número de transferências de estudantes foi limitado a quatro, em cada série, no correr do ano letivo, mesmo que existam vagas, dentro da capacidade da sala de aula, ressalvados casos especiais, a critério do MEC. Com isso se coíbe a evasão de escolas rigorosas para outras menos exigentes.

Ação do Ministério da Educação e Cultura em 1955 - Diversos planos de disseminação de ensino serão executados pelo MEC no corrente ano, de acordo com o trabalho elaborado pelos órgãos técnicos do Ministério e aprovado pela Comissão Interdepartamental. A matéria foi submetida pelo titular da Pasta ao Presidente da República, que aprovou o planejamento efetuado.

Por outro lado, o Ministro da Justiça, Sr. Marcondes Filho, apresentou ao Chefe do Governo exposição de motivos consubstanciando um programa mínimo de trabalho dos órgãos de governo, capaz de permitir, dentro da normalidade jurídica, a solução metódica e eficaz de sérios problemas do país. Tal plano, que recebeu aprovação presidencial, inclui, no setor da edu-

cação, os seguintes itens:

- I - Ensino gratuito - Ampliar metódicamente a gratuidade do ensino, a fim de atingir a totalidade nos cursos primário e secundário e estabelecer plano para progressiva distribuição de bolsas universitárias.
- II - Ensino profissional - Preparar o cidadão para múltiplas tarefas especializadas, complementando a educação básica com a profissional, criando novas escolas federais e cooperando com as unidades federativas, municípios e particulares.
- III - Formação de elites capazes de liderança, sem discriminações de nascimento, fortuna, sexo, raça ou religião.
- IV - Assistência médica.

Ensino primário

Fundo Nacional do Ensino Primário - O Diário Oficial de 26 de março publicou o Decreto nº 37 082, de 24 de março de 1955, que regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, instituído pelo Decreto-lei nº 4 958, de 14 de novembro de 1942.

Tais recursos serão anualmente aplicados, sob a forma de auxílios federais, com o objetivo de promover a ampliação e melhoria dos sistemas escolares de ensino primário do país.

A importância correspondente a 70% do auxílio destinar-se-á a construções e reconstruções de prédios escolares e à aquisição de equipamento didático, observado o plano elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e aprovado pelo Ministro da Educação.

As obras serão realizadas pela unidade federativa interessada ou, quando conveniente, pela administração federal.

25% do auxílio aplicar-se-ão no ensino primário de adolescentes e adultos analfabetos, observado o plano elaborado pelo Departamento Nacional de Educação e aprovado pelo Ministro.

Os restantes 5% destinar-se-ão à outorga de bolsas de estudo e manutenção de cursos de aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico de ensino primário e ao funcionamento de classes de aplicação de práticas pedagógicas, nos termos do plano que for, com aprovação ministerial, traçado pelo INEP.

Em 6 de janeiro de 1955 apresentou o Diretor do

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos ao Ministro da Educação e Cultura o plano distributivo dos recursos orçamentários consignados ao Instituto, para ampliação e melhoria da rede escolar primária e normal do país, e que se consubstanciou nos dispositivos do Decreto 37 082.

A elaboração do plano teve em vista dois fatores: e dos recursos financeiros de cada Estado para educar sua população escolar e o esforço pelo mesmo empregado na alfabetização. Os recursos serão distribuídos pelos Estados, no montante de 45%, na razão inversamente proporcional às disponibilidades financeiras para a educação, e diretamente proporcional à população escolar; 30%, na razão diretamente proporcional ao esforço de cada Estado no progresso da alfabetização e 25% na razão de sua diligência no emprego dos recursos que anteriormente lhe foram concedidos.

Dêste modo, o plano atende às deficiências escolares de cada unidade federativa, de forma a suprir, embora modestamente, as desigualdades de recursos entre os Estados e, ao mesmo tempo, premiar e estimular seus esforços pela solução do problema escolar, atendendo assim às duas grandes funções do governo federal no campo da educação: a da ação supletiva e, de certo modo, equalizadora das oportunidades escolares para todos os brasileiros, e a de estimular os esforços locais em prol da educação.

Os recursos orçamentários globais concedidos perfazem R\$ 112 375 000,00.

Dêstes recursos, a importância de R\$ 16 158 300,00 destinava-se ao plano de aperfeiçoamento do magistério primário por meio de bolsas de estudo e de estágios e cursos nos centros regionais do INEP e a de R\$ 10 000 000,00 ao prosseguimento do plano de construções de escolas normais. R\$ 6 216 700,00 seriam destinados a atender às necessidades dos territórios e a contingências dos planos anteriores nos Estados e da administração geral do plano pelo INEP, uma vez que as condições especiais dos territórios não justificam um tratamento dentro do critério geral adotado para os Estados.

Os restantes R\$ 90 000 000,00 destinaram-se ao ensino primário.

Posteriormente, porém, face à contingência de respeitar o plano geral de economia do Ministério, foi elaborado aditamento ao plano de aplicação, de sorte que a distribuição passou a ser feita da seguinte forma:

- 1) Distribuição de auxílio federal no setor do ensino primário 80 000 000,00
- 2) Para atender aos territórios e a contingências de planos anteriores nos Estados 4 216 700,00
- 3) Despesas com a administração geral do plano pelo INEP 2 000 000,00

Do pré-mencionada parcela de R\$ 6 158 300,00, des-tacada do Fundo Nacional de Ensino Primário e destinada à cam-pa nha de aperfeiçoamento do magistério primário, prevê o plano do INEP para 1955 a aplicação de R\$ 5 952 463,20 no custeio de 20 projetos, acrescentando-se tal despesa da Campanha de mais R\$..... 492 120,00 para serviços de terceiros e material e R\$ 419 760,00 para pessoal. Verifica-se, assim, um deficit aparente de R\$.... 706 043,80, que corresponde a igual saldo apresentado em 31 de dezembro de 1954, na execução do orçamento dessa Campanha rela-tivo ao exercício anterior:

Novo plano de distribuição do auxílio federal ao ensino primário

Estados	Parcelas de auxílio segundo o critério			Total
	Das dispo-nibilida-des orça-mentarias 45%	Da expan-são do a-nalfabe-tismo 30%	Da diligen-ça no em-prêgo do auxílio 25%	
Maranhão	862	0	154	1 016
Piauí	2 776	322	625	3 723
Ceará	5 073	0	1 180	6 253
Rio Grande do Norte ..	1 451	248	778	2 477
Paraíba	2 612	1 719	1 110	5 441
Pernambuco	1 831	1 288	1 631	4 750
Alagoas	1 776	261	851	2 888
Sergipe	718	241	528	1 487
Bahia	4 865	3 703	2 825	11 393
Minas Gerais	6 072	5 363	947	12 382
Espírito Santo	470	128	278	876
Rio de Janeiro	844	1 453	544	2 841
Distrito Federal	518	96	1 199	1 813
São Paulo	1 061	5 474	5 052	11 587
Paraná	667	695	250	1 612
Santa Catarina	1 058	806	865	2 729
Rio Grande do Sul	1 161	1 138	348	2 647
Matô Grosso	376	185	64	625
Goiás	1 809	880	771	3 460
	36 000	24 000	20 000	80 000

Amazonas e Pará deixaram de figurar, e bem assim Maranhão, Mato Grosso e Goiás tiveram suas cotas diminuídas, em consequência de estarem incluídos no Plano de Valorização da Amazônia, totalmente os dois primeiros e os três últimos parcialmente. Os cálculos basearam-se na população dos municípios não beneficiados pelo citado plano.

Para a elaboração do quadro, basearam-se os estudos nos auxílios totais atribuídos de 1946 a 1952 e respectivos saldos, que aproximadamente correspondem à fração ainda não aplicada dos auxílios concedidos.

Esses estudos levaram à adoção de um terceiro critério, o de reservar 25% das verbas disponíveis para atendimento da maior ou menor diligência dos Estados no emprêgo dos mesmos auxílios. Para tanto, calculou-se para cada Estado a porcentagem do auxílio anterior não aplicado ainda, fixando-se um auxílio tanto menor quanto maior êste atraso. Tais porcentagens variaram de 0 a 22,2. O novo auxílio foi calculado de modo a que nada recebesse um Estado cuja porcentagem de auxílio não aplicado fôsse igual a 25%, recebendo os demais um auxílio per capita proporcional à diferença entre 25% e a porcentagem verificada de auxílio não empregado.

Para a distribuição dos 45% dos recursos federais na razão inversamente proporcional à disponibilidade orçamentária e diretamente à população escolar, foram consideradas a receita estadual (R) e a população de 7 a 11 anos (P). Dividindo-se 20% da receita pela população, achou-se a "disponibilidade orçamentária per capita" (r), isto é, quanto a unidade pode normalmente gastar com o ensino por elemento da população em idade escolar. Calculou-se em seguida a população em idade escolar dividida pela disponibilidade per capita ($q = \frac{P}{r}$).

Assim, calculou-se a cota "q" para cada unidade dividindo 45% da dotação total proporcionalmente aos valores de "q" obtidos em cada unidade.

Para estabelecimento do critério de distribuição de 30% dos recursos federais para cada unidade, proporcionalmente ao progresso da alfabetização da população de 10 a 19 anos (Pa), verificou-se o progresso relativo de 1940 a 1950. Considerou-se a população em idade escolar de 7 a 11 anos (Pe) e calculou-se em cada unidade o produto PaxPe (progresso relativo da alfabetização).

Obteve-se a cota para cada unidade dividindo 30% da dotação total proporcionalmente aos valores dos produtos ci-

tados.

Campanha de Construções de prédios escolares

Com os recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário (D.L. 6 785, de 11/8/44) e mediante disposições regulamentadas da concessão de auxílio federal (D.L. 9 256, de 13/5/46), foi estabelecido um programa de cooperação financeira do governo da União com as unidades federadas, para ampliação e melhoria da rede escolar do país. Coube ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos traçar as normativas do plano, preferindo-se a fórmula de, cooperação inter-governamental, mediante assinatura de acordos, com obrigações recíprocas.

O montante dos recursos do INEP é distribuído em cotas-partes às unidades federadas, após estudo e consequente plano apresentado à Presidência da República, para aprovação, anualmente.

Os acordos, em geral, estabelecem as seguintes condições:

- a) depósito do auxílio em conta especial no Banco do Brasil;
- b) transferência do auxílio, pelo INEP, em parcelas (duas a quatro), conforme o andamento das obras;
- c) fornecimento das plantas pela União e responsabilidade da unidade federada pela execução da obra;
- d) fixação do auxílio unitário pela União e cobertura da despesa excedente pela unidade federada;
- e) a unidade federada facilitará a fiscalização;
- f) o terreno deve oferecer requisitos de higiene e salubridade;
- g) localização do prédio feita pela unidade, dentro dos municípios;
- h) o prédio é patrimônio da unidade, que providenciará sua instalação e funcionamento.

A Lei nº 59, de 11/8/47 permitiu estabelecimento de acordos com municípios ou particulares.

Iniciada a execução do plano em 1946, deu-se prio

ridade, para auxílio, aos municípios que apresentassem maior deficit entre o número de crianças matriculadas e escolarizáveis. Alertado, porém, o Legislativo da vinculação entre os ensinos primário e normal, passou a cooperação a abranger também esta modalidade e outros ensinos médios (Lei 59, de 11/8/47, regulamentada pelo D. 25 667, de 15/10/48), começando o INEP a beneficiar, além da rede escolar primária, a normal e a secundária.

O critério de distribuição de auxílio, baseado no deficit de matrícula dos municípios, perdurou até 1952. Falhou este critério no que tange à ação de pioneirismo pretendendo levar escolas a distantes zonas rurais, pois muitos dos prédios permaneciam fechados, carentes de matrícula ou professor, dado que eram construídos em zonas afastadas de aglomerados humanos, cuja população, desassistida, ainda não sentia a necessidade de procurar a escola.

Dai a adoção de outros critérios, tanto para a localização dos prédios, como para distribuição mais equânime das cotas-partes, levando-se em conta que há Estados carentes de escolas mas que não as podem construir em grande número, por lhes faltarem recursos para a respectiva manutenção.

Ao simples critério anterior de carência escolar acrescentaram-se o de maior ou menor interesse do Estado pela educação, revelado pelo aumento de alfabetizados no espaço de 10 anos; o de suas possibilidades financeiras, traduzidas nos orçamentos para educação e, ainda, o de sua diligência na utilização dos recursos anteriormente concedidos.

Quanto aos municípios, a escolha recairia, preferentemente

- a) nas localidades urbanas ou rurais com escolas funcionando em prédios exíguos, inadequados ou alugados;
- b) nas em que a preferência fôsse disputada, mediante proposta de cooperação financeira e
- c) naquelas cuja população, não dispo de escola, a solicitasse, assegurando a matrícula com o interesse demonstrado.

A partir de 1953 a dotação do INEP destinada a auxílios para início ou prosseguimento de obras de estabelecimentos de ensino médio passou a ser distribuída pelo Congresso, que consignou no Orçamento, nominalmente, as instituições beneficiadas (102 nesse ano, no valor de \$ 17 650 000,00), cabendo

ao Instituto disciplinar as normas para lavratura dos convênios, determinar o pagamento e controlar a aplicação do auxílio feito. Daqueles 102 estabelecimentos, 95 já preencheram tôdas as formalidades, sendo que 45 até enviaram relatório e comprovantes da aplicação do auxílio.

Para o exercício de 1954 foi consignado, no Orçamento da União, o total de R\$ 27 448 500,00, para o início ou prosseguimento de obras em 180 estabelecimentos de grau médio. Mas, existindo divergência na interpretação da lei de meios, a verba só foi registrada pelo Tribunal de Contas em 30 de dezembro de 1954, sendo escriturada em Restos a Pagar. Por isso não houve, em 1954, nenhuma transferência de auxílio aos interessados, 119 dos quais aptos a firmarem convênios. Os demais 61 não ofereceram a documentação exigida.

A situação geral do programa de cooperação financeira, desde seu início até 31/12/54, era a seguinte:

I) Escolas normais

- a) acordos encerrados: concluídos 18 prédios novos e 12 ampliações ou reconstruções;
- b) acordos em vigor: 1) prédios concluídos: 10 novos e 2 ampliações; 2) em construção: 36 novos e 11 ampliações; 3) a construir: 5 novos e 5 ampliações.

Total de prédios: 69 novos e 30 ampliações ou reconstruções.

II) Grupos escolares:

- a) acordos encerrados: concluídos 317 prédios novos e 29 ampliações ou reconstruções;
- b) acordos em vigor: 1) prédios concluídos: 98 novos e 1 ampliação; 2) prédios em construção: 180 novos e 6 ampliações; 3) prédios a construir: 69 novos e 5 ampliações.

Total de prédios: 664 novos e 41 ampliações ou reconstruções.

III) Escolas rurais:

- a) acordos encerrados: concluídos 4 838 prédios novos;
- b) acordos em vigor: 1) prédios concluídos: 1 186; 2) prédios em construção: 666; 3) prédios a construir: 262.

Total de prédios: 6 952.

Já em março de 1955 assim se desenhava o quadro geral:

I) Escolas normais

- a) acordos encerrados: concluídos 18 prédios novos e 12 ampliações;
- b) acordos em vigor: 1) prédios concluídos: 10 novos e 3 ampliações; 2) em construção: 39 novos e 11 ampliações; 3) a construir: 4 novos e 5 ampliações.

Total de prédios: 71 prédios novos e 31 ampliações.

II) Grupos escolares

- a) acordos encerrados: concluídos 319 prédios e 31 ampliações;
- b) acordos em vigor: 1) concluídos: 121 prédios novos; 2) em construção: 170 novos e 5 ampliações; 3) a construir: 54 novos e 5 ampliações.

Total de prédios: 664 prédios novos e 41 ampliações.

III) Escolas rurais

- a) acordos encerrados: concluídos 4 848 prédios novos;
- b) acordos em vigor: 1) concluídos: 1 226 novos; 2) em construção: 608 novos; 3) a construir: 274 novos.

Total de prédios: 6 956 novos.

Deve-se esclarecer que o total de escolas rurais e grupos escolares programados está sensivelmente alterado em relação às informações registradas anteriormente pelo INEP, em virtude do ajustamento feito no fim do ano, levando-se em conta o número de escolas cujas construções foram canceladas, como medida de suplementação de auxílio, quando a unidade federada não dispunha mais de recursos no INEP para atender à situação de crise criada pelos novos preços de custo das obras.

Além disso, certas unidades preferiram a substituição de alguns prédios pelos meios para aquisição de equipamento para os já existentes.

Traduzindo monetariamente o esforço federal pe-

la Campanha de Construções e Equipamentos Escolares, em seus quase nove anos de atuação, obtemos a expressiva importância de R\$ 963 118 247,00, isto é, quase um bilhão de cruzeiros, assim discriminados:

escolas normais:	R\$ 224 826 917,30
grupos escolares:	R\$ 241 026 127,00
escolas rurais:	R\$ 435 920 000,00
equipamento:	R\$ 61 345 203,50.

Não obstante, os números acima indicados nem sempre traduzem bem a realidade. Por exemplo, dentre as escolas normais programadas no exercício de 1954 duas, o Centro Educacional de Leme (S. Paulo) e o Centro Educacional de Fortaleza (Ceará), são obras de grande vulto, representadas por um conjunto de prédios, e não são as únicas.

Os compromissos totais vigentes que passarão para o ano de 1955 registram 1 218 construções e 27 ampliações a concluir:

	Construções	Ampliações
EN	41	16
GE	249	11
ER	928	-

Articulação com os cursos subsequentes - O Ministro da Educação dirigiu-se a todos os Secretários estaduais de Educação, em janeiro, solicitando-lhes informes sobre a articulação do ensino primário com os cursos subsequentes, prevista na Lei Orgânica do Ensino Primário.

Educação de adultos

A Campanha de Alfabetização de Adultos e Adolescentes previu, para 1955, a manutenção de 9 687 cursos de ensino supletivo, além de 120 centros de iniciação profissional.

A verba destinada a esse fim orça em R\$.....
43 538 859,00.

Campanha Brasileira de Educação - A fim de cooperar com as entidades governamentais na obra educacional, um grupo de homens de negócios fundou, em março, a Campanha Brasileira de Educação, que se propõe a alfabetizar o maior número possível de crianças entre 6 e 14 anos.

Na fase de lançamento, a Campanha limitar-se-á ao Distrito Federal, estendendo-se progressivamente ao resto do país.

O primeiro conselho diretor tem como presidente e vice-presidente os srs. Guilherme Guinle e Cândido Guinle de Paula Machado.

A idéia da Campanha nasceu do apêlo presidencial de mobilização do país contra o analfabetismo.

Já em janeiro D. Heloisa Figueira iniciou o levantamento estatístico essencial ao planejamento, sendo programadas 3 885 escolas de emergência no Distrito Federal.

Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar - Dentre os trabalhos da CILEME, no trimestre, sobressai a Introdução ao estudo do currículo da escola primária, pelo Prof. J. Roberto Moreira, com cerca de 200 páginas datilografadas, e que foi encaminhada à impressão.

A obra abrange, inicialmente, a conceituação de currículo. Estuda, em seguida, a formação do currículo tradicional, o currículo primário no Império e nos primeiros tempos da república. Detém-se no exame da renovação posterior a 1920, para encaminhar-se à análise das reformas de 1928 em diante com respeito ao currículo elementar e situar-se no sentido atual do currículo primário no Brasil. A parte final da obra consiste num estudo crítico dos principais fundamentos e técnica de elaboração do currículo.

Prosseguiu, ainda, a CILEME na realização dos seus diferentes projetos de pesquisa, anteriormente divulgados.

Ensino secundário

Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - Nos termos do plano aprovado pela Presidência da República, de aplicação parcial dos recursos orçamentários consignados ao MEB, um total de 27 milhões de cruzeiros será investido na CADES, para manutenção de cursos de orientação e aperfeiçoamento de pessoal docente e administrativo, em todos os Estados, para 1 120 professores, cursos de química, física, trabalhos manuais, cursos para secretários escolares, cursos e estágios para inspetores; cooperação com estabelecimentos particulares, inclusive pelo fornecimento de cem pequenos laboratórios.

Por outro lado, deverá ser aprovado um projeto da CADES para a manutenção e instalação da Casa do Professor.

Cursos de aperfeiçoamento do magistério secundário - Nos primeiros cursos planejados pela Diretoria do Ensino Secundário para 600 mestres, apenas cem inscreveram-se. Foi, porém, desenvolvida eficiente campanha de esclarecimentos e, em janeiro de 1955, foram iniciados cursos no Distrito Federal, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, João Pessoa, Goiânia, Florianópolis, Juiz de Fora, Friburgo e São José dos Campos, com uma frequência média de 1 495 professores.

Merece especial referência o curso para professores de física, realizado pela CADES em cooperação com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, de 22 de janeiro a 10 de fevereiro, ^{cujos alunos receberam alojamento} e alimentação gratuita no Centro Técnico de Aeronáutica.

Barateamento do ensino - Constituindo o barateamento do ensino e a assistência ao estudante capaz, mas destituído de recursos, preocupações fundamentais do Ministro da Educação e Cultura, dirigiu esse titular aos diretores de estabelecimento de ensino médio de todo o país uma circular, em janeiro, encarecendo a necessidade de patriótica e ampla cooperação de todos no desenvolvimento do ensino. Ressaltou a comunicação feita ao MEC de haverem sido criadas, 4 500 novas gratuidades. Assinalou o papel destinado ao Fundo Nacional de Ensino Médio, recentemente instituído, e enumerou diversas outras providências de sua secretaria, frisando, quanto ao livro e material didático, que "as vantagens, alcançadas junto aos editores e produtores, deverão reverter em benefício dos alunos, deduzindo apenas as despesas e ônus fiscais decorrentes da manutenção dos aludidos postos". "É certo - prossegue - que alguns colégios já empreendem em seu próprio proveito a venda do livro e do material escolar", aduzindo adiante: "O caráter público do serviço que realizam impõe aos colégios que, quando se encarregarem da distribuição do livro e do material, a façam sem a preocupação de lucro, que desvirtuaria a obra educativa que lhes cumpre realizar".

Gratuidade do ensino - Colaborando com o governo no sentido de enfrentar o problema da educação do estudante pobre, 407 estabelecimentos de ensino secundário ofereceram ao poder público 4220 vagas, além dos 5% exigidos por lei. Em 1955 as vagas correspondentes a esses 5% devem elevar-se a 19 200.

Em março foram realizadas as provas de seleção para os 593 candidatos às bolsas da Fundação do Ensino Secundário, dos quais 514 para o curso ginásial e 79 para o colegial.

Exames de suficiência - O Diário Oficial de 2 de março publicou a Lei nº 2 430, de 19 de fevereiro de 1955, que dispõe sobre a realização dos exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários.

Pela mesma, caberá ao MEC constituir, nos Estados, as bancas examinadoras, que se deslocarão para os estabelecimentos cuja direção o requeira, desde que fique comprovado não haver pretendentes licenciados por faculdade de filosofia.

As bancas serão integradas por professores de faculdades de filosofia ou, na sua falta, de outros estabelecimentos superiores ou de estabelecimentos oficiais ou equiparados de grau médio.

Pela portaria nº 147, de 8 de março de 1955, estampada no Diário Oficial de 14 do mesmo mês, o Diretor do Ensino Secundário, tendo em vista a necessidade de prover o quadro do professorado no corrente ano e sem prejuízo imediato ou imediato dos licenciados pelas faculdades da filosofia, resolveu que, enquanto não for baixada a regulamentação da pré-mencionada lei nº 2 430, não seria admitida a inscrição a exames de suficiência de candidatos destinados ao magistério no Distrito Federal e cidades de São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Niterói, Recife e Curitiba.

Em caso de falta de professor registrado que se disponha a lecionar em determinado estabelecimento de tais cidades, poderá ser autorizado no corrente ano, a título precário, o exercício do magistério,

- a) aos alunos do 2º ou 3º ano do curso correspondente à cadeira de faculdade de filosofia sediada na localidade que, além dessa condição, tenham feito curso superior no qual figura a matéria como disciplina básica;
- b) aos alunos do 2º ou 3º ano do curso correspondente à cadeira de faculdade de filosofia sediada na localidade que, além disso, sejam registrados na disciplina no curso comercial ou industrial e
- c) aos professores já registrados para o ensino da disciplina em virtude de exame de suficiência, com ressalva para validade em outras cidades, desde que provem estar matriculados em faculdade de filosofia.

Cassação de reconhecimento - Pelos decretos 36 999 e 37 000, de 14 de março de 1955, publicados no Diário Oficial de 7 do mesmo mês, foi cassado o reconhecimento e autorização para funcionamento, por infringência à Lei Orgânica do Ensino Secundário, dos Colégios Independência, da capital do Estado de São Paulo, e Progresso, de Ribeirão Preto.

Campanha Nacional de Educandários Gratuitos - A CNEG, que em 1954 manteve 37 ginásios, com um total de 8 203 alunos, em tôdas as cinco regiões brasileiras, programou, para 1955, o funcionamento de mais 17.

Ensino Comercial

Com o objetivo de promover o aprimoramento e expansão do ensino comercial, a Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial programou para 1955 cursos de aperfeiçoamento e formação de professores, inspetores, diretores, missões técnicas, seminários e outras atividades. Serão firmados acordos com estabelecimentos de ensino, para melhoria do equipamento escolar.

Recursos de cerca de doze e meio milhões de cruzeiros atenderão as exigências da campanha.

Ensino Industrial

Cursos pedagógicos - Foram abertas inscrições, até 14 de março, na Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial, para o curso pedagógico destinado à formação de professores de ensino industrial de Mecânica, Eletricidade, Serralheira, Fundição, Marcenaria, Corte e Costura.

A CBAI concedeu 10 bôlsas, para os melhores colocados nos vestibulares.

Os candidatos deveriam apresentar diploma de engenheiro, técnico industrial ou mestre industrial, comprovando ainda um estágio mínimo de cinco anos na indústria. Aos concluintes do curso será conferido o diploma de licenciado.

Suprimida a primeira época dos exames de suficiência no corrente ano - O Diário Oficial de 30/3/55 publicou a portaria nº 5, de 7/3/55, do Diretor do Ensino Industrial, que determinou a providência acima, considerando que elevada porcentagem de profes-

sôres do ensino industrial está inscrita em concursos e muito s deverão ausentar-se para prestação de provas, tanto mais que os candidatos a exame de suficiência poderão inscrever-se em tais concursos e que o número de registrados satisfaz as necessidades atuais desse ensino.

Reforma do ensino industrial - Pela portaria ministerial nº 26, de 27/1/55, publicada no Diário Oficial de 31 do mesmo mês, designou-se a Comissão especial encarregada de, em articulação com a D.E.I., proceder aos estudos e elaborar anteprojeto de lei que reajuste a legislação vigente, considerando a necessidade de adaptar o ensino industrial às novas condições (pois sua lei orgânica data de 1942).

Ensino emendativo

Inauguraram-se em 14 de março os cursos do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, divididos em cursos de formação e aperfeiçoamento de professores especializados e cursos diversos (jardim de infância, primário, profissional, comercial, rural e de artes) para surdos-mudos de 5 a 20 anos.

Entre os duzentos alunos dos cursos de preparação de professores especializados encontram-se cerca de quarenta bolsistas dos Estados.

Essa preparação é tanto mais urgente quanto se sabe existirem no Brasil cerca de 50 000 surdos-mudos, dos quais mais de 10 000 em idade escolar. Os nove únicos estabelecimentos especializados existentes no país, entretanto, só ministram educação adequada a 800 deficientes.

A portaria ministerial nº 99, de 22 de março, publicada no Diário Oficial de 25 do mesmo mês, dispôs sobre o curso intensivo destinado à aprendizagem de cegos e amblíopes adultos, no Instituto Benjamin Constant, visando a criar condições que facilitem a respectiva formação profissional. Considerou-se também a situação dos cegos residentes fora da Capital Federal, sendo autorizado o diretor do IBC a matricular, como interinos, os candidatos residentes fora do Distrito.

O curso intensivo especial terá a duração de um ano e será ministrado de modo a atender às preferências do aluno.

Educação rural

Foi programado para 1955 um curso de Economia Ru

ral Doméstica, exclusivamente feminino, na Universidade Rural. Já dois outros funcionam em Uberaba (Minas Gerais) e Vitória de Santo Antão (Pernambuco). Ainda no corrente ano serão instalados um curso idêntico em Sousa (Paraíba) e 14 cursos práticos de economia rural doméstica, em vários Estados.

Das candidatas à matrícula no curso da Universidade Rural foi exigida, além do exame de admissão, a prova de conclusão de curso ginásial ou normal reconhecido.

Ensino superior

Lei nº 2 403, de 13 de janeiro de 1955 (D.O. de 14/1/55) - Dispõe sobre o aproveitamento dos auxiliares de ensino e pessoal burocrático dos institutos federalizados de ensino superior.

Decreto nº 36 681, de 29 de dezembro de 1954 - Alterou dispositivo do Decreto nº 34 330, de 21 de outubro de 1953.

Pelo mesmo poderão habilitar-se aos cursos de faculdades de ciências econômicas, de direito, de geografia e história, ciências sociais, jornalismo e aos da faculdade de sociologia e política, os candidatos que houverem concluído os cursos técnicos de ensino comercial com duração mínima de três anos; aos de direito, pedagogia, letras neo-latinas, anglo-germânicas e clássicas, geografia e história, ciências sociais, música e aos da faculdade de sociologia e política, os candidatos que houverem concluído o segundo ciclo do curso normal de acordo com os arts. 8 e 9 do D.L. 8 530, de 2 de janeiro de 1946, ou de nível idêntico pela legislação dos Estados e do Distrito Federal.

Alimentação escolar

Pelo decreto nº 37 106, de 31 de março, publicada no Diário Oficial de 2 de abril, foi instituída a Campanha de Merenda Escolar, na Divisão de Educação Extra-Escolar, do Departamento Nacional de Educação.

Cabe à Campanha, cuja ação terá âmbito nacional e se efetuará mediante criação de cantinas ou estabelecimentos de convênios,

- a) incentivar os empreendimentos destinados a facilitar a alimentação do escolar;
- b) estudar e adotar providências para melhoria do valor nutritivo da merenda e
- c) promover medidas para aquisição de produtos

alimentares empregados na merenda nas fontes produtoras ou mediante convênios com entidades internacionais, inclusive obter facilidades cambiais e de transportes.

Recursos orçamentários específicos atenderão os encargos da Campanha.

Pretende-se que cerca de três milhões de escolares serão beneficiados. As crianças devem receber na escola uma suplementação alimentar destinada a corrigir as deficiências do cardápio doméstico.

Dentre as instituições que vêm colaborando com a Campanha sobressaem o Fundo Internacional de Socorro à Infância e o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil.

A Campanha funcionou o ano passado na órbita da Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, que muito cooperou com o MEC para o êxito do empreendimento.

Auxílios áudio-visuais, radiodifusão educativa, etc.

Cinema educativo - A experiência tem demonstrado que a utilização do cinema no ensino médio é mais eficiente do que no primário, porque a capacidade de síntese da criança de menos de nove anos é pequena. No ensino médio é que o adolescente, entre 12 e 15 anos, atinge maior maturidade da estrutura do pensamento, até alcançar a estrutura do pensamento adulto. Compreende-se assim o mais largo emprego do cinema no ensino médio, como vem promovendo o Ministério da Educação e Cultura. Uma das providências programadas é a descentralização da distribuição dos filmes existentes na filмотeca do Instituto Nacional de Cinema Educativo, tendo sido ainda decidido iniciar a confecção de coleções de diafilmes para as disciplinas dos cursos primário e médio, competindo aos órgãos especializados nesses ensinos selecionar o material e ao INCE executar os diafilmes.

O INCE já iniciara em 1952 a revenda de projetores sonoros de 16 mm. mas a situação cambial impediu que o serviço se mantivesse em funcionamento, porque projetores adquiridos naquele ano por menos de 15 mil cruzeiros custavam, em 1953, quatro vezes mais. Esse constitui outro problema que vem preocupando as autoridades educacionais.

Para atingir a desejada descentralização, vai o Ministério promover acordos com os Estados e Municípios, cujas normas foram elaboradas. Até agora, têm sido distribuídos anual

mente cêrca de 4.000 programas, sendo que umas novecentas escolas mantêm programações normais. Com sua filmoteca de 800 originais e numerosas cópias, tem o INCE atendido o sistema escolar da capital e os estabelecimentos estaduais inscritos. Com os convênios, poderão os Estados manter serviços de cinema educativo. Estágios e cursos semelhantes aos do INCE serão mantidos, estimulando os governos locais à criação dêsses serviços.

Colégio do Ar - Em entrevista à imprensa carioca, em março, historiou o diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC o progresso de nosso país neste setor, onde ocupa situação de pioneirismo no mundo, com 17 horas diárias de rádio cultural, sem anúncios. O Colégio do Ar que em 1951 congregava quase quatro mil alunos, recebeu, de março a outubro de 54, 8.500 pedidos de matrícula. Acrescentou o Prof. Tude de Sousa não considerar o rádio como substituto da escola, mas como remédio eficiente onde esta não chega ou chega mal. O programa para 1955, quanto ao Colégio do Ar, prevê 10.000 alunos, pois serão inauguradas duas estações de ondas curtas, uma das quais trabalhará à noite apenas com os cursos para o interior. Súmulas de aula serão remetidas gratuitamente. É possível que a ação educativa do Colégio do Ar seja suplementada por uma série de Cursos Breves.

Bolsas de estudo

Portaria ministerial nº 22, de 7 de janeiro de 1954 - Tendo em vista e disposto no decreto nº 8.019, de 29/9/45 e a necessidade de amparar a educação dos antigos expedicionários, expediu o Ministro da Educação e Cultura, pela referida portaria, publicada no Diário Oficial de 9 de março de 1955, as normas reguladoras da concessão de bolsas de estudos aos mesmos.

Oferecimento de bolsas por intermédio da CAPES - Dentre as bolsas oferecidas através da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no trimestre, figuraram as seguintes: três ofertadas pela Alemanha Ocidental, para pós-graduados em qualquer ramo de estudos, de 1/11/55 a 31/10/56; uma para o ano letivo de 1956, da Colorado School of Mines, Estados Unidos, para engenheiros; uma bolsa "Florence Lerner", para estudo de educação, serviço social, bibliotecologia, ciências aplicadas à saúde, economia doméstica, enfermagem ou nutrição, na Universidade de Chicago; duas para médicos, provenientes do Instituto de Neuro-cirurgia da Universidade de Buenos Aires; bolsas da The John's Hopkins University, para problemas do sudeste da Ásia; cinco estabelecidas pela Fundação Rockefeller na Faculdade de Medicina da

Universidade de São Paulo, destinadas a auxiliares de ensino da cadeira de Anatomia das faculdades brasileiras; duas de Direito, 3 de Entomologia, 3 de Etnologia; uma de Física, duas de Fitoquímica, duas de Genética, um de Geologia, uma de Psicologia, uma de Química e outra de Tecnologia Agrícola, da Universidade de São Paulo.

Outras ofertas de bôlsas divulgadas no trimestre: de matrículas gratuitas em colégios secundários, atendendo ao apêlo da Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino; 68 bôlsas para o preparo de técnicos em Administração Pública, sendo 16 financiadas pela Prefeitura do Distrito Federal, 22 pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e 30 pela Fundação Getúlio Vargas; bôlsas para estudos demográficos do Population Council, Inc., de Nova York; do Instituto de Estudos Nucleares, de Oak Ridge, Estados Unidos, para cursos de 4 semanas; 12 destinadas a advogados latino-americanos, na Universidade de Nova York, oferecidas através do Institute of International Education e Inter American Law Institute; duas da Fundação Américo Rotellini para estudos de acadêmicos brasileiros na Itália em 1955-56; 4 bôlsas de estudos na Espanha, concedidas pela Diretoria Geral de Relações Culturais de Madrid; bôlsas para engenheiros, instituídas pela Federação das Indústrias Britânicas; uma estabelecida pelo govêrno francês para profissionais superiores; diversas bôlsas atribuídas pela Sears Roebuck a alunos da Universidade de São Paulo; da Legião Brasileira de Assistência, para médicos; 4 concedidas a jovens brasileiros pelo Rotary Club Internacional, para o exterior; três destinadas pelo Instituto Joaquim Nabuco, de Recife, a pesquisadores sociais, começando no segundo semestre de 1955; bôlsas das Nações Unidas para estudos internacionais, etc.

A Universidade Italiana para Estrangeiros, de Perugia, ministrará cursos de alta cultura de abril a dezembro, versando sôbre história, literatura, belas artes, filosofia, pedagogia, pensamento científico italiano, etc. Diversas bôlsas foram oferecidas.

Durante o ano de 1954 deram entrada no Serviço de Bôlsas de Estudo da CAPES 572 solicitações, sendo concedidas 178 bôlsas e auxílios.

Congressos

V Seminário Inter-Americano de Educação Secundária, em Santiago do Chile - Iniciado em 29 de dezembro, estendeu-se até 22 de janeiro, dêle participando delegação brasileira na qual figuraram o

Prof. Armando Hildebrand, Diretor do Ensino Secundário, e o Prof. Jayme Abreu, do INEP, que apresentou trabalho sobre a escola secundária brasileira, considerado um dos melhores submetidos ao certame.

IX Congresso Estadual dos Estudantes Secundários de Minas Gerais - Realizou-se em Belo Horizonte, com o patrocínio do Governo do Estado, em janeiro. Os debates incidiram notadamente sobre reformas do ensino e aumento de taxas e anuidades.

I Congresso de Jornalismo Estudantil, em Recife, de 27 a 31 de janeiro, patrocinado pelo Centro Estudantil Pernambucano de Imprensa. O temário abrangeu:

- I - Desenvolvimento da imprensa estudantil brasileira;
- II - Expansão da cultura brasileira através dos órgãos estudantis;
- III - Problemas e recursos da imprensa estudantil;
- IV - Liberdade de difusão;
- V - Localização da Imprensa Estudantil Nacional;
- VI - Valorização do Jornalismo Estudantil
- VII - Intercâmbio informativo;
- VIII - Organização de uma entidade nacional;
- IX - Influência das agremiações estudantis;
- X - A imprensa antiga e moderna.

Reunião dos Diretores das Escolas de Engenharia do Brasil - Iniciou-se a 1º de fevereiro, na Escola de Engenharia da Universidade de Recife, para a discussão de problemas do ensino profissional superior, estendendo-se até o dia 5. O temário incluiu:

- a) autonomia das universidades;
- b) criação de disciplinas;
- c) preenchimento de cargos;
- d) relações com o ensino secundário;
- e) carreira magisterial;
- f) especializações e opções;
- g) currículo;
- h) programas;
- i) regulamentação profissional;
- j) seriação e parcelamento de cursos;
- k) frequência e horário;
- l) verificação do aproveitamento;
- m) transferências.

I Reunião Geral de Inspetores Seccionais do Ensino Secundário - Foi promovida pela Diretoria do Ensino Secundário, encerrando-se em 5 de fevereiro. Compareceram 20 inspetores de vários Estados, tendo sido ventilados os problemas regionais desse ramo de ensino. Assuntos de importância nos debates foram: aumento de horas letivas, combate à comercialização do ensino, unificação das normas legais que regem o ensino secundário.

II Congresso de Ação Social Rural - Inaugurou-se em Venâncio Aires, Rio Grande do Sul, em 10 de fevereiro. Foram discutidos assuntos relativos à educação religiosa, moral e rural.

I Congresso Nacional de Estudantes Cinegistas - Realizou-se na última semana de janeiro, no Distrito Federal, congregando representantes de dezoito grêmios estudantis de Ginásios da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Foram aprovados os estatutos da União Nacional dos Estudantes Cinegistas e decidiu-se incentivar a criação de grêmios nos estabelecimentos da Campanha.

A C.N.E.G., sociedade civil com sede no Distrito Federal, foi considerado de utilidade pública por decreto de 30 de novembro de 1954.

Em fevereiro encerrou-se a II Maratona Intelectual dos Estudantes Cinegistas, a que concorreram jovens de vários Estados e da Capital, sendo de notar que os primeiros lugares foram conquistados por alunos de estabelecimentos de pequenas cidades do interior.

III Conselho Estadual da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais - Foi instalado em março na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, tendo o professor Aogar Renault, na oração inaugural, analisado as causas da conjuntura que atravessa o país, afirmando: "A prevalência do pessoal sobre o coletivo e a certeza da impunidade são as causas da crise moral por que passa o Brasil".

Assembleia do Comitê Brasileiro da Organização Mundial de Educação Pré-escolar (OMEP) - Realizou-se a 21 de março, para a posse da nova diretoria. Dentre os assuntos aprovados figurou a realização, nas atividades do corrente ano, de mesas redondas sobre:

- 1) Agressividade na criança e seu tratamento;
- 2) Os complexos;
- 3) O pudor - sua importância na educação;
- 4) A alimentação na primeira infância.

II Congresso Estadual de Estudantes Secundários de Pernambuco - Realizou-se em Limoeiro, em março, com a presença do Secretário de Educação e Cultura. Os assuntos basilares dos debates foram: congelamento de anuidades, suplementação de verba aos colégios particulares, criação da Casa do Estudante Secundário e Refeitório Estudantil, barateamento do livro didático e intercâmbio esportivo.

VI Congresso Jurídico Nacional - Reuniu-se de 11 a 18 de janeiro, na capital paulista. O certame incluiu uma Convenção Nacional de Advogados. Um dos principais assuntos em debate, no que tange à formação profissional do advogado, foi relativo à obrigatoriedade de estágio para o exercício da advocacia.

*

Conselho Consultivo do Instituto Nacional do Livro - Foi criado pela portaria ministerial nº 85, de 1/3/55 (Diário Oficial de 4/3/55), com o fim de promover contato entre o poder público, o autor brasileiro e a indústria e comércio livreiro, solucionar e estudar os problemas do livro no país e fiscalizar a aquisição, com recursos orçamentários, de obras para bibliotecas.

Publicações obscenas - O Diário Oficial de 29/3/55 estampou o Decreto nº 37 100, de 25 de março, que "Promulga o Protocolo de Emenda da Convenção para a Supressão da circulação e do tráfico das publicações obscenas, firmada em Genebra, a 10 de setembro de 1923, concluído em Lake Success, New York, a 12 de novembro de 1947".

O referido decreto manda executar e cumprir o protocolo, aprovado pelo Congresso, ~~ex-vi~~^{do} Decreto legislativo nº 2, de 27 de janeiro de 1950.

VIDA EDUCACIONAL NOS ESTADOS

Bahía

Concurso para professores-assistentes de estabelecimentos oficiais de ensino médio - Iniciaram-se em janeiro, com a presença do Superintendente do Ensino Secundário, Normal e Profissional do Estado da Bahía, as provas de habilitação aos cargos do magistério estadual de grau médio, nas seguintes disciplinas: Português, Latim, Francês, Inglês, Física, Matemática, Desenho, Filosofia, Higiene, Trabalhos Manuais, Ciências Naturais, Economia Doméstica, Geografia Geral e do Brasil, História Geral e do Brasil, Música e Canto Orfeônico, Espanhol, Prática do Ensino, Introdução à Educação, Metodologia Geral, Estatística, História Natural, Sociologia e Química. Concluídas as provas em fevereiro, foram habilitados 40 dos 214 candidatos inscritos. 57 não compareceram.

Os professores habilitados destinam-se a estabelecimentos da capital e interior.

Magistério primário - Atendendo ao que preceituam o Decreto-lei nº 12 657, de 8 de janeiro de 1943 e a Constituição Federal, o Secretário de Educação e Cultura baixou portaria regulando o concurso de ingresso no magistério primário. As inscrições ultrapassaram de 1 500, tendo sido programadas para fevereiro as respectivas provas. Tal afluência explica-se, em parte, pela recente majoração dos vencimentos do professorado baiano (de R\$ 3 000,00 no ensino primário até R\$ 7 280,00 no ensino superior).

Núcleo Universitário - Estão adiantados os trabalhos de construção do Núcleo Universitário, em Salvador. Além do Hospital das Clínicas, sede da Reitoria, Hospital de Clínica Tisiológica e Escola de Enfermagem, já está em funcionamento, se bem que em prédio adaptado, a Faculdade de Farmácia. Estão em construção os amplos edifícios da Faculdade de Odontologia e Escola Politécnica e já foram demarcados os terrenos para as novas sedes das faculdades de Direito e Medicina e da Casa de Cultura de França. No antigo solar Machado funcionarão a Residência Universitária e a Escola de Biblioteconomia.

O Centro Universitário de Salvador será, quando concluído, um dos mais importantes do país.

Ceará

Faculdade de Engenharia do Ceará - Foi criada pela lei nº 2 383,

de 3 de janeiro de 1955 (Diário Oficial de 14 de janeiro), com sede em Fortaleza. A Faculdade integrará o Ministério da Educação e Cultura - Diretoria do Ensino Superior e manterá cursos de engenharia civil e industrial.

~~Inauguração da Universidade do Ceará - A Universidade do Ceará, instituída em fins de 1954, deverá ser solenemente inaugurada em fins de abril.~~

Distrito Federal

Ensino público e particular no Distrito Federal - Para um total de 22 970 pessoas que exerciam atividades ligadas ao ensino em geral, em 1950, conforme o Serviço Nacional de Recenseamento, 12 281 dependiam de instituições públicas e 10 689 de instituições particulares, isto é, respectivamente 53% e 47%. Dez anos antes (censo de 1940), dentre 15 149 pessoas, o ensino público ocupava 7 240 (48%) e o particular 7 909 (52%).

É inegável que a insuficiência do parque escolar público da capital federal vem estimulando o desenvolvimento do ensino particular dos diversos graus e modalidades.

Mas, frente aos números indicados, cabe ressaltar o esforço do poder público em ampliar seus quadros escolares. Assim, em 1940, no plano governamental, as pessoas ocupadas em estabelecimentos de ensino representavam 48%. Em 1950 seu número equivalia a 53%.

Atividade	Pessoas ocupadas			
	Número absoluto		%	
	1940	1950	1940	1950
Ensino público	7 240	12 281	48	53
Ensino particular ...	7 909	10 689	52	47
Ensino em geral	15 149	22 970	100	100

Ensino de grau médio da P.D.F. - Pelo decreto municipal nº..... 12 619, de 18 de outubro de 1954 (Diário Oficial, seção II, de 19/X/54), foi criado o ensino agrícola de segundo grau e restabelecido o industrial na Prefeitura do Distrito Federal.

Em entrevista, concedida ao "Diário de Notícias" de 14 de janeiro, o Prof. Hélio Fontes, diretor do Departamento de Educação Técnico-Profissional da Municipalidade, encareceu a significação do fato, pois a Prefeitura poderia proporcionar à

população carioca ensino gratuito de acôrdo com as preferências vocacionais de cada um. O decreto nº 12 619 não trouxe qualquer prejuízo ao ensino secundário, tanto que o número de ginásios continuou a crescer.

Em 1955, cinco estabelecimentos foram destinados ao ensino industrial - três masculinos, as Escolas Sousa Aguiar, Ferreira Viana e Visconde de Mauá, e dois femininos, as Escolas Orsina da Fonseca e Rivadávia Correia.

Declarou o Sr. Hélio Fontes aguardar apreciável movimento de matrícula nas escolas agrícolas, principalmente dentre os concludentes das escolas típicas rurais.

Segundo o art. 1º do decreto 12 619, as escolas industriais da P.D.F. serão as seguintes:

- Escola Industrial Ferreira Viana (semi-internato)
- Escola Industrial Sousa Aguiar (externato)
- Escola Técnica Visconde de Mauá (internato)
- Escola Técnica Rivadávia Correia (externato)
- Escola Industrial Princesa Isabel (semi-internato)
- Escola Industrial Orsina da Fonseca (internato).

O mesmo decreto (art. 6º) criou uma escola agrícola anexa à Escola Técnica Visconde de Mauá, devendo funcionar nas dependências desta até serem concluídas suas instalações próprias.

Note-se que a P.D.F. ofereceu, para 1955, 1 768 vagas em escolas de grau médio das quais 950 no curso ginásial, 570 no industrial, 30 no agrícola, 20 no comercial básico, 82 no técnico de contabilidade e 16 no de secretariado.

Abertura das aulas nas escolas primárias municipais - Ocorreu a 14 de março, não obstante a regulamentação de 1954 que fixava o início do ano letivo em 1º de março, sem que, então, estivesse solucionado o problema dos excedentes, tendo a Municipalidade destinado verba de quinze milhões para atender à questão da supermatrícula.

Supressão de cursos - Diversos cursos noturnos mantidos pela Prefeitura, de artigo 91, prática de escritório, artes femininas e oportunidades foram suprimidos. A medida provocou acentuado descontentamento entre os professores atingidos, que deverão retornar às classes de ensino primário supletivo.

Os chamados Cursos de Oportunidades foram criados pela lei municipal nº 478, de 11 de setembro de 1950, com o

objetivo de estender, melhorar ou completar o nível cultural de qualquer pessoa, segundo suas necessidades e preferências em determinado momento. Tais cursos, inteiramente gratuitos, foram instituídos para lecionar as matérias e especialidades que viessem a ser requeridas por um grupo de, pelo menos, vinte candidatos.

Internamento de menores nas escolas da P.D.F. - O Secretário Geral de Educação e Cultura baixou em março as instruções nº 11 regulamentando esse internamento e as condições de inscrição, concorrência, seleção e contrato de estabelecimentos que mantêm alunos à conta da Municipalidade (Diário Oficial, seção II, de 5/3/55).

O menor internado deverá ser anualmente reconduzido ao estabelecimento contratado que mais convenha a sua educação, até concluir o período de internamento, em face da respectiva idade, quando será desligado.

As obrigações dos estabelecimentos a serem contratados são minuciosamente fixadas, incluindo-se a proibição de castigos físicos ou humilhantes, o fornecimento de todo o material escolar e a prestação de assistência médico-dentária, sob fiscalização da P.D.F.

Os estabelecimentos que oferecem internato são dos seguintes tipos: jardim de infância (4 a 6 anos), curso primário (7 a 12) e curso primário com artesanato (10 a 14 anos). O prazo de internamento transcorrerá de 25 de março a 20 de dezembro de 1955.

Regulamentação das remoções de diretores e professores do Departamento de Educação Primária - Foi baixada pelas Instruções nº 16, do Secretário Geral de Educação e Cultura, de 10 de janeiro (D.O., s. II, de 11/1/55). Tais remoções poderão ser ex-officio, por permuta e a pedido.

Normas para a inspeção de saúde das candidatas à matrícula na 1ª série dos cursos ginasiais do Instituto de Educação e da Escola Carmela Dutra - Constam das Instruções nº 17, do Secretário Geral de Educação e Cultura (D.O., s. II, de 11/1/1955).

O estudante de todos os tempos - Sob esse título, publicou "A Noite", do Rio de Janeiro, de 1º de março, artigo do Sr. Celso Kelly, sobre os professores que seguiram cursos de aperfeiçoamento da P.D.F. Refere o articulista que, em 1954, mais de mil professores primários dedicaram a quinta-feira, dia de descanso do magistério municipal de 1º grau, à frequência de cerca de

trinta cursos no Instituto de Educação. O plano das especializações para 1955 inclui um novo curso, o de orientação do teatro escolar.

Matrículas em 1955 nas escolas da P.D.F. - Atingiram, nos estabelecimentos primários, a 47 406, sendo que 40 030 crianças lotadas em educandários da municipalidade, 4 088 colocadas em escolas particulares, estudando a Prefeitura a colocação de 3 288 excedentes (situação em 31 de março).

Espírito Santo

Contrôle médico escolar - O Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, de 15 de fevereiro de 1955, publicou o Decreto nº.... 24 325, de 11 do mesmo mês, que regulamentou a lei nº 1 981, de 18 de dezembro de 1952, que tornou obrigatório o controle médico periódico nas escolas primárias mantidas por particulares ou instituições privadas, sujeitas à fiscalização do Estado.

Goiás

Educação da infância excepcional - Sob os auspícios da Secretaria de Educação e do Instituto Pestalozzi de Goiânia foi programado para iniciar-se em 5 de fevereiro um curso sobre educação da infância excepcional, para professores e assistentes sociais a fim de preparar a equipe de colaboradores do Instituto e orientadores de classes especiais dos grupos escolares.

Minas Gerais

Universidade de Juiz de Fora - Foi criada por lei estadual que tomou o nº 1 229, de 4 de fevereiro (publicada em "Minas Gerais", órgão oficial do Estado, de 5 de fevereiro de 1955). Terá personalidade jurídica própria, independente da do Estado, constituindo-se dos estabelecimentos de ensino superior do município que desejarem integrá-la e que manterão sua autonomia administrativa e financeira. Entre êsses o ato institucional da nova universidade menciona o Conservatório de Música, a Escola de Belas Artes e a Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo.

Para constituição do Fundo Universitário, autorizou a lei ao governo do Estado a contribuição de dez milhões de cruzeiros, em apólices inalienáveis com juros de 5% ao ano.

Faculdade de Medicina de Juiz de Fora - Em março foram inaugurados três modernos pavilhões destinados ao estudo de anatomia, a-

anatomia patológica, técnica operatória, maceração, biotério e anatomoxarifado.

Escola Estadual da Vila de Divino de Laranjeiras, do município de Galiléia - Criada por ato do governador do Estado, foi instalada em 14 de fevereiro. A solenidade de instalação iniciou-se com a posse do corpo docente do novo educandário, encerrando-se com um desfile dos alunos matriculados.

Diretório Central dos Estudantes - Na moderna sede desse organismo dos universitários mineiros, inaugurada em dezembro do ano findo graças à colaboração do governo estadual, prosseguiu, este ano, a instalação de seus vários setores. O novo edifício, situado em Belo Horizonte, na rua Gonçalves Dias, próximo da praça da Liberdade, erguido sobre pilotis, foi projetado pelo engenheiro Sílvio de Vasconcelos e custou dois e meio milhões de cruzeiros. Contém amplas salas para festas, jogos, serviços administrativos e biblioteca.

Curso de férias para professoras - Tendo em mira o aperfeiçoamento do professorado mineiro, vem a Secretaria de Educação realizando, desde 1948, cursos de férias anuais.

O curso de 1955 destinou-se a professoras das escolas normais e secundárias, estendendo-se de 8 de janeiro a 5 de fevereiro. Compreendeu quatro seções:

- 1 - Preparação para candidatos a exames de suficiência;
- 2 - Aperfeiçoamento para professoras já registradas;
- 3 - Orientação para professoras de Ciências Físicas e Naturais;
- 4 - Trabalhos Manuais, Desenho e Modelagem.

Contou o curso de 1955 com a colaboração do Ministério da Educação e Cultura, pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e Diretoria do Ensino Secundário, esta última também por intermédio da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES). Foi assinalada a cooperação da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, bem como a da Sociedade de Cultura Francesa, que ministrou um curso de Francês.

A aula inaugural esteve a cargo do Prof. Abgar Renault, cabendo ao Prof. Afrânio Coutinho, do Colégio Pedro II, prelecionar a de encerramento.

Campanha de Bolsas de Estudo - Vários estabelecimentos mineiros de ensino atenderam ao apêlo da Campanha no sentido de proporcionar matrículas gratuitas a estudantes pobres. Dentre os que, até meados de fevereiro, haviam encaminhado suas adesões à Inspeção Seccional do Ensino Secundário de Belo Horizonte, figuravam.

Na Capital: Colégio N.S. das Dôres, Ginásio S. Miguel Arcanjo, Colégio S. Pascoal, Escola Técnica de Comércio da A.E.C. e os estabelecimentos da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

No interior: Ginásio S. Geraldo, de Divinópolis.

Frequência às bibliotecas das escolas primárias da capital do Estado - Em 1949 as bibliotecas pedagógicas reuniam, na capital, 13 183 volumes, assinalando 44 404 consultas e, no Estado, 103 709 volumes e 336 957 consultas. As bibliotecas infantís registravam, na capital, 26 070 volumes e 367 111 consultas; no Estado, 174 943 volumes e 1 556 219 consultas.

Em 1953, na capital, 17 238 volumes e 72 923 consultas; no Estado, 157 653 volumes e 454 534 consultas, nas bibliotecas pedagógicas. Nas bibliotecas infantís, na capital, 37 316 volumes e 391 876 consultas; no Estado, 268 383 volumes e 2 135 962 consultas.

Merenda escolar - Segundo informações da Secretaria de Educação, foi a seguinte a atividade das cantinas escolares nos últimos cinco anos:

A n o	M e r e n d a s	
	Na Capital	No interior
1 9 4 9	1 949 487	9 665 139
1 9 5 0	2 122 087	10 209 971
1 9 5 1	2 282 957	11 422 752
1 9 5 2	2 348 391	12 057 840
1 9 5 3	2 629 119	12 401 046
1 9 4 9 / 5 3	11 332 041	55 756 748

Novo reitor da Universidade de Minas Gerais - Com o término do mandato do Prof. Pedro Paulo Penido, e considerando a lista triplíce apresentada pelo Conselho Universitário, o Presidente da

República nomeou para aquela alta função o Prof. Lincoln Prates, diretor da Faculdade de Direito.

Campanha de Educação de Adultos - O rendimento da educação de adultos em 1954 excedeu as expectativas, pois, enquanto o governo federal concedeu verbas para 1 700 cursos, o estadual custeou mais de 400, perfazendo 2 189, com 85 652 alunos matriculados, 55 735 freqüências e 33 816 aprovações (segundo "O Diário", de Belo Horizonte, de 25 de março de 1955).

Ampliação da rede escolar de Belo Horizonte - Conforme publicação feita pelo "Diário de Minas", de 25 de março do corrente, declarou o Sr. Geraldo Jardim Linhares, autor do Plano de Ampliação da Rede Escolar de Belo Horizonte, que foram concluídos 17 prédios escolares e iniciadas outras obras, com os recursos da venda de áreas desnecessárias existentes junto a vários grupos.

Paraíba

Cursos intensivos de orientação educacional - A Secretaria de Educação programou, para fevereiro, um curso intensivo visando a melhoria do ensino primário, compreendendo 40 aulas, em 5 dias, sobre os seguintes temas: Educação Rural, Clubes Agrícolas, Higiene Rural, Instituições Escolares, Administração Escolar, Metodologia, Medidas Educacionais, Estatísticas Educacionais, Desenho, Trabalhos Manuais e Artes Aplicadas.

O campo de ação das equipes organizadas pelo Departamento de Educação abrangeu 12 municípios, com a seguinte distribuição:

- 1ª zona: aulas de 1º a 5 de fevereiro (Cajazeiras, Pombal e João Pessoa)
- 2ª zona: aulas de 7 a 12 (Antenor Navarro, Catalão do Rocha e Santa Rita)
- 3ª zona: aulas de 14 a 19 (Tabaiana, Brejo do Cruz e E. Santo)
- 4ª zona: aulas de 23 a 26 (Malta, Sapé e Uiraúna)

Preparação do magistério secundário - Instalou-se em janeiro, sob a orientação da Inspeção Seccional do Ensino Secundário, o curso intensivo de preparação dos candidatos aos exames de suficiência para o magistério secundário local.

A medida foi ainda patrocinada pela Faculdade de Filosofia N.S. de Lourdes e Secretaria Estadual de Educação.

Paraná

Universidade do Paraná - A área construída da moderna Universidade, em Curitiba, atinge, atualmente, a 17 370 metros quadrados. Essa área era, em 1913, de 2 035 metros quadrados e, quando da federalização da Universidade, em 1950, de 7 855, o que traduz com precisão o acentuado desenvolvimento do grande centro de estudos paranaense.

Pernambuco

Instalação de cursos secundários - Pelo decreto nº 263, de 21 de janeiro, o Governador do Estado autorizou a Secretaria de Educação e Cultura a organizar e instalar cursos gratuitos de ensino secundário, do 1º ciclo, na capital e interior. As instruções necessárias à execução desse decreto deverão ser expedidas no prazo de noventa dias.

O Secretário de Educação, Prof. Aderbal Jurema, escolheu para núcleo da rede estadual de escolas secundárias a ser instalada o Ginásio Estadual de Beberibe, já em funcionamento, com uma centena de alunos no curso de admissão, e para o qual foi pedida inspeção federal.

A medida irá ampliar o parque secundário oficial do Estado, que apenas dispõe do Colégio Estadual, Instituto de Educação e Ginásio de Jaboatão.

Além do Ginásio de Beberibe, devem ser brevemente instaladas outras unidades: em Casa Amarela, aproveitando o Grupo Escolar D. Vital, e em Tejipió. Industriais do Estado já se prontificaram a doar terrenos para as futuras escolas.

Acredita, porém, a Secretaria de Educação que os novos estabelecimentos, afóra o de Beberibe, só poderão funcionar em 1956. Para mitigar tal inconveniente, vem a Secretaria mantendo bolsas escolares e firmando convênios. Assim, este ano, já foram estabelecidos acordos, visando a educação gratuita, com os ginásios de Nazaré da Mata e Limoeiro. No ano passado fora iniciada essa política educacional através de um acordo com o ginásio de Caruarú.

Tem em mira a Secretaria de Educação apresentar um plano quatrienal, que abrangerá a reestruturação de todos os setores educacionais e culturais, a assistência ao estudante com material escolar e livros didáticos gratuitos, fornecimento de máquinas de costura e oficinas artesanais às unidades escolares.

O decreto de 21 de janeiro estabelece que as despesas com os novos cursos correrão à conta do Fundo Especial de Ensino do orçamento estadual. O referido ato incorporou desde logo em seus benefícios os cursos ora em funcionamento nos Ginásios Estaduais de Beberibe, no Recife, e de Jaboatão.

Em 23 de janeiro foi solenemente inaugurado, no Grupo Escolar Pedro Celso, o Ginásio Estadual de Beberibe, que fôra criado por ato de 24 de dezembro de 1954. O estabelecimento funcionará no Grupo Pedro Celso até que seja construído pelo governo estadual o prédio respectivo.

Ensino primário rural - Em declarações à imprensa da capital federal ("A Noite", 3/8/955), informou a Prof. Maria Elisa Viegas de Medeiros, deputado à Assembléia Legislativa de Pernambuco, que atualmente funcionam em seu Estado 400 escolas típicas rurais, dirigidas por professoras formadas em institutos estaduais e residentes em propriedades da escola rural. A professora deve fazer funcionar um clube agrícola. Existem ainda 25 grupos escolares rurais além de escolas de especialização rural, como a "Alberto Torres", que data de 1929. A Escola Rural Murilo Braga, recentemente instalada, tem por objetivo formar professoras destinadas às zonas rurais do Nordeste.

Mais de oito mil crianças frequentam as escolas rurais de Pernambuco.

Em declarações prestadas ao "Diário de Pernambuco" de 1º de abril de 1955, o Secretário de Educação e Cultura do Estado esclareceu que, em março, foram reabertas cêrca de quarenta escolas rurais que se encontravam fechadas há anos. Declarou ainda que estava prestes a ser apresentado ao governador um plano quadrienal, contemplando o interior com apreciável número de grupos escolares, devendo iniciar-se, no período 1955-56, a construção de grupos em Orobó, Limoeiro, Vicência, Angelim, Água Preta, Águas Belas, Serenhas, Nazaré da Mata, Parnamirim, Inajá, Coripós e Cabrobó, com auxílio do INEP. As construções atenderão às normas da moderna arquitetura funcional.

Bolsas concedidas pelo Governo estadual - D divulgou a Secretaria de Educação que foi autorizada a assinatura de convênios com estabelecimentos de ensino secundário e normal de vários municípios pernambucanos, para a concessão de mais trezentas e quarenta e sete bolsas escolares, além das já existentes em todo o Estado, para atender a estudantes pobres do interior.

Seminário sobre os problemas do ensino rural em Pernambuco - Em

19 de março estiveram na Escola de Tratoristas do Nordeste, em Tapera, município de Vitória de Santo Antão, o Secretário de Educação e Cultura, o sociólogo Gilberto Freyre e o presidente da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), sendo promovido um debate entre visitantes, professores e alunos-mestres, correlativo aos problemas do ensino elementar e médio rural e às relações do engenheiro agrônomo, em sua atividade profissional, com o rurícola, a cultura e a região. Entre os assuntos debatidos figuraram o da fixação do professor ao ambiente de sua formação e o da frequência escolar, sendo ressaltada a evasão de terceiro e quarto-anistas, porque o horário escolar coincide com o calendário agrícola.

Colégio Estadual - A matrícula no principal estabelecimento estadual de ensino médio, que em 1954 atingira a 940 alunos, subiu este ano a 1 279, sem mencionar 402 estudantes do Curso Feminino, agora instalado, e 153 inscritos no curso de admissão. Cabe ressaltar que a soma dos novos estudantes eleva-se a número quase igual à totalidade do corpo discente do período anterior.

Estado do Rio de Janeiro

Efetivação de professores - Recente lei estadual determinou o aproveitamento dos ocupantes das funções de professor-adjunto, extranumerário-mensalista, portadores de diploma de escola normal, nos cargos de professor (Ensino Primário e Pré-primário), padrão C, do quadro permanente, à medida que completarem cinco anos de exercício do magistério.

A lei citada criou 500 cargos isolados, de provimento efetivo, de professor padrão C.

A lotação dos professores aproveitados na forma da mencionada lei, nos cargos pela mesma criados, dar-se-á obrigatoriamente no município onde tenham exercício.

Foram também considerados providos nos cargos respectivos, em caráter efetivo, na condição de regentes, desde que possuam diploma de curso industrial ou certificado de registro de professor desse curso, os ocupantes interinos do cargo de Professor de Ensino Industrial, padrão C, com tempo de serviço superior, a 5 anos no magistério estadual.

O benefício estendeu-se também aos professores interinos do magistério secundário, com tempo de serviço superior a 5 anos, no magistério estadual (secundário ou industrial).

De acôrdo com o referido ato legal o aproveitamento dos professôres beneficiados far-se-á da seguinte forma:

- a) em 1954, dos adjuntos que tenham completado 5 anos de exercício até 31 de dezembro de 1952;
- b) em 1955, dos que completarem tal período em 1953 e 54;
- c) em cada um dos anos seguintes dos que tenham atingido o quinquênio durante o ano precedente.

Cumpre lembrar que, dentre os benefícios obtidos pelo magistério fluminense em 1954, aos quais se acrescentasse os da lei supracitada, figuram a obtenção do sexto quinquênio, o aumento da gratificação de magistério (equiparando-se a do primário às do magistério secundário e industrial) e a aposentadoria aos 30 anos de serviço.

Colônias de férias - Depois de selecionados em exame de saúde, embarcaram a 14 de janeiro, para Nova Friburgo e Macaé, 500 escolares de cêrca de cinquenta municípios fluminenses, para um período de férias de 30 dias, como hóspedes do governo estadual. A organização das colônias esteve a cargo do Departamento de Educação Física, que vem procurando observar a orientação de conduzir a criança do litoral para a serra e a do interior para o litoral.

A colônia de férias de Friburgo foi instalada no Grupo Escolar Ribeiro de Almeida e a de Macaé no Grupo Escolar Irene Meireles.

Regimento da Secretaria de Educação e Cultura - O Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, de 9/1/55, publicou dito regimento aprovado pelo decreto nº 4 881-A, de 9 de novembro de 1954.

Rio Grande do Sul

Reforma do ensino normal - Inegavelmente, o fato mais importante na vida educacional do Rio Grande do Sul, nos últimos tempos, foi a reforma do seu ensino normal.

A 2 de agosto de 1954 encaminhou o Secretário de Educação ao Governador do Estado o anteprojeto de lei de reforma do ensino normal estadual, definindo-lhe os objetivos.

Nessa exposição ressaltavam-se os principais males do ensino então vigente, como a sobrecarga de disciplinas, a

rigidez e a inflexibilidade, regime dificilmente adaptável aos interesses e capacidades individuais.

Objetivou a reforma dotar o Estado de um sistema de educação flexível e adaptável às diferenças individuais e peculiaridades das suas diversas regiões, possibilitar a realização de sistemática e organizada especialização, oferecendo, no Instituto de Educação, oportunidades de se formarem administradores escolares de grau primário, orientadores, supervisores de ensino, professores de classe de 1º ano, Jardim de Infância, de ensino de Música, Desenho, Artes Aplicadas, Economia Doméstica e outros; reestruturar o ensino normal de modo a ajustar cada vez mais a escola às necessidades do meio; modificar o regime escolar, substituindo a unidade letiva anual pela semestral; substituir a atual organização do sistema de seriação de disciplinas por ^{varios} cursos que constituem problemas a resolver e a discutir, visando situações reais da vida, e formem unidades de estudo; distribuir esses cursos em divisões que constituirão a estrutura da organização do ensino normal, nos três tipos de escolas: de 1º e 2º ciclos e do Instituto de Educação; alguns cursos, básicos e obrigatórios, outros propedêuticos, eletivos e facultativos; prever a revisão periódica da programação de unidades de estudo; possibilitar sempre ao aluno oportunidade de certa especialização; prever no Departamento de Cultura Geral e Profissional de cada escola oportunidade de assistência às entidades e pessoas interessadas em ampliar seus conhecimentos; resguardar a articulação dos cursos prevista na lei federal nº 1 821, de 1953; exigir do aluno condições de atitude e aptidões para a função docente; reduzir o volume de trabalho do educando, com uma presença máxima a 16 aulas semanais, possibilitando o trabalho de pesquisa; diminuir o número de repetências, pela eliminação da obrigatoriedade de realizar novamente um trabalho no qual o aluno já logrou aprovação; possibilitar de futuro o funcionamento mais econômico da escola, com menos professores; fomentar hábitos e técnicas desejáveis.

O projeto, depois de meticulosa elaboração legislativa, transformou-se na lei nº 2 588, de 25 de janeiro de 1955, que "organiza e fixa as bases do ensino normal do Estado", com as seguintes diretrizes:

- I - adaptação às peculiaridades regionais;
- II - regime escolar que permita modalidades diversas de plano;
- III - ano letivo de nove meses no mínimo, dividi-

- do em dois períodos iguais e independentes;
- IV - planos de estudo para as diversas modalidades de preparação do magistério, administradores, supervisores, orientadores e professores especializados;
 - V - duração dos cursos não inferior a 4 anos no 1º ciclo e a 3 no 2º;
 - VI - admissão ao segundo ciclo mediante conclusão do primeiro ciclo ou dos cursos ginásial, comercial, industrial e agrícola de igual duração e equivalência;
 - VII - distribuição dos cursos, conforme a afinidade dos seus problemas, em divisões didáticas e estas em departamentos, articulados num conselho departamental.

O Decreto nº 6 004, de 26 de janeiro, aprovou o Regulamento do Ensino Normal do Estado do Rio Grande do Sul.

Inauguração dos cursos da Universidade do Rio Grande do Sul - A fim de prelecionar a aula inaugural da URGS viajou para Porto Alegre, em março, o Prof. Anísio Teixeira, que, apreciando a recente reestruturação do ensino normal, declarou à imprensa reputar a reforma dessa modalidade de ensino como um ato de pioneirismo na formação do magistério primário do Brasil, preparando não apenas o professor de primeiras letras, mas um verdadeiro líder social.

Afirmou o diretor do INEP considerar o ensino primário riograndense um dos melhores do país, tanto que escolheu o Estado para a realização de cursos de aperfeiçoamento de professoras bolsistas de outras unidades federadas. Acentuou ainda que os auxílios federais concedidos ao estado, através do INEP, para a ampliação de sua rede escolar, ultrapassaram cinquenta milhões.

O tema da aula magna, proferida a dois de março, reportou-se a "O Espírito científico e o mundo atual".

Concurso de adjunto de ensino secundário - O concurso para provimento dos referidos cargos foi homologado a 28 de janeiro, quando ocupava a Secretaria de Educação o Prof. Mariano Beck, havendo o Diário Oficial do Estado de 8 de fevereiro publicado a relação nominal dos candidatos aprovados.

Decidindo, porém, a Associação dos Licenciados do Rio Grande do Sul apresentar recurso ao governador contra a

homologação, no sentido de anular o concurso, determinou o Executivo estadual a sustação das nomeações, até ulterior deliberação.

Revogação de comissionamento de professoras em entrâncias superiores - Pela portaria nº 1 219, de fevereiro, o Secretário de Educação e Cultura, tendo em vista os decretos nº 63, de 10 de janeiro de 1941, e nº 3 582, de 29 de outubro de 1952, revogou, a partir de 1º de março de 1955, tôdas as portarias que comissionaram professoras primárias estaduais em grupos de 2ª, 3ª e 4ª entrância, determinando que os professores comissionados, em número de 285, voltassem a servir nas unidades em que se achavam lotados anteriormente.

Reunião dos Delegados Regionais de Ensino - Realizou-se, em fevereiro, uma reunião, sob a presidência da Superintendente do Ensino Primário, dos delegados regionais, ficando assentado que aos mesmos seria atribuída maior autonomia funcional. Outras decisões foram: promover a atualização do Regimento Interno das Escolas Primárias e a revisão dos quadros do magistério público elementar.

Atividades do govêrno do Estado, no setor educacional, em 1954 - Sobressaiu a ampliação da rede escolar, tendo sido criadas 63 unidades escolares, instaladas 52 e reabertas 17, elevando-se a 1 027 o total de escolas primárias em funcionamento, com 166 081 matrículas.

No setor do ensino normal foram instaladas e entraram em funcionamento em março de 1954 duas escolas normais e outra em abril, tendo sido criada uma quarta em Livramento.

Merece especial referência a realização de estudos sôbre a reforma do ensino normal, hoje convertida em lei.

Diversos ginásios e colégios foram criados, estando em funcionamento desde março de 1954 o Ginásio Estadual No turno de Uruguaiana, Colégio Estadual Manuel Ribas, de Santa Maria, Colégio Estadual de Caxias do Sul e Ginásio Estadual Noturno de S. Leopoldo, devendo ainda funcionar em 1955 os Ginásios Estaduais de Santa Cruz do Sul, Novo Hamburgo, Itaquí, criados em julho, e Bento Gonçalves, criado em dezembro. Foram transformados em colégio os ginásios estaduais de Livramento e Bagé e o Ginásio Estadual Noturno de Uruguaiana.

Alguns ginásios municipais foram encampados, para funcionamento em 1955.

São Paulo

Cursos de férias para professores - Foram programados diversos cursos intensivos de aperfeiçoamento de 31 de janeiro a 12 de fevereiro, pela Secretaria de Educação e Faculdade de Filosofia da U.S.P., para professores, diretores, técnicos e auxiliares do ensino primário e médio.

Atinge a maioria a U.S.P. - Completou 21 anos a Universidade de S. Paulo, fundada em 25 de janeiro de 1934, pelo decreto estadual 6 283. Compreende hoje doze institutos universitários, oito instituições anexas e doze complementares, tendo diplomado, até 1953, 24 516 alunos, dos quais 13 338 pela Faculdade de Direito. Está em construção a monumental Cidade Universitária do Butantã, numa área de 4 500 000 metros quadrados.

Relatório da Secretaria de Educação - Em março, a Secretaria de Educação, Prof. Carolina Ribeiro dirigiu ao Governador o relatório do primeiro mês de sua administração, onde acentuou sua preocupação de libertar a Secretaria de injunções políticas; a sugestão definitiva dos desdobramentos de grupos escolares que chegavam a reduzir a duas as horas de aula, com retorno ao sistema anterior de dois turnos de quatro horas; a recuperação de edifícios escolares que se encontravam entregues a serviços estranhos ao ensino e a promoção de uma campanha para instalar escolas elementares de emergência.

Naquele mês, o número de crianças que não puderam obter matrícula era de 17 248; na capital.

Em princípios de abril foram instaladas cem escolas de emergência autorizadas pelo decreto estadual 24 400, de 11 de março e que logo puderam atender a 4 000 daquelas 17 248 crianças. A regulamentação do decreto 24 400, publicada no D.O. de 20 de março, dispôs que tais classes fossem regidas por substitutos efetivos ou professores normalistas regularmente inscritos nas Delegacias de Ensino.

Grupo Escolar Experimental - Criado por decreto governamental, em março, para campo de estudo e observação dos professores e alunos das escolas normais, e institutos de educação da capital do Estado, deverá funcionar nas instalações da Escola de Aplicação ao Ar Livre D. Pedro I.

Novo reitor da U.S.P. - Em fevereiro empossou-se o novo reitor da Universidade de São Paulo, Prof. Alípio Correia Neto.

Modificados o art. 8º e seu parágrafo único do ato nº 31, de...

27/10/52. que dispõe sobre exames de licenciamento nas escolas normais livres - Por ato da Secretaria de Educação, de fevereiro, tais exames passarão a ser promovidos pela Comissão encarregada de verificar os pedidos de equiparação das escolas normais livres e municipais, instituída em 1951. Excetuam-se os licenciados em faculdades de filosofia e professores normalistas com diplomas registrados no Departamento de Educação.

Projetos do Convênio Escolar para inícios de 1955 - Em janeiro estavam em conclusão seis grupos escolares, devendo outros dois ficar prontos no 2º semestre. Três parques infantís foram terminados em fevereiro, e outro estará concluído no 2º semestre. Além dos parques ainda 80 recantos infantís poderão entrar em funcionamento, dependendo somente das possibilidades do Departamento de Educação, Assistência e Recreio. Espera-se, ainda no primeiro semestre, a conclusão da Escola Normal Padre Anchieta e do Teatro Santo Amaro e da reforma do Teatro São Paulo. Também no trimestre entraram em funcionamento 16 bibliotecas infantís.

Além de 13 grupos escolares postos em concorrência no último trimestre de 1954, a Comissão do Convênio Escolar dará início no corrente ano a mais 16 grupos, em moderna arquitetura funcional.

Normas para aplicação das verbas municipais destinadas ao ensino - Foram fixadas pela lei municipal nº 4 629, de março de 1955, da cidade de São Paulo. 50% das dotações devem competir a construção, aquisição, locação e conservação de imóveis destinados ao ensino; 26% à manutenção das instituições auxiliares do ensino primário administradas pelo município; 4% à manutenção ou ao auxílio do ensino vocacional e técnico mantido pelo Estado; 12,5% ao auxílio do ensino primário particular e do emendativo; 5%, à manutenção de serviços de assistência escolar primária e 2,5% ao amparo de iniciativas de divulgação cultural complementares do ensino em geral.

Regulamentação da forma de provimento dos cargos de direção dos estabelecimentos de ensino secundário e normal oficiais - Foi baixada pelo decreto estadual nº 24 384, de 8 de março.

A 19 de março expediu a Secretaria de Educação as normas para atribuição de pontos nos concursos de remoção e ingresso relativos aos mencionados cargos.

Levantamento da situação do ensino primário público - A fim de

conhecer a situação do ensino elementar oficial, na cidade de São Paulo e municípios vizinhos, a Diretoria do Ensino Primário da Secretaria de Educação elaborou elucidativo questionário para distribuição em tôdas as delegacias de ensino, em fevereiro. O objetivo principal é conhecer os pontos cruciais da questão da carência de vagas para crianças em idade escolar e quais as zonas onde o problema se apresenta com maior gravidade e, sobretudo, obter dados para a mais eficiente localização de novas unidades.

Ementário da legislação do ensino secundário e normal. - O Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 8 de fevereiro, comunicou a divulgação desse ementário, elaborado pelos professores Stela Cardoso de Melo Tucunduva, Carlos Alvarenga e Nilo Magalhães Ribeiro, do Departamento de Educação.

VIDA EDUCACIONAL - ABRIL-JUNHO DE 1955CAMPANHAS

Renovação do apêlo presidencial de mobilização contra o analfabetismo - Ocupando, a 17 de maio, o microfone de "A Voz do Brasil", analisou o Presidente da República o problema educacional brasileiro, encarecendo a importância da Campanha Brasileira de Educação, recentemente lançada, que definiu como "gesto espontâneo e desinteressado que marca o advento da participação da iniciativa privada numa ofensiva em larga escala e em novo estilo, contra o analfabetismo." >

Reiterou o Chefe do Governo suas palavras de 12 de outubro do ano passado, quando sustentou a tese de que "a educação, em seus diversos graus e ramos, constitui um problema sem cuja solução não será possível enfrentar com resultados satisfatórios a crise geral em que se debate o País".

Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar - No setor de ensino primário e normal, prosseguiu a CILEME a pesquisa referente à escola elementar no Brasil, seu funcionamento, evasão e repetência, tendo sido concluídos todos os levantamentos e estudos, estatísticos e documentais, além de observações in-loco, para publicação da monografia Pernambuco e a educação, contendo apreciação sobre a receptividade da escola primária no interior, a escola, o professor, a atitude do aluno dessa escola; a organização administrativa educacional no Estado e seu financiamento; correlação entre a densidade demográfica e a população escolar; rendimento escolar; rede de escolas normais; formação do professorado primário, sua distribuição no Estado e idéias funcionais; estudo de doze unidades escolares, como amostra representativa; relações entre a situação antropológica e cultural e a educação estadual.

Quanto ao inquérito sobre as publicações destinadas à infância e à juventude, já ao terminar o primeiro trimestre, 420 leitores de 7 a 16^{anos} tinham sido ouvidos, iniciando-se a aplicação de questionários a adultos, que foi encerrada no segundo trimestre.

No setor de ensino médio, prosseguiu o estudo sobre sistemas estaduais de educação e aspectos gerais da educação média, sendo de notar que a monografia O sistema educacional fluminense teve sua impressão quase ultimada, esperando-se distribuí-la em julho. Continuaram os estudos dos sistemas paulista e baiano, mediante coleta de dados e contatos com o pessoal local. No tocante ao estudo do ensino de matérias, foram tomadas medidas pertinentes à publicidade do estudo sobre o de físi

ca e química na escola secundária do Distrito Federal, bem como relativas à conclusão dos de geografia e português.

O setor de testes e medidas educacionais prosseguiu a análise das provas objetivas utilizadas pela CILEME como elemento comparativo da eficiência das provas atualmente usadas nos concursos de habilitação às escolas superiores. Os testes estão sendo analisados sob o ponto de vista de sua precisão e validade. Na Faculdade Paulista de Medicina, durante o trimestre inicial, aplicaram-se provas de português e nível mental aos vestibulandos de 1955. Com a chegada dos resultados dos exames de segunda época, nos institutos de ensino superior da Capital Federal, S. Paulo e Estado do Rio objeto da pesquisa, foi possível promover o cálculo dos coeficientes de correlação entre esses resultados e os anteriormente obtidos nos vestibulares. O término dessa tarefa permitirá conclusão objetiva sobre o valor relativo das provas clássicas usualmente empregadas e dos testes de nível mental e de conhecimento, nos concursos de habilitação universitária, como elemento preditivo do sucesso no primeiro ano do curso superior, isto é, a validade relativa de umas e outros.

Por outro lado, os trabalhos da Campanha, em colaboração com diversas instituições, na realização de pesquisa nacional sobre o nível mental da população brasileira, foram estruturados em um projeto. A pesquisa de campo teve início em Sergipe, como experiência-piloto, aliás de forma proveitosa. Além da conclusão do trabalho de campo em Sergipe, assinalou-se seu desenvolvimento em todos os demais Estados, no segundo trimestre.

Publicações da CILEME - Levada a impressão no primeiro trimestre, foi dada a lume, em mais, outra das monografias que a CILEME vem publicando sobre aspectos da educação brasileira: Introdução ao estudo do currículo da escola primária, elaborada pelo Prof. J. Roberto Moreira, com 218 páginas. Trata-se de exposição, crítica das correntes de pensamento e das condições histórico-sociais que influíram na formação do currículo da escola primária, comum, tendo em vista sua repercussão no Brasil e sua influência na evolução de nosso ensino elementar.

CAMPANHAS:

Portaria ministerial nº 110, de 14 de abril de 1955 (D.O. de 5 de maio) - "Dispõe sobre a uniformização da contabilidade das campanhas de educação". Estabelece a portaria que os recursos destinados às Campanhas mantidas pelo Ministério da Educação e

Cultura, quer provenientes de dotações orçamentárias específicas, quer os de Fundos Especiais, serão contabilizados de maneira uniforme, nos moldes estabelecidos no referido ato.

Até 31 de março de cada ano deverão ser apresentados os balanços do exercício anterior, compreendendo o movimento econômico e financeiros das campanhas.

Portaria ministerial nº 109, de 12 de abril (Diário Oficial de 14 de abril) - Concede diplomas simples e com menção honrosa àqueles que colaborarem no movimento de educação popular de crianças, adolescentes e adultos.

Campanha Brasileira de Educação - Instalada oficialmente a 13 de maio, já em 20 de junho elevava a Campanha a 26 o número de suas escolas, estando outras em organização. Espera a Campanha, no correr deste ano, aparelhar 3.900 classes, devendo estender, oportunamente, sua ação aos Estados.

O curso de alfabetização será feito em um ano, seguindo-se o ensino das matérias que constituem o curso primário, em período idêntico ao adotado nas escolas municipais.

Convênios sobre merenda escolar - No curso do trimestre, foram firmados convênios entre o Ministério da Educação e Cultura e diversos Estados, visando ao fornecimento de alimentação adequada a milhares de crianças. O primeiro desses acordos, no corrente ano, foi estabelecido com o Estado de Alagoas, em benefício de 30.000 escolares. Cabe ressaltar a colaboração do Fundo Internacional de Socorro à Infância, através da doação de leite em pó para 250.000 crianças do Nordeste.

Regimento da Campanha de Merenda Escolar - Foi aprovado pela Portaria Ministerial da Educação e Cultura nº 166, de 2 de junho (D. Oficial de 6-6-55). A Campanha, instituída na Divisão de Educação Extra-Escolar do Departamento Nacional de Educação, pelo Decreto nº 37.106, de 31 de março do corrente (publicado no D.O. de 2-4-55), aspira a melhorar, qualitativa e quantitativamente, a alimentação do escolar em todo o país.

(do DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO)

Campanha de Educação de Adultos - A redução dos recursos orçamentários, por força da aplicação do plano de economia, impediu incrementar em 1955 esse amplo movimento educativo de âmbito nacional, que se vem realizando desde 1947. Procurou o poder público, porém, compensando a queda do número de classes estipendiadas, fomentar a participação voluntária de particulares. A eficiência da Campanha também concorreu para a queda do índice

de analfabetos do Brasil, de 56,96%, no censo de 1940, para 51,65%, no de 1950.

No planejamento das atividades de 1955, a Campanha de Educação de Adultos teve em vista, entre outros propósitos, reexaminar a distribuição dos cursos supletivos; restabelecer o período letivo anual de 7 meses; aplicar o dispositivo legal que veda remuneração, a qualquer servidor civil, inferior ao salário mínimo local.

Tendo a Campanha Nacional de Educação Rural voltado à subordinação do D.N.E. (Portaria Ministerial nº 861, de 30/IX/1954), novamente dispõe esse Departamento de condições para melhor coordenar os esforços do Ministério com a educação de adultos.

O auxílio atribuído aos cursos de ensino supletivo, que foi, em 1954, de R\$ 31.947.300,00, caiu, este ano, para R\$ 28.588.859,00. Por isso, e em face da revisão dos vencimentos dos professores, o número de cursos, 15.300 em 1954, foi reduzido para 9.687, devendo compensar-se a perda de volume dos cursos pela maior densidade de resultados.

Em face dos bons resultados oferecidos pelos Centros de Iniciação Profissional, o auxílio correspondente, que foi, no ano anterior, de R\$ 5.000.000,00 subiu para 6.000.000,00. Isso permitiu elevar os centros de 100 para 120:

Unidades federadas	Cursos de ensino supletivo		Centros de iniciação profissional	
	1954	1955	1954	1955
BRASIL	15.300	9.687	100	120
Amazonas	113	120	3	1
Para	300	243	3	3
Maranhão	700	508	3	5
Piauí	500	313	2	3
Ceará	1.054	756	16	8
Rio Grande do Norte	550	280	5	3
Paraíba	770	512	4	5
Pernambuco	1.650	875	20	10
Alagoas	600	351	3	4
Sergipe	430	182	8	2
Bahia	2.250	1.260	3	14
Minas Gerais	1.700	1.178	3	19
Espírito Santo	270	148	3	2
Rio de Janeiro	550	294	3	5
Distrito Federal	250	117	-	2
São Paulo	1.500	924	-	16
Paraná	500	400	3	4
Santa Catarina	220	240	3	2
Rio Grande do Sul	550	488	3	6
Matô Grosso	100	105	2	1
Goiás	500	336	2	3
Acre	50	30	2	-

(continua)

John Constant, que reaparelhou o então denominado Instituto Nacional dos Meninos Cegos, que depois de sua morte recebeu seu nome.

Instituto Pernambucano de Estudos Pedagógicos (IPEP) - O Diário Oficial de Pernambuco de 4 de julho publicou os estatutos do IPEP, sociedade civil sem fins lucrativos, destinada à pesquisa, investigação, divulgação e aperfeiçoamento do ensino no campo pedagógico.

Ministros da Educação - Em 1954 ocuparam a pasta, sucessivamente, os professores Dr. Antônio Balbino, Dr. Edgar Santos e Dr. Cândido Motta Filho. O atual Ministro, que sempre se distinguiu na vida cultural do país como advogado, professor universitário, jornalista e jurista, tomou posse a 1º de setembro.

Universidade do Trabalho - Pela portaria nº 480, de 25 de junho (D.O. de 16-VII.54), o Ministro da Educação e Cultura instituiu comissão destinada a estudar as bases para a criação da Universidade do Trabalho.

Bolsas de estudo nos Estados Unidos à disposição de brasileiros - Em entrevista à imprensa, o sr. Everett J. Burlando, chefe do setor de treinamento do Ponto IV no Brasil, declarou que mais de 300 brasileiros em 1954 receberam bolsas do governo dos Estados Unidos para aperfeiçoamento nesse país. As inscrições estão permanentemente abertas, devendo os interessados procurar a Embaixada Americana.

44 entidades nacionais e estrangeiras oferecem bolsas de estudo nos vários campos da atividade humana - Segundo levantamento feito pela CAPES em 1954 ("Boletim de informações sobre Bolsas de Estudo") quase meia centena de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, ofereciam, naquela ocasião, oportunidades de aperfeiçoamento e formação de pessoal de nível superior.

Exposição de Publicações Estudantis - Realizou-se no Distrito Federal, na Associação Brasileira de Imprensa, de 1º a 15 de outubro, a mais ampla exposição do gênero no país. Prêmios foram concedidos a revistas e jornais, oficiais e particulares, impressos, mimeografados, datilografados ou manuscritos que se distribuíam em setores próprios.

Restabelecido na P.D.F. o ensino industrial e criado o ensino agrícola - O Dec. municipal nº 12 619, de 18 de outubro, tomou tais providências, enumerando os estabelecimentos onde serão ministrados esses ensinos.

Unidades federadas	Cursos de ensino supletivo		Centros de iniciação profissional	
	1954	1955	1954	1955
Amapá	40	9	4	1
Guaporé	25	8	1	1
Rio Branco	20	4	-	-
Fernando Noronha (Ação Social Arquidiocesana)	3	1	-	-
	105	5	-	-

Mais de quatro milhões de alunos, de 1947 a 54, passaram pelos cursos da Campanha, que ainda distribuiu cerca de oito milhões de livros e folhetos.

Campanha de Construções Escolares - Durante o segundo trimestre as construções escolares realizadas através de auxílios concedidos pelo INEP apresentaram o seguinte quadro:

Escolas rurais (em 31 de maio de 1955)

Programadas - 7.021
Concluídas - 6.125
Em construção - 597
A construir - 299

Grupos escolares (em 31 de maio de 1955)

Programadas - 680 (41)
Concluídos - 460 (31)
Em construção - 155 (5)
A construir - 65 (5)

Obs.: entre () o nº de ampliações ou reconstruções.

Escolas normais (em 20 de junho de 1955)

Programadas - 71 (31)
Concluídas - 29 (16)
Em construção - 36 (11)
A construir - 6 (4)

Obs.: entre () o nº de ampliações ou reconstruções.

ENSINO PRIMÁRIO

Fundo Nacional do Ensino Primário - Além da regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Médio, preocupou-se o governo com a elaboração do projeto que dispõe sobre a aplicação do Fundo Nacional do Ensino Primário, para enviá-lo ao Legislativo, tendo o Presidente da República assinado a respectiva mensagem.

O Fundo Nacional do Ensino Primário, instituído pelo Decreto-lei nº 4.958, de 1942, e a que alude o parágrafo ú-

nico do art. 171 da Constituição, destina-se à cooperação financeira da União para a ampliação e melhoria dos sistemas escolares de ensino elementar do país.

Experiência de novos métodos para o ensino primário - O INEP, através de entendimentos com a Prefeitura do Distrito Federal, está promovendo uma experiência de métodos mais eficientes de educação elementar, na Escola Guatemala. A experiência ainda se encontra na fase preliminar, que é a preparação do corpo docente para esse tipo de trabalho, através de seminários e mediante orientação dada às mestras por um grupo de coordenadores. Serão mantidos a direção e corpo docente atuais, porém as professoras passarão a regime de tempo integral, de 8 horas diárias (6 em classe), com suplementação salarial. A escola tornar-se-á um Centro de Aperfeiçoamento de professores, que nela virão estagiar.

Os alunos viverão em regime de semi-internato, alojando na escola, onde haverá um turno apenas.

As inovações básicas serão:

a) não haverá repetência nem classificação por séries escolares. O aluno estudará os programas sem ser submetido a exames anuais de promoção, retomando, em cada princípio de ano letivo, seus estudos do ponto em que os deixara no ano precedente;

b) as turmas agruparão as crianças por idade, e não pelo grau de inteligência;

c) o ensino será ministrado pelo método de projetos;

d) os alunos que revelarem atraso escolar com relação a sua idade receberão tratamento diverso, com estudo intensivo em pequenos grupos ou individualmente;

e) o ensino deixará de ser mero preparo para as provas, preocupando-se os professores, no cumprimento do programa, com a sua assimilação.

A experiência, aliás, renova outra anteriormente feita, quando diretor de instrução pública do Distrito Federal o Prof. Anísio Teixeira, atual diretor do INEP. Também em Pernambuco existe escola de experimentação. Sua direção e algumas professoras estagiaram no INEP.

ENSINO MÉDIO

Fundo Nacional do Ensino Médio - Acontecimento ^{expressivo} ~~histórico~~ da vida educacional brasileira no trimestre, a sua regulamentação - O Dia

rio Oficial de 17 de junho publicou o Decreto nº 37.494, de 14 de junho de 1955, que "regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio".

A assinatura do decreto revestiu-se de solenidade, no Palácio do Catete, presentes o Ministro da Educação e altas autoridades educacionais do país.

O Fundo Nacional do Ensino Médio foi instituído pela Lei nº 2.342, de 25 de novembro de 1954, com o objetivo de concorrer para a manutenção, o aperfeiçoamento, a difusão e a acessibilidade do ensino de grau médio, contribuindo financeiramente e na estrita medida das necessidades dos alunos, dos professores e dos estabelecimentos, para proporcionar maior número de oportunidades educacionais, sem prejuízo da qualidade do ensino e da remuneração do trabalho docente.

Os recursos do Fundo constituem-se de dotação orçamentária, nunca inferior a um centésimo da renda da União resultante dos impostos; da ^{renda} proveniente dos tributos federais que para esse fim vierem a ser criados e dos juros dos depósitos do mesmo Fundo.

Destinam-se tais recursos a bolsas de estudo, ^{para} aos adolescentes necessitados mais capazes, a subsídios para manutenção de estabelecimentos de ensino secundário, comercial e industrial, sob a forma de auxílio ao próprio estabelecimento ou de suplementação de salário de professores; e, finalmente, contribuição a entidades públicas e particulares, inclusive para melhoria do equipamento escolar.

A quota para bolsas de estudo aplicar-se-á nas unidades da Federação proporcionalmente às deficiências de cada uma, tendo em vista as conclusões de curso primário e as oportunidades de ensino médio gratuito já existentes.

A quota de subsídios de manutenção de estabelecimentos de ensino médio será aplicada naqueles em que se verifique a necessidade do concurso do Fundo, para atender às despesas essenciais .

A concessão de tais subsídios obriga os colégios beneficiários a destinarem 40%, pelo menos, de sua receita à remuneração dos professores, entre outras condições.

A quota de contribuição a entidades públicas e privadas será aplicada no Distrito Federal, Estados e Territórios, de acordo com as respectivas necessidades econômicas e culturais.

Constituirão órgãos administrativos do Fundo o

Conselho de Administração, as Diretorias de Ensino Secundário, Comercial e Industrial, as Comissões Regionais e Juntas Escolares, organizados nos termos do mencionado ato, que lhes define as atribuições.

Não serão admitidos à inscrição para recebimento dos benefícios do Fundo os cursos que, no ano anterior, não tenham funcionado o número mínimo de dias letivos fixado pelo MEC, ou que não tiverem ministrado, pelo menos, 90% das aulas correspondentes.

Somente será suplementado o salário-aula dos professores registrados, assíduos, pontuais, cumpridores dos programas e das respectivas instruções metodológicas.

Perderá o direito à suplementação quem, salvo por doença, nojo ou gala, deixe de dar mais de 10% das aulas.

Não haverá auxílio de manutenção para os estabelecimentos em que o salário-aula, resultante da divisão de 40% da receita teórica pelo total de aulas do currículo oficial, for superior ao salário-aula base que seja fixado para a localidade.

Importa ressaltar que, a fim de azobertar os recursos do Fundo do risco de serem aplicados em instituições de intuits especulativos, o critério de lucro cedeu lugar ao de renda, a qual não ^{deve} ultrapassar a taxa anual de 8% do valor do patrimônio.

ENSINO SECUNDÁRIO

Estabelecimentos sob controle da Diretoria do Ensino Secundário existentes em maio de 1955:

C o l é g i o s									
Total	Equipados	Reconhecidos		Em funcionamento condicional			A título precário		
		Munic. país	Particulares	Estad.	Munic.	Part.	Estad.	Munic.	Part.
540	6	1	24	104	9	384	6	-	66
G i n á s i o s									
1.437	11	8	181	152	40	746	88	34	177

O total geral, no Brasil, entre ginásios e colégios, sob fiscalização, atingiu o número de 1977.

No curso das últimas duas décadas, o ensino secundário em nosso país teve apreciável desenvolvimento, elevando-se de seis vezes o número de estabelecimentos e de oito vezes o de matrículas. Segundo o Serviço de Estatística de Educação

e Cultura, enquanto em 1933 havia 417 unidades escolares de ensino secundário, com 66.420 educandos, em princípios de 1954 tais estabelecimentos (fiscalizados ou não) subiam a 2.510, com 540.902 alunos.

Período escolar - O Diário Oficial de 20 de junho publicou a Portaria ministerial nº 170, de 10 do mesmo mês, que autoriza diversos estabelecimentos de ensino secundário a iniciar as provas parciais em datas fixadas na mesma, compensando porém, a partir de 16 de novembro, o número de aulas, para os efeitos visados pela Portaria nº 80, de 19 de fevereiro. Atendeu-se assim, sem prejuízo do período letivo, à exposição da Secretaria Geral do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, quanto à necessidade, em certos colégios, de um período para transformação de salas em alojamento de peregrinos.

Exames de suficiência - A Portaria ministerial nº 115, de 20 de abril (Diário Oficial de 27.IV.55) baixou instruções relativas à realização de exame de suficiência para registro de professor de ensino secundário.

O Ministério da Educação e Cultura constituirá bancas, através da Diretoria do Ensino Secundário, salvo as de Canto Orfeônico e Educação Física, cuja organização competirá ao Departamento Nacional de Educação.

Os exames de suficiência constarão de prova escrita, prova oral ou prática (se for o caso) e prova didática, sendo prestados perante bancas examinadoras constituídas, segundo a natureza das disciplinas, por professores de Faculdades de Filosofia, Conservatórios de Canto Orfeônico ou Escolas de Educação Física e, na impossibilidade de concurso destes, por professores de outros estabelecimentos de ensino superior ou médio, oficiais ou oficializados.

Aos candidatos habilitados será expedido registro, com a nota de validade exclusivamente para a localidade ou região na qual o professor poderá exercer o magistério, ressalvado o direito de transferência para outra localidade ou região em idênticas condições.

Os exames de suficiência, que eram regidos pelo Decreto nº 8.777, de 1946, passaram a ser disciplinados pela Lei nº 2.430, de 19 de fevereiro de 1945, em que se vasou a Portaria nº 115.

Segundo o regime anterior, os candidatos inscritos nos exames de suficiência eram, em regra, autorizados a lecionar pelo prazo de um ano, dentro do qual deveriam submeter-se

às provas. No regime atual, são proporcionados cursos de aperfeiçoamento dos candidatos, que podem prestar o exame na época imediata, eximindo-se da frequência ao curso, ou frequentá-lo com aproveitamento, caso em que, se lhes convier, podem requerer a prorrogação do estágio no magistério e o adiamento do exame para outra época.

Os candidatos que sejam diplomados por escola superiores em que tenham sido estudadas, como disciplinas básicas, as referentes ao registro pedido, eximir-se-ão das provas de conhecimento (escrita e oral ou prática), mas não da de capacidade pedagógica (prova didática).

Mesa Redonda sobre ensino secundário - Por iniciativa da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, realizou-se mesa redonda, em abril, no Clube Militar, sobre essa modalidade de ensino, constituindo-se a direção dos trabalhos pelos senadores Atilio Vivacqua, Juraci Magalhães, Rui Palmeira, Freitas Cavalcanti, Coimbra Bueno, pelo presidente da Campanha, Henrique de La Rocque Almeida e pelo representante do M.E.C., Adalberto Corrêa Sena. Participaram dos debates numerosos deputados federais, vereadores do Distrito Federal e Niterói, o prefeito de Itaboraí, diretores e professores de ginásios e outros interessados.

Decidiram os presentes organizar uma comissão de parlamentares e componentes da CNEG, com a finalidade de entregar ao Ministro da Educação um memorial referente às reivindicações necessárias à expansão do ensino médio gratuito.

Laboratórios portáteis para estimular o estudo da Química - Continuam a ser fabricados pelo Instituto Nacional de Tecnologia, não obstante dispor para isso de, apenas, cem mil cruzeiros. Os laboratórios, que valem cerca de dez mil cruzeiros, saem por mil e quinhentos, visto serem inteiramente fabricados no Instituto, que os distribui a estabelecimentos de ensino.

O ano passado foram armados 59 laboratórios, cada um deles contendo armário principal, sais e ácidos, pequeno instrumental, uma caixa com frascos encerrando elementos químicos diversos (para o aluno conhecer de vista) e um mostruário de minérios brasileiros. O laboratório é acompanhado por um manual, com a explicação da natureza de cada produto ali existente, o que se pode fazer com ele e como se fará.

O autor da idéia, Prof. Sílvio Fróes Abreu, diretor do Instituto, começou a organizar um Museu de Química, ao qual pretende fazer seguir um Museu de Energia Atômica (esse para 1956), concorrendo dessa forma para elevar o nível das bôl -

sas concedidas pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, para estágios no Instituto de professores de química do interior.

Anuário do Ensino Secundário - A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário está empenhada em elaborar, ainda neste exercício, tal Anuário, da maior importância para os estudos da situação do ensino médio dessa modalidade no país.

Concurso para a Cadeira de História Geral e do Brasil do Colégio Pedro II - Realizou-se em maio, sendo aprovados todos os candidatos, Professores Pedro Calmon, este em primeiro lugar, Joaquim Ribeiro e Mecenas Dourado, que prestaram provas de invulgar brilho. Integraram a Banca Examinadora os Professores J.B.Melo e Sousa e Roberto Acioli, do Pedro II, Américo Lacombe, da Universidade do Distrito Federal, Oliveira Dias, da Universidade da Bahia, e Faria de Oliveira, da Universidade de Minas Gerais.

ENSINO COMERCIAL

Em 18 de junho do corrente existiam no país, sob fiscalização da Diretoria do Ensino Comercial, 750 estabelecimentos dessa modalidade de ensino médio, contra 676 no ano precedente, assim distribuídos:

E n s i n o C o m e r c i a l						
Estabelecimentos em 1955	Oficiais	Equipara dos	Reconhecidos	Autoriza dos por 2 anos	Autoriza dos por 1 ano	Em verificação pré via
750	3	7	547	106	45	42

Portaria nº 170, de 27 de abril de 1955 - A referida portaria do Diretor do Ensino Comercial, publicada no Diário Oficial de 25 de maio, "dá nova redação às Instruções Complementares nº 1, aprovadas pela Portaria nº 29, de 1º de fevereiro de 1954, que se revoga" consolidando todas as normas relativas ao regime escolar dessa modalidade de ensino médio, quanto a: período letivo, o primeiro de 1º de março a 30 de junho e o segundo de 1º de agosto a 30 de novembro, admitida, em caso de força maior, a prorrogação dos prazos por tempo igual ao da modificação verificada; exames de admissão, em duas épocas (1ª quinzena de dezembro e 2ª metade de fevereiro), constantes de provas escritas e orais de Português, Matemática, Geografia e História do Brasil; matrícula, adaptação de estudos e transferências; frequência e aproveitamento; provas parciais; provas finais de 1ª época; atribuição de

notas; horários; uso do livro didático; uso do Selo Nacional nos diplomas e certificados; responsabilidades e autoridade de direção.

ENSINO INDUSTRIAL

Cursos de supervisão na indústria - Esses cursos, promovidos pelo SESI, têm encontrado a melhor acolhida. Visam preparar elementos para os cargos de chefia na indústria, mestres, contra-mestres, capatazes, etc.

Até dezembro de 1954 foram instalados 45 cursos, sendo 28 na capital e os outros no interior. Até abril de 1955 diplomaram-se nesses cursos 1.680 alunos.

ENSINO SUPERIOR

Segundo o Boletim Informativo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, de abril, o número de unidades escolares desse grau, que era de 248 em 1954, em 1955 ascendeu a 357, além de outras 20 em organização, assim distribuídas:

Ramos de ensino	Unidades existentes	Em organização
Agronomia	12	1
Admin. Publ. e de empresas	3	-
Arquitetura e urbanismo	7	-
Belas Artes	9	-
Biblioteconomia	8	-
Ciências Econômicas	38	1
Diplomacia	1	-
Direito	40	1
Educação física	7	-
Enfermagem	28	-
Engenharia	21	2
Estatística	2	-
Farmácia	21	3
Filosofia	43	5
Jornalismo	7	-
Medicina	23	1
Museologia	1	-
Música, canto, coreografia e arte dramática	15	-
Odontologia	28	4
Polícia	1	-
Química industrial	5	1
Saúde Pública	4	-
Serviço Social	22	-
Sociologia e Política	3	1
Veterinária	8	-
Total	357	20

Estatuto da Universidade do Ceará - Mereceu aprovação pelo Decreto nº 37 149, de 7 de abril (Diário Oficial de 13/4/1955). A Universidade do Ceará é instituto federal de ensino superior, com personalidade jurídica e autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar.

Já está funcionando a Cidade Universitária - Encontra-se em pleno funcionamento o Instituto de Puericultura da Cidade Universitária, cuja construção prossegue no terreno resultante da junção de nove ilhas situadas entre a Ponta do Cajú e a ilha do Governador, no Distrito Federal (enseada de Mangüinhos, formada pela baía de Guanabara). O Instituto ergue-se no Setor Médico, entre as obras do Hospital de Clínicas - que será a maior construção do conjunto - e a futura Maternidade Escola, e compreende três blocos interligados: ambulatório, com capacidade para o atendimento de 400 crianças por dia; hospital, com 170 leitos e cinco enfermarias e, finalmente, Abrigo Maternal, Banco de Leite e Pupileira, com 71 leitos.

Ao iniciar-se o segundo trimestre estavam em fase de acabamento o edifício da Faculdade Nacional de Arquitetura, constante de quatro blocos, sendo um com oito pavimentos. Em construção, há duas outras unidades: o Hospital de Clínicas, numa área de 240 000 metros quadrados (16 clínicas, com 104 leitos cada uma, ambulatórios, laboratórios, salas e anfiteatros para ensino, consultórios, 152 quartos particulares) e a Escola Nacional de Engenharia, à qual se destinou área de 700 000 metros quadrados e que constará dos Institutos Eletrônico, de Física Nuclear e de Tecnologia, da Escola Nacional de Química e de usinas-pilôto. O edifício da Engenharia compreenderá oito blocos entreligados, um deles com seis pavimentos.

O programa para 1956 prevê o imediato funcionamento das unidades que forem concluídas. Com os recursos do ano vindouro serão iniciadas as obras do Instituto de Física Nuclear, Faculdade Nacional de Farmácia, Instituto de Fisiologia, Estádio Universitário e o primeiro bloco residencial para estudantes.

O acesso à Cidade Universitária, que embora projetada para lotação inicial de 15 500 estudantes, poderá, sem dificuldade, comportar 30 000, far-se-á por duas pontes, uma já existente e a outra em andamento.

Centenário da criação do ensino de história da arte no Brasil - A 13 de maio comemorou a Escola Nacional de Belas Artes o primeiro centenário da criação da cadeira de História da Arte em nosso país, transcurso no dia imediato. Foi com os novos esta-

tutos de 14 de maio de 1855, após solicitações de Félix Émile Tannay, quando diretor da Academia, que uma reforma da Escola criou a cadeira, na administração de Manuel de Araujo Porto Alegre. Essa reforma fôra autorizada, em 1854, pelo Legislativo, e levada a efeito pelo Ministro do Império Dr. Luís Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, pelo decreto nº 1 603, de 14 de maio de 1855.

A instituição da cadeira de História das Artes, Estética e Arqueologia teve particular significação no ensino superior do país e do continente. Note-se que, na América, seu ensino parece datar de 1832, na Universidade de Nova York (no ano precedente criara-se a primeira cadeira de história da arte na prussiana Universidade de Koenigsberg e, na América, o curso de Arqueologia de Princeton). Para se aquilatar da posição pioneira do Brasil, lembremos que o referido ensino surgiu na Universidade de Lyon em 1897; na de Bucarest, após a 1ª Grande Guerra; em várias academias espanholas, nos começos deste século; na Sorbonne, em fins da centúria passada, embora existisse já na Escola Superior de Belas Artes.

Regimento do Instituto Joaquim Nabuco, do Ministério da Educação e Cultura - Foi aprovado pelo Decreto nº 37 334, de 12 de maio de 1955, publicado no Diário Oficial de 14 do mesmo mês.

O Instituto tem por finalidades estudar os problemas sociais relacionados com a melhoria das condições de vida do trabalhador das regiões agrárias do Norte, entre Bahia e Amazônia; colaborar no estudo de qualquer outro problema social nordestino; promover o ensino das ciências sociais e respectivas técnicas de pesquisa; realizar atividades em colaboração com universidades e escolas técnicas, IBGE, Instituto do Açúcar e do Alcool e outros órgãos interessados no estudo científico dos problemas rurais da região; servir de centro de treinamento em técnicas de pesquisas sociais e divulgar o resultado de seus trabalhos através de monografias, ensaios e estudos.

O I.J.N. compõe-se das seguintes seções: História Social, Sociologia, Antropologia, Economia, Geografia Humana, Estatística e Cartografia, Administração, sendo dirigido, de preferência, por um especialista em ciências sociais, nomeado pelo Presidente da República.

Centro de Pesquisas Pedagógicas - A Lei nº 2 503, de 4 de junho de 1955 (D. Oficial de 14 de junho) concedeu auxílio ao Centro de Pesquisas Pedagógicas, para investigações sobre o desenvolvimento educacional do Brasil, estabelecendo que, durante três anos,

o orçamento da União lhe consignará cem mil cruzeiros. O Centro foi instituído junto à cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade Nacional de Filosofia.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Portaria ministerial nº 104, de 6 de abril (D. Oficial de 13/4/55) - Estabelece as condições de funcionamento dos Centros de Educação Física, ensejando uma solução de âmbito amplo, de técnica mais adequada e de custo mais econômico para o problema da fisicultu ra.

Escolas de educação física - Em 1954 funcionaram no país nove estabelecimentos de educação física, sendo seis reconhecidos (em S. Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Espírito Santo e Distrito Federal) e três autorizadas (um em Minas Gerais e dois em S. Paulo). O Ministério da Educação criou e instalou em Belo Horizonte um Curso de Educação Física Infantil, no Instituto de Educação, ao qual vários outros congêneres se sucederão.

No mesmo ano foram registradas 258 diplomas e 150 professores.

EDUCAÇÃO RURAL

Campanha Nacional de Educação Rural - Seu plano de atividades em 1955, elaborado pelo Departamento Nacional de Educação, prevê a aplicação de apenas R\$ 28 000 000,00 dos R\$ 40 000 000,00 que lhe consignou o orçamento, por força do plano geral de economia.

Uma das mais importantes medidas previstas é a criação e manutenção do primeiro Centro Regional de Educação de Base, no prédio da Escola Normal Rural, construído pelo M.E.C. em Colatina, Espírito Santo.

EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR

Teatro escolar - O Ministro da Educação e Cultura, pela Portaria nº 111, de 14 de abril (Diário Oficial de 19 desse mês), considerando que entre as funções da Divisão de Educação Extra-escolar se inclui a de animar, coordenar e auxiliar a formação de associações, grêmios e clubes teatrais, junto aos estabelecimentos de ensino, designou comissão para elaborar e orientar a aplicação de um plano de atividades da referida Divisão, em 1955, com a finalidade de desenvolver a arte teatral entre as atividades dos estabelecimentos de grau médio do país.

ENSINO MILITAR

Medalha Marechal Hermes - Aplicação e Estudo - Foi instituída pe

lo Decreto nº 37 406, de 31 de maio (Diário Oficial de 1º de junho), como uma das comemorações do primeiro centenário de seu nascimento.

A medalha será de bronze para as praças e os cursos de formação de oficiais; de prata, para os cursos de aperfeiçoamento de oficiais e para os militares professores adjuntos de catedráticos efetivos aprovados em primeiro lugar em concurso de títulos e de provas, com defesa de tese, para efetivação no magistério do Exército; de prata dourada, para os cursos de estado-maior e técnico e para os militares professores efetivos do magistério do Exército aprovados em primeiro lugar nos cursos de licenciado de faculdades de filosofia ou em concursos de títulos e de provas, com defesa de tese, para catedráticos.

Ensino sobre as Nações Unidas

Curso Básico de Informação de Ensino sobre as Nações Unidas - Promovido pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, com a finalidade de preparar educadores em assuntos internacionais, iniciou-se ~~anunciado~~ ~~em~~ a 2 de junho. O curso foi distribuído em 11 conferências.

BÔLSAS DE ESTUDO

A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que recebeu, em 1954, 572 solicitações de bôlsas, 176 das quais atendidas, anunciou, no trimestre, bôlsas na Alemanha oferecidas pelo respectivo govêrno federal, a jovens universitários, e pela Fundação Alexander von Humboldt, para assistentes de curso superior e, na Argentina, duas bôlsas de Patologia, para médico residente, na Policlínica Municipal Pedro Fiorito, de Buenos Aires. Continuou a CAPES a receber inscrições para as bôlsas do Instituto Joaquim Nabuco, de Recife, destinadas a pesquisadores sociais.

Em junho terminou o prazo de inscrição para os post-graduados candidatos às bôlsas do Instituto de Cultura Hispânica de Madrid (literatura e arte, educação, sociologia, economia, história, biblioteconomia, doutrina social católica, direito público e privado, patologia digestiva, engenharia têxtil, arquitetura, psiquiatria, oftalmologia, psicologia aplicada e orientação profissional, engenharia agrônômica e construção).

Como prova do crescente interêsse pelas bôlsas ofertadas pela Reitoria da Universidade de S. Paulo, registre-se que, para o ano de 1955, ^{se} apresentaram ~~em~~ 219 candidatos, dos quais 200 estrangeiros, sendo selecionados 17, entre os quais dois brasileiros.

No trimestre divulgou-se, ainda, oferecimento

de bôlsas, pela Fundação Rockefeller, a agrônomos brasileiros e da América Latina (para estágios de 15 meses em solos, fitopatologia, genética, culturas de milho, feijão, trigo, batata e hortaliças, no México). # Instituiu também a referida Fundação cinco bôlsas para estágio na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Departamento de Anatomia).

Divulgou-se em abril a concessão, pela UNESCO, de bôlsas de viagem a professores que desejem realizar investigações sobre História, Geografia, Literatura e Línguas, devendo os governos interessados enviar as listas de candidatos àquela instituição antes de 15 de junho.

Também nessa data encerram^{na}-se as inscrições ao curso de refinação de petróleo, a ser promovido pela Petrobrás a partir de julho, para candidatos brasileiros (natos ou naturalizados), engenheiros ou químicos. Aos alunos foi oferecida uma bôlsa no valor de noventa mil cruzeiros, paga em prestações mensais durante o período do curso, devendo os beneficiários, após a conclusão, prestar serviços à Petrobrás pelo prazo de um ano.

Em princípios de junho divulgou a Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores que, face à redução sofrida pela verba de intercâmbio cultural dentro do plano geral de economia do governo, não lhe foi possível atender a todos os pedidos de auxílio de bolsistas brasileiros no exterior, sendo adotado o critério, para concessão de auxílios, de estabelecer prioridade para os estudantes que frequentam cursos de aperfeiçoamento técnico ou artístico ainda inexistentes no Brasil.

Ainda em junho foi divulgada a abertura de inscrições para duas bôlsas de aperfeiçoamento em cirurgia, destinadas aos médicos do interior de S. Paulo, na Clínica Dr. Mário Degni, S. Paulo.

SAÚDE ESCOLAR

Inauguração da Policlínica Central dos Estudantes - Verificou-se a 5 de abril a inauguração dessa Policlínica, na Ponta do Calabouço, compreendendo moderna aparelhagem e gabinetes de clínicas médica, odontológica, fisiológica, oftalmológica, fisioterapia, radiológica, oto-rino-laringológica, laboratório de análises, ambulatório, sala de curativos, farmácia e serviço social.

A assistência aos associados da União Metropolitana de Estudantes será gratuita.

CONGRESSOS

I Congresso Pernambucano de Odontologia - Realizou-se em Gara -

nhuns, de 17 a 21 de abril, com apoio oficial, incluindo o temário assuntos de odonpediatria.

I Semana de Estudos Jurídicos e Sociais do Distrito Federal -

Teve ~~Realizou-se~~ o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura, que ofereceu prêmios à melhor tese apresentada.

10º Congresso Estadual da União dos Estudantes de Pernambuco -

Realizou-se de 16 a 22 de maio, no Recife, abrangendo o temário os seguintes assuntos:

- I - O Universitário e o ensino;
- II - Autonomia e administração da UEP;
- III - Declaração de diretrizes políticas;
- IV - Temas gerais.

I Seminário Latino-Americano de Psicotécnica - Transcorreu em abril, no Rio e em São Paulo, dêle participando o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, por intermédio da Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar, representada pelo chefe do setor de testes e medidas educacionais, Prof. Octávio Martins, e pelo técnico de educação Riva Bauzer. Coube ao representante da CILEME a coordenação de uma das reuniões plêniárias dedicada ao estudo de normas a serem adotadas na apresentação de informações técnicas referentes aos testes e outros instrumentos de medida psicológica.

X Conferência Nacional da Organização das Entidades Não Governamentais - Instalou-se na Capital da República, em 27 de abril, para, entre outros assuntos, aprovar o relatório do respectivo delegado ao Seminário dos Educadores, celebrado em Montevideú.

1ª Semana Ruralista de Cordisburgo, M.G. - Foi programada para o período de 15 a 21 de maio, com a participação de especialistas em educação rural.

Reuniões Estatísticas Internacionais - Frente aos delegados de vinte e duas nações, o Presidente da República inaugurou a 9 de junho, em Quitandinha, a III Conferência Interamericana de Estatística. O certame, para cuja presidência foi eleito o Sr. Elmano Cardim, compreendeu os seguintes grupos de trabalho:

- a) estatísticas econômicas e financeiras;
- b) estatísticas sociais e do trabalho;
- c) organização e administração estatística;
- d) educação e ciências estatísticas;
- e) estatísticas demográficas e sanitárias.

A comissão de educação reconheceu ser o ensino

de estatística em cursos de nível secundário o aspecto mais importante do problema da educação estatística, e recomendou se estudasse a possibilidade de organizar programa padronizado para o ensino da disciplina nos níveis médio e superior, atendidas, porém, as condições peculiares de cada país.

Com referência às estatísticas educacionais, foi apreciada a classificação adotada no Brasil, que permite correta tabulação de todos os níveis de ensino. O representante da UNESCO encareceu a importância das estatísticas para a melhor execução dos programas educacionais dêsse organismo. A divergência dos critérios em uso prejudica a comparabilidade, como na conceituação de analfabetismo e semi-analfabetismo.

O Dr. Liu, observador da UNESCO, declarou que as maiores porcentagens de analfabetos ocorrem em Moçambique, Somália Inglesa e Guiné Portuguesa (99%), ilhas Salomão (95%), Niassa (93%), Indonésia, (92%) e Haiti (90%). Em todo o mundo, há cerca de 45 a 55% de iletrados, sendo de 5 a 10% na Europa e de 10 a 15% na América do Norte; de 40 a 50% na América do Sul; de 65 a 75% na Ásia e de 75 a 85% na África, em linhas gerais.

V Reunião dos Delegados Estaduais da Campanha de Educação de Adultos - Instalou-se, no Departamento Nacional de Educação, do MEC, para assentar as bases dos trabalhos no corrente exercício.

Semana Pedagógica de Gouveia, Minas Gerais - Transcorreu, de 6 a 10 de junho, patrocinada pela Prefeitura e Inspeção Regional de Ensino.

I Conferência Nacional de Imprensa Universitária - Realizou-se em maio, em Quitandinha, com a presença de cerca de 120 jornalistas universitários da Capital e vários Estados. Foi promovida exposição de exemplares de imprensa universitária.

II Conselho Estadual dos Estudantes Secundários, da Associação Baiana dos Estudantes Secundários - Reuniu-se em maio, na cidade do Salvador.

III Conselho Nacional de Estudantes - Reuniu-se de 30 de abril a 3 de maio, na Capital Federal, com representantes das entidades estudantis dos Estados.

IV Congresso Estadual de Estudantes da U.E.E. da Paraíba - Em maio, na cidade de João Pessoa.

IX Congresso Estadual dos Estudantes Secundários do Rio Grande do Sul - Celebrou-se no mês de maio, em Pelotas.

IV Congresso dos Estudantes Secundários Paulistas, de UESP - De 28 de maio a 4 de ~~junho~~, na capital estadual. Como principais

junho

assuntos debatidos citam-se: congelamento de anuidades, preço dos livros didáticos, ingresso em jogos desportivos, diversões e atividades culturais.

Congresso Extraordinário do Diretório Central de Estudantes de Juiz de Fora - Reuniu-se na referida cidade mineira, em maio.

VIDA EDUCACIONAL NAS UNIDADES FEDERADAS

CEARÁ

Instalação da Universidade - Em junho foi solenemente instalada, em Fortaleza, a Universidade do Ceará, realizando-se a sessão no Teatro José de Alencar, presentes o representante do Ministro da Educação, Prof. Jurandir Lodi, o governador Paulo Sarasate, o reitor Antônio Martins Filho e outras autoridades.

DISTRITO FEDERAL

Regimento interno dos estabelecimentos de ensino subordinados ao Departamento de Educação Técnico-Profissional da Secretaria Geral de Educação e Cultura - O Diário Oficial, seção II, de 27 de abril, republicou o Decreto municipal nº 12 762, de 26 de janeiro, que aprovou o referido regimento.

Curso normal intensivo - O Diário Oficial de 3 de maio estampou o Decreto municipal nº 12 841, de 2 de maio, que "estabelece, no corrente ano letivo, regime intensivo para a conclusão do curso normal do Instituto de Educação e da Escola Normal Carmela Dutra, e dá outras providências".

O curso intensivo foi distribuído em dois períodos, um de 2 de maio a 15 de julho, equivalente à 1ª série normal, e outro de 1º de agosto a 31 de janeiro de 1956, correspondente à 2ª série.

A 13 de maio foi baixado o Decreto nº 12 850, dado a lume no Diário Oficial II de 14 do mesmo mês, que dispõe sobre a disciplina de História e Filosofia da Educação. Resultou da consideração de que a disciplina Prática de Ensino não poderá, no curso normal intensivo, ser lecionada posteriormente a 30 de novembro, em decorrência do recesso da escola primária de aplicação. Sendo a História e Filosofia da Educação a única disciplina do regime ordinário do curso normal excluída do curso intensivo, determinou o decreto mencionado fôsse ministrada nas horas deixadas disponíveis pela de Prática de Ensino, desde 1º de dezembro do corrente.

Regimento da Universidade do Distrito Federal - O Diário Oficial,

a II, de 14 de maio, publicou o Regimento aprovado pelo Conselho Universitário desse instituto de ensino superior, na sessão de 28 de janeiro.

Funcionamento e registro de estabelecimentos particulares especializados em Educação Física - Publicou o Diário Oficial, seção II, de 6 de maio, as Instruções nº 12, do Secretário Geral de Educação e Cultura, reguladoras do registro e funcionamento dos estabelecimentos particulares especializados em Educação Física, bem como da autorização para lecionar em estabelecimentos fiscalizados pela Prefeitura do Distrito Federal.

Debate de educadores promovido pelo jornal "O Dia" - Reuniram-se em maio, a convite desse periódico, para estudo do problema dos excedentes nas escolas primárias municipais, os professores Mário P. de Brito, ex-Secretário Geral de Educação e Cultura, Edgar Sussekind de Mendonça, Anadir Machado, A. Pedroso de Lima, Consuelo Pinheiro e Florindo Villa Alvarez.

Foram consideradas causas fundamentais da existência de excedentes (1º) a desproporção entre o crescimento da população em idade escolar e a construção de prédios escolares, nem sempre erguidos onde há maior agrupamento de crianças, sendo de notar ainda a construção e ocupação frequente de conjuntos residenciais desprovidos de escola; (2º) a desproporção entre o crescimento da população em idade escolar e o de professoras formadas pelo Instituto de Educação e Escola Normal Carmela Dutra, tendo sido observada a necessidade de formatura de 600 professoras, anualmente, para atender à renovação do quadro magisterial elementar, o que se obteria com a redução do ginásial existente no Instituto; (3º) a repetência, reduzindo as oportunidades para novos alunos.

Apreciaram-se outros assuntos, como a formação apressada de professoras; a escola de três turnos, apodada como grave erro, porque reduz a escolaridade de seus frequentadores; a necessidade de fomentar os auxílios áudio-visuais, o rádio e cinema educativos.

MINAS GERAIS

Mesa redonda sobre alimentação escolar - Foi promovida, a 5 de maio, no Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte, a fim de debater os problemas da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino daquela Municipalidade.

Universidade Rural de Minas Gerais - Esse instituto de ensino superior, com sede em Viçosa, que fora federalizado em 1956, pas-

sou à condição de entidade subvencionada, nos termos da Lei federal nº 2 470, de 28 de abril (D. Oficial de 30/4/1955). Foram, em consequência, extintos 19 cargos de catedrático, padrão 0.

Casa do Estudante de Belo Horizonte- Lançou-se, em maio, a pedra fundamental do futuro edifício da Casa do Estudante, cujos três andares compreenderão dormitórios para 96 estudantes, salas de visitas, estudos, cantina, auditório, palco e outras instalações. No terceiro andar funcionará a sede social do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica.

Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, apresentada pelo Governador Clóvis Salgado na sessão de 15 de junho de 1955 - Refere a mensagem governamental, no setor Educação e Ensino, que a principal providência a ser tomada deverá consistir na reforma da Secretaria de Educação, restituindo-se ao Departamento de Educação a ascendência nos quadros da Secretaria, pois, tal como está, não pode cumprir suas finalidades, impondo-se evitar que resvale em simples atividades burocráticas.

Acentua a mensagem a deficiência do quadro de inspetores regionais: de 70, em 1933, reduziram-se a 32. Assim, na capital, para 1 486 classes, há 4 inspetores técnicos regionais.

Anunciou o governador, no tocante ao plano de ampliação da rede escolar de Belo Horizonte, que exatamente 100 novas salas de aula foram acrescentadas, desde a mensagem precedente, ao conjunto de estabelecimentos da capital, estando mais três em vésperas de conclusão.

O aumento considerável da população escolar não permitiu ao governo melhorar o nível do ensino, e vários estabelecimentos continuam a funcionar em três turnos.

Assinala-se o crescimento da rede escolar primária: em março de 1954 funcionavam 622 grupos escolares, 7 escolas infantís, 216 escolas reunidas, 1 011 escolas isoladas, 1 222 escolas rurais. Em fins de abril de 1955 foram criadas 726 novas unidades escolares, ascendendo os grupos escolares a 726, as escolas reunidas a 268, as isoladas a 1 132 e as rurais a 1 680; as escolas infantís permaneceram em número de 7.

Ressaltando a contribuição do MEG, através do INEP, para o desenvolvimento do ensino rural, registra a mensagem a conclusão, no referido período, de 83 prédios de escolas rurais e 4 de grupos escolares.

Encontram-se, ainda, na comunicação governamental, informações sobre a situação do ensino médio e superior e serviços extra-escolares do Estado.

PERNAMBUCO

Plano de melhoria das condições do ensino secundário no Estado - Com a instalação, em junho, da Inspetoria Seccional do Ensino Secundário em Pernambuco, será possível atender a um vasto programa, aliás de âmbito nacional, de aperfeiçoamento dessa modalidade de ensino médio, através de uma atuação conjunta, em extensão e profundidade, de inspetores, professores, administradores e outras autoridades escolares.

Convênios firmados pelo Secretário de Educação - Em maio retornou a Recife o Secretário Aderbal Jurema, que firmou no Rio de Janeiro, vários convênios com o Ministério da Educação e Cultura para construções escolares, educação de adultos, instalação de centros de iniciação profissional, fornecimento de merenda escolar, ampliação do ensino industrial (funcionamento da Escola de Limoeiro) e outras medidas.

Centro de Aperfeiçoamento de Estudos Criminais - Foi fundado, em maio, pelos alunos da Faculdade de Direito da Universidade do Recife, com o objetivo de realizar pesquisas nesse setor dos conhecimentos jurídicos.

RIO GRANDE DO SUL

Cidade Universitária de Pôrto Alegre - Anunciou-se, em junho, já estar em fase de concretagem o Hospital de Clínicas, que será o maior edifício do Estado. Destinado ao ensino médico, disporá de 700 leitos, compreendendo 14 pavimentos.

Alterado o regulamento do ensino normal no Estado - Por proposta da Secretaria de Educação, no sentido de alterar os arts. 6.º e 50 do Regulamento baixado com o Decreto nº 6 004, de janeiro do corrente, o Governador do Estado assinou, a 7 de maio, Decreto que alterou a constituição do Departamento de Cultura Geral e a tabela constante do inciso I (sob o título Escola Normal), alínea a do art. 50 do referido Regulamento.

Férias de inverno nas escolas primárias - Por decreto de 20 de maio, alterou o Governador do Estado o Decreto nº 2 007, de 25 de junho de 1946, no tocante às férias de inverno, que, no presente ano letivo, foram transferidas para o período de 11 a 30 de julho.

SÃO PAULO

Prof. Roberto Mange - Foi sepultado a dois de junho, em São Paulo, o Professor Roberto Mange, diretor regional do SENAI nesse Estado e professor da Escola Politécnica. Nasceu na Suíça, ra

dicou-se entre nós, tendo sobressaído pela atuação no sentido de ampliar e aperfeiçoar o ensino profissional no país.

Autorizado o funcionamento de mais cinquenta classes de emergência no ensino primário da capital - A referida autorização foi concedida pelo Decreto nº 24 624, de junho, devendo tais classes funcionar ininterruptamente até 15 de dezembro.

Classificação no concurso de ingresso no magistério primário -
Obtiveram classificação 5 547 candidatos, que concorreram a 1 440 vagas.

Inspetores escolares - Em solenidade presidida pela Secretária de Educação, escolheram vaga, a 6 de junho, vinte e seis novos inspetores de ensino primário, número equivalente a cerca da quinta parte do total estadual.

Reforma do ensino normal - A Secretária de Educação, Profª Carolina Ribeiro, encaminhou em maio, ao Conselho Técnico de Educação, ante-projeto de reforma do ensino normal. Entre outras alterações, figuram a supressão do curso pré-normal, a organização do normal em três anos e a obrigatoriedade do vestibular.

Concurso de habilitação à Universidade de São Paulo - Inscreveram-se, em 1955, no concurso de habilitação ao 1º ano dos 14 institutos da USP, 5 448 candidatos a 2 214 vagas. 458 desistiram das provas e 1 649 mereceram aprovação. As matrículas na série inicial foram 1 989.

Ginásio para doentes mentais - O Ministério da Educação e Cultura colocou à disposição do governo estadual, para a instalação do primeiro ginásio para doentes mentais em S. Paulo, a quantia de cinco milhões de cruzeiros (maio).

Federação das Instituições Culturais do Estado - Foi instalada em abril, no Museu de Arte. A idéia da Federação inspirou-se na necessidade de trabalho conjunto dos educadores, artistas, cientistas e escritores no sentido de criar amplo interesse em todas as camadas sociais pelo movimento de expansão cultural.

EXTERIOR

Casa do Brasil em Paris - Já se encontram em andamento as obras da Casa do Brasil, na Cidade Universitária de Paris, mandada construir pelo governo brasileiro, com o fim de hospedar condignamente os estudantes de nosso país naquele centro cultural. O moderno edifício compreenderá, além do térreo, cinco amplos pavimentos.